

VIVA O VERDE SP

PLANO DE GESTÃO

PARQUE AUGUSTA - PREFEITO BRUNO COVAS





Produto 3.1

Estrutura de gestão e manutenção das áreas verdes construídas, incluindo o Plano de Gestão de Parques previsto no Programa de Metas 2021-2024 do Município



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Ricardo Nunes

Prefeito

Rodrigo Ravena

Secretário Municipal do Verde e Meio Ambiente

Carlos Eduardo de Vasconcellos

Secretário Adjunto

EQUIPE TÉCNICA DA PREFEITURA DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA)

Tamires Oliveira

Chefe de Gabinete

Rodolfo Maiche

Analista de Políticas Públicas e Gestão Governamental

Oscar de Souza

Assessoria Jurídica (AJ)

Willian Agra

Coordenação de Fiscalização Ambiental
(CFA)

Cleide Cremonesi

Assessoria de Comunicação (ASCOM)

Liliane Arruda

Coordenação de Gestão dos Colegiados
(CGC)

Tatiana Coelho

Coordenação de Administração e Finanças
(CAF)

Juliana Summa

Coordenação de Gestão de Parques e
Biodiversidade Municipal (CGPABI)

Christiane Ferreira

Coordenação de Licenciamento Ambiental
(CLA)

Rosélia Ikeda

Coordenação de Planejamento Ambiental
(CPA)

José Carlos Paludeto

Coordenação de Educação Ambiental (DEA)
e Universidade Aberta do Meio Ambiente e
Cultura de Paz (UMAPAZ)

Ana Lúcia de Jesus

Núcleo de Desenvolvimento de Tecnologia
da Informação e Comunicação (NDTIC)



**PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS ASSENTAMENTOS HUMANOS
(ONU-HABITAT)**

Elkin Velasquez

Representante Regional para América Latina e o Caribe

Rayne Moraes

Chefe do Escritório do Brasil e Oficial a Cargo do Escritório do Cone Sul

Ana Elisa Larrarte

Daphne Besen

Gerentes de Programas

Fábio Donato

Julia Caminha

Julia Rabelo

Laura Collazos

Tiago Marques

Analistas de Programas

Giselle Mansur Batista

Pedro Araújo Patrício

Vivian Silva

Analistas de Dados

Aléxia Saraiva

Coordenadora de Comunicação & Advocacy

Flávia Scholz

Analista de Comunicação

Camila Nogueira

Designer Gráfica

Gabriela Gullich

Designer Gráfica Júnior

Claudia Bastos de Mello

Coordenadora Financeira

Adriana Carneiro

Carina Lucena

Carolina Oliveira

Analistas de Operações

Mariana Assad

Assistente de Operações

Jessica Blanco

Assistente Administrativa

Severino Marcelino de Azevedo

Motorista



EQUIPE TÉCNICA DO PROJETO VIVA O VERDE SP

Jordi Sánchez-Cuenca

Coordenador de Programas

Mateus Santos

Bruna Leite

Maria Fernanda Godoy

Carlos Sandler

Analistas de Programas

Guilherme Justino

Analista de Comunicação

Laura Figueiredo

Júlia Rocha

Assistentes de Programas

Tiago Lourenzi

Assistente de Dados

DESENVOLVIMENTO DOS PLANOS DE GESTÃO

Fernanda Lima

Consultora em Espaços Públicos

Adriana Quedas

Consultora em Meio ambiente

Conrado Vivacqua

Consultor em Arquitetura

Bianca Brasil

Consultora em Biologia

REVISÃO FINAL

Julia Caminha



LISTA DE SIGLAS

AI – Área de Influência
AMA – Atendimento Médico Ambulatorial
CADES - Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
CAPS – Centro de Atenção Psicossocial
CCA – Centro para Crianças e Adolescentes
CCM – Cadastro de Contribuintes Mobiliários
CDB – Convenção sobre Diversidade Biológica
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social
CG – Conselho Gestor
CGC – Coordenação de Gestão dos Colegiados
CGPABI – Coordenação de Gestão de Parques e Biodiversidade Municipal
CPA/SMPED – Comissão Permanente de Acessibilidade da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência
CPA/SVMA – Coordenação de Planejamento Ambiental da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente
CRAS – Centro de Referência da Assistência Social
DIPO – Divisão de Implantação de Projetos e Obras
DGPU – Divisão de Gestão de Parques Urbanos
DFS – Divisão de Fauna Silvestre
EA – Educação Ambiental
GCM – Guarda Civil Municipal
GR – Grupo de Referência
LGBTQIAPN+ – Lésbica, Gay, Bissexual, Transgênero, Queer, Intersexo, Assexual, Pansexual, Não-binário, e o sinal de “+” inclui outras identidades de gênero e orientações sexuais.
MEA – Avaliação Ecológica do Milênio
ONU – Organização das Nações Unidas
ONU-Habitat – Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos
PCDs – Pessoas Com Deficiência
PDE – Plano Diretor Estratégico
PMMA – Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica
PMSA – Plano Municipal de Conservação e Recuperação de Áreas Prestadoras de Serviços Ambientais
SAPAVEL – Sistema de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres
SEADE – Sistema Estadual de Análise de Dados
SEHAB – Secretaria Municipal de Habitação
SEMPA – Secretaria Municipal de Planejamento
SIG – Sistemas de Informações Geográficas
SMADS – Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social
SMUL – Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento
SVMA – Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente
UBS – Unidade Básica de Saúde
UMAPAZ – Universidade Aberta do Meio Ambiente e Cultura de Paz
UPA – Unidade de Pronto Atendimento



ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Elementos estruturantes de um Plano de Gestão	23
Figura 2 - Localização do Parque Augusta - Prefeito Bruno Covas no município de São Paulo	30
Figura 3 - Plano Diretor – Localização do Parque Augusta - Prefeito Bruno Covas nas Macroáreas do Plano Diretor de SP	35
Figura 4 - Zoneamento e ZEIS da região no entorno do Parque Augusta - Prefeito Bruno Covas	36
Figura 5 - Área de Influência (AI) do Parque Augusta - Prefeito Bruno Covas, em vermelho	37
Figura 6 - Densidade Demográfica (hab/Km2) e IPVS para a área do entorno do Parque Augusta - Prefeito Bruno Covas	38
Figura 7- Sistema Viário no entorno do Parque Augusta - Prefeito Bruno Covas, e a classificação viária segundo a Companhia de Engenharia de Tráfego – CET	39
Figura 8 - Imagem aérea do Parque Augusta - Prefeito Bruno Covas	50
Figura 9 - Hipsometria do Parque Augusta - Prefeito Bruno Covas e seu entorno.	51
Figura 10 - Imagem da mata do Parque Augusta - Prefeito Bruno Covas	55
Figura 11 - Imagem aérea com delimitação das unidades de análise da vegetação do Parque Augusta - Prefeito Bruno Covas	59
Figura 12 - Ferreirinho-relógio (<i>Todirostrum cinereum</i>) em registro no Parque Augusta - Prefeito Bruno Covas	61
Figura 13- Borboleta-castanha-vermelha (<i>Heliconius erato Phyllis</i>) em registro no Parque Augusta - Prefeito Bruno Covas	61
Figura 14 – Infográfico dos equipamentos do Parque Augusta - Prefeito Bruno Covas	66
Figura 15 - Placas de sinalização externas indicando o Parque Augusta - Prefeito Bruno Covas	72
Figura 16 - Placas de sinalização interna do projeto de comunicação visual do Parque Augusta - Prefeito Bruno Covas	72
Figura 17 - Banners de comunicação pontual no Parque Augusta - Prefeito Bruno Covas	73
Figura 18 - Elementos vinculados à coleta de resíduos do Parque Augusta - Prefeito Bruno Covas ...	73
Figura 19 - Estado de conservação dos bebedouros do Parque Augusta - Prefeito Bruno Covas	74
Figura 20 - Vista da arquibancada e palco na principal edificação do Parque Augusta - Prefeito Bruno Covas	75
Figura 21 - Imagem de práticas de <i>slackline</i> no Parque Augusta - Prefeito Bruno Covas	75
Figura 22– Visão geral do parquinho infantil e detalhe de estado de conservação	76
Figura 23 - Elementos de iluminação do Parque Augusta - Prefeito Bruno Covas	76
Figura 24 Elementos de repouso do Parque Augusta - Prefeito Bruno Covas	77
Figura 25 - Espaços para práticas de Educação Ambiental no Parque Augusta - Prefeito Bruno Covas	77
Figura 26 – Tipos das oficinas	134
Figura 27 – Perfil das pessoas participantes que responderam o formulário (gênero e perfil étnico-racial)	137
Figura 28 – Parte das pessoas participantes da oficina e equipe facilitadora	137
Figura 29– Nuvem de palavras formada com as respostas para a pergunta “Qual é a importância desse parque para você?”	138
Figura 30 – Visualização das respostas à pergunta: “Você sente medo ao andar pelo parque sozinha/o?”	139



Figura 31 – Visualização das respostas à pergunta: “Existem espaços de descanso confortáveis para se sentar?”	140
Figura 32 – Visualização das respostas à pergunta: “Daria para andar com um carrinho de bebê ou cadeira de rodas no parque?”	141
Figura 33 – Visualização das respostas à pergunta: “Você sentiu falta de algum equipamento de lazer no parque?”	142
Figura 34 – Visualização das respostas à pergunta: “Quais equipamentos de lazer precisam de mais cuidado?”	143
Figura 35 – Registros da caminhada perceptiva	143
Figura 36 – Registro da atividade “Mapeamento Afetivo”	144
Figura 37 – Imagem ilustrativa da ferramenta “Árvore dos sonhos”	145
Figura 38 – Registros da atividade “Árvore dos sonhos”	145
Figura 39 – Crianças participantes da oficina, equipe escolar e equipe facilitadora	146
Figura 40 – Nuvem de palavras da atividade “Roda de Sensibilização”	147
Figura 41 – Registros da atividade “Caminhada perceptiva – Selos de qualidade”	148
Figura 42 – Registros da atividade “Roda de conversa e desenho”	148



ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Atividades participativas nas etapas do Plano de Gestão	27
Tabela 2- Ficha introdutória do parque	29
Tabela 3 - Acessos e Cercamentos	68
Tabela 4 - Caminhos (3)	68
Tabela 5 - Esporte e Ginástica (4)	68
Tabela 6 - Infantil e Lúdico (5).....	69
Tabela 7 - Cultura e Multiuso (6)	69
Tabela 8 - Estar e Descanso (7)	69
Tabela 9 - Animais Domésticos (8).....	69
Tabela 10 - Edificações (9).....	69
Tabela 11 - Distribuição dos custos de manutenção e operação do Parque Augusta - Prefeito Bruno Covas (valores em R\$)	85
Tabela 12 - Planos e programas ambientais e setoriais pertinentes	118
Tabela 13 - Planos ambientais transversais SVMA/PMSP	118
Tabela 14 - Distribuição anual dos períodos de coleta	123
Tabela 15 - Distribuição dos valores coletados em campo, normalizados pela variação e pela pontuação atribuída.	124
Tabela 16- Pontuação dos dados coletados pela variação anual.....	124
Tabela 17 - Frequência de visitação das pessoas inscritas	135
Tabela 18 - Presença dos diferentes grupos de pessoas participantes registradas na lista de presença (em porcentagem)	136



ÍNDICE DE MAPAS

Mapa 1 – Limites do Parque Augusta - Prefeito Bruno Covas	31
Mapa 2 – Sistema viário no entorno do parque e identificação do sistema ciclovitário	40
Mapa 3 – Sistema viário no entorno do parque e identificação das faixas exclusivas de ônibus e pontos de ônibus	41
Mapa 4 – Estações de metrô no entorno do parque.....	42
Mapa 5 – Mapeamento dos equipamentos públicos do Território-Parque.....	44
Mapa 6 – Equipamentos de Assistência Social do Território-Parque	45
Mapa 7 – Equipamentos Culturais do Território-Parque	46
Mapa 8 – Equipamentos Educacionais do Território-Parque.....	47
Mapa 9 – Equipamentos de Saúde do Território-Parque.....	48
Mapa 10 – Equipamentos de Segurança do Território-Parque	49
Mapa 11 – Declividades no Parque Augusta - Prefeito Bruno Covas e entorno	52
Mapa 12 – Bacias hidrográficas do Rio Tietê e Rio Tamanduateí	54
Mapa 13 – Remanescentes de Mata Atlântica no entorno do Parque Augusta - Prefeito Bruno Covas	56
Mapa 14 – Cobertura vegetal no entorno do Parque Augusta - Prefeito Bruno Covas	57
Mapa 15 – Vegetação significativa no entorno do Parque Augusta - Prefeito Bruno Covas.....	58
Mapa 16 - Equipamentos e espaços internos no Parque Augusta - Prefeito Bruno Covas.....	67
Mapa 17 – Setorização do Parque Augusta - Prefeito Bruno Covas	80



GLOSSÁRIO

Áreas de risco ambiental: regiões habitadas com pessoas expostas a desastres naturais, como deslizamentos de terra e inundações (PLANPAVEL, 2022).

Área Protegida: área com características naturais relevantes e limites geográficos definidos, regulamentada e gerida por instrumentos legais, com o objetivo de promover, de forma duradoura, a recuperação ambiental, a conservação da natureza, de seus serviços ecossistêmicos e valores culturais associados (PLANPAVEL, 2022).

Área Verde: conjunto de áreas intraurbanas e rurais, públicas ou privadas, que apresentam cobertura vegetal, arbórea, arbustiva ou rasteira e que desempenham função ecológica, paisagística e recreativa. São prestadoras de serviços ecossistêmicos e propiciam a melhoria da qualidade estética, funcional e ambiental da cidade (PLANPAVEL, 2022).

Biodiversidade ou diversidade biológica: consiste na variabilidade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo, dentre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte; compreende ainda a diversidade dentro de espécies, entre espécies e de ecossistemas (Lei Federal nº 9.985/2000, Art. 2º, inciso III).

Caminhadas perceptivas: são uma prática que envolve explorar um ambiente com foco na percepção individual. Durante essas caminhadas, as pessoas são encorajadas a prestar atenção aos detalhes ao seu redor e a refletir sobre suas respostas a esses estímulos.

Ciclofaixa: faixa de rolamento de uso exclusivo à circulação de ciclos, com segregação visual ou física do tráfego lindeiro, podendo ter piso diferenciado no mesmo patamar da pista de rolamento. (Decreto Municipal nº 56.834/2016 - Anexo único PlanMob/SP).

Ciclovia: pista de uso exclusivo de bicicletas e outros ciclos, com segregação física do tráfego lindeiro motorizado ou ativo, com sinalização viária, podendo ter piso diferenciado no mesmo patamar da pista de rolamento ou no nível da calçada. (Decreto Municipal nº 56.834/2016 - Anexo único PlanMob/SP).

Conselho Regional de Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Cultura de Paz (CADES Regional): conselho existente no âmbito de cada Subprefeitura de São Paulo, de natureza participativa e consultiva em questões relacionadas à proteção do meio ambiente, à promoção do desenvolvimento sustentável e da cultura de paz (Lei Municipal nº 14.887/2009, Art. 51).

Conselhos Gestores dos Parques Municipais: compostos pelo Poder Executivo e sociedade civil, participam do planejamento, gestão, avaliação e controle da execução das atividades do parque e da política de meio ambiente e sustentabilidade em sua área de abrangência (Lei Municipal nº 15.910/2013, Arts. 1º e 4º).

Conservação: Este termo é amplamente utilizado em várias áreas, como meio ambiente, biologia, física e patrimônio cultural. Na biologia, a conservação refere-se à proteção das



espécies, habitats e ecossistemas para evitar a extinção e a degradação ambiental. No campo do patrimônio cultural, conservação envolve a preservação de objetos, obras de arte, edifícios históricos e outros bens culturais para assegurar que sejam transmitidos para as gerações futuras com o mínimo de alterações (SILVA, 2020).

Conservação da natureza: manejo do uso humano da natureza, compreendendo preservação, manutenção, utilização sustentável, restauração e recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral (Lei Federal nº 9.985/2000, Art. 2º, Inciso II).

Corredores ecológicos: são porções de ecossistemas naturais ou seminaturais que ligam unidades de conservação, possibilitando entre elas o fluxo de genes e o movimento da biota, facilitando a dispersão de espécies e a recolonização de áreas degradadas, bem como a manutenção de populações que demandam para sua sobrevivência áreas com extensão maior do que aquela das unidades individuais (Lei Federal nº 9.985/2000, Art. 2º, inciso XIX).

Corredor Verde: área destinada a conexão de fragmentos da paisagem, inclusive ao longo dos cursos hídricos, para conservação e recuperação de habitats da fauna e flora e a manutenção da biodiversidade, por meio da preservação e recuperação da cobertura vegetal arbórea e não arbórea (PLANPAVEL, 2022).

Educação Ambiental: processos contínuos e permanentes de aprendizagem, participação e formação, individual e coletiva, utilizando metodologias participativas e interdisciplinares para a ação reflexiva e crítica, a construção de valores, saberes, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências, visando ao exercício da cidadania na melhoria da qualidade de vida, no controle social sobre as políticas públicas, fortalecendo uma relação respeitosa e sustentável da sociedade humana com o ambiente que a integra e por ela é constituído, criando a partir disso uma ética para a preservação do meio ambiente e contribuindo para uma gestão municipal integrada (Política Municipal de Educação Ambiental de São Paulo, Lei Municipal nº 15.967/2014, Art. 2º).

Equidade: refere-se à justa distribuição de oportunidades, recursos e benefícios, considerando as diferentes necessidades e circunstâncias das pessoas. A equidade vai além da igualdade, implica tratar todas as pessoas de maneira idêntica e busca compensar o histórico de discriminação social ou econômica que alguns grupos enfrentam (adaptado de ONU, 2022).

Espaços inclusivos: são os espaços públicos ou coletivos definidos por três eixos: espacial, social e econômico. Inclusão espacial: atendimento às necessidades básicas e acessíveis, como moradia, água e saneamento. Inclusão social: garantia de direitos iguais e participação de todos. Inclusão econômica: criação de empregos e oportunidades onde todos possam aproveitar os benefícios do crescimento econômico (adaptado de WORLD BANK, 2024).

Espaço livre: todo espaço público ou privado não ocupado por um volume edificado, que configura recinto ou ambiente coberto e fechado, independentemente do uso, podendo ou não estar associado a áreas verdes, mas não restrito a elas, e que cumpre funções



recreativas, educativas, ecológicas, estéticas, paisagísticas e de conforto ambiental associado à insolação, circulação do ar e temperatura (PLANPAVEL, 2022).

Espaço público: Locais urbanos que fornecem serviços ecossistêmicos, melhoram a saúde e o bem-estar, garantem a inclusão social e o intercâmbio econômico. Pode ser entendido, também, não apenas um lugar físico onde as pessoas se encontram, mas é também um palco para interações sociais, econômicas e políticas. Pode ser inclusivo ou excludente, de conflito ou negociação, de interação e de convivência. O espaço público é constantemente produzido e reproduzido pelas práticas sociais. Ele é moldado pelas ações das pessoas e das instituições, refletindo a dinâmica social e econômica de uma sociedade. (adaptado de ONU, 2024 e SANTOS, 1996).

Espécie exótica: espécie, subespécie ou táxon de hierarquia inferior ocorrendo fora de sua área de distribuição natural passada ou presente. Inclui qualquer parte, como gametas, sementes, ovos ou propágulos que possam sobreviver e subsequentemente reproduzir-se. (Instrução Normativa Ibama Nº 9 de 20 de março de 2020, Anexo II, Art. 2º).

Espécie nativa: espécie, subespécie ou táxon de hierarquia inferior ocorrendo dentro de sua área de distribuição natural (passada ou presente), incluindo a área que pode alcançar e ocupar através de seus sistemas naturais de dispersão (Instrução Normativa Ibama Nº 9 de 20 de março de 2020, Anexo II, Art. 2º).

Governança pública: conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade (Lei Federal nº 9.203/ 2017, Art. 2º, Inciso I).

Grupos vulnerabilizados: segmentos da população que enfrentam barreiras significativas para acessar direitos e serviços fundamentais devido a fatores institucionais, políticos, estruturais ligados de maneira interseccionada pela exclusão social, desigualdade econômica, entre outros. Trata-se de mulheres e meninas, crianças, pessoas idosas, pessoas com deficiência, pessoas LGBTQIAPN +, povos indígenas e minorias étnicas, pessoas refugiadas, migrantes e deslocadas internas.

Hortas urbanas: pequenas superfícies situadas dentro de uma cidade e destinadas à produção de cultivos para consumo próprio ou venda em mercados (PLANPAVEL, 2022).

Inclusão: refere-se ao processo de garantir que todas as pessoas, independentemente de sua origem, tenham oportunidades iguais para alcançar seu potencial máximo na vida. Este conceito abrange a participação ativa em várias esferas da sociedade, incluindo política, economia e vida social, e é apoiado por políticas e ações que promovem o acesso igualitário a serviços públicos e processos decisórios (ONU, 2007).

Identidade de gênero: refere-se à experiência interna e individual de gênero de uma pessoa, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído ao nascimento. Esta identidade inclui a percepção pessoal de si mesmo como homem, mulher, ambos, nenhum ou outro gênero (ONU, 2020).



Interseccionalidade: é a ideia de que múltiplas formas de opressão, discriminação ou desvantagens se sobrepõem e se cruzam, especialmente nas experiências de pessoas marginalizadas. Em vez de considerar cada forma de opressão de forma isolada, a interseccionalidade reconhece que as pessoas podem ser afetadas por várias formas de opressão simultaneamente, criando experiências únicas e complexas de discriminação (CRENSHAW, 1989).

Manejo: todo e qualquer procedimento que vise assegurar a conservação da diversidade biológica e dos ecossistemas (Lei Federal nº 9.985/2000, Art. 2º, inciso VII).

Monitoramento: atividade de examinar, acompanhar, avaliar e verificar a obediência a condições previamente estabelecidas para a perfeita execução ou operação de obra, serviço, projeto, pesquisa ou qualquer outro empreendimento (Resolução do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR nº 21 de 5 de abril de 2012, Anexo I).

Mudança do clima: direta ou indiretamente atribuída à atividade humana que altera a composição da atmosfera mundial, e se some àquela provocada pela variabilidade climática natural observada ao longo de períodos comparáveis (Lei Municipal nº 14.933/2009, Art. 2º, Inciso XIV).

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) municipais: parâmetros orientadores e estratégicos das atividades, intervenções governamentais e políticas públicas para segurança alimentar e agricultura, saúde, educação, redução das desigualdades e erradicação da pobreza, energia, água e saneamento, padrões sustentáveis de produção e de consumo, mudança do clima, cidades sustentáveis, proteção e uso sustentável dos ecossistemas, crescimento econômico inclusivo, infraestrutura e industrialização, governança, e meios de implementação, a partir da adoção da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (Lei Municipal nº 16.817/2018, Art.1º).

Parque de Conservação: parque dotado de atributos naturais relevantes, podendo ou não comportar estruturas e equipamentos voltados ao lazer e à fruição pública (PLANPAVEL, 2022).

Parque Linear: parque associado aos cursos d'água com a finalidade de conservar e recuperar atributos naturais, de prover serviços ecossistêmicos, de proteger e recuperar Áreas de Preservação Permanente, de promover a drenagem sustentável, de melhorar as condições de saneamento e de incentivar a fruição pública (PLANPAVEL, 2022).

Parque Natural Municipal (PNM): Unidade de Conservação de Proteção Integral criada pelo município, correspondente ao Parque Nacional, que tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, vedado o uso direto dos recursos naturais e permitida a realização de pesquisas científicas, o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico (Lei Municipal nº 16.050/2014, Quadro 1).



Parque de Orla: parque localizado na orla das represas Billings ou Guarapiranga com funções de preservação das margens, de controle da poluição difusa, de lazer, recreação e prática de esportes náuticos (PLANPAVEL, 2022).

Parque Urbano: parque localizado na zona urbana, com a finalidade de conservar e recuperar atributos naturais, de prover serviços ecossistêmicos e de oferecer equipamentos de lazer à população (PLANPAVEL, 2022).

Pessoa não binária: Não binário é um termo guarda-chuva que abrange uma ampla variedade de experiências de gênero, incluindo pessoas que se identificam com uma identidade de gênero específica diferente de homem ou mulher, pessoas que se identificam com dois ou mais gêneros (bigênero ou pan/poligênero) e pessoas que não se identificam com nenhum gênero (agênero) (adaptado de ONU, 2005).

Zoneamento: pode ser definido como um conjunto de regras que regulamentam o uso e ocupação do solo, estabelecendo parâmetros como a altura máxima das edificações, a densidade demográfica, os recuos obrigatórios, e os usos permitidos (residencial, comercial, industrial, etc.) (SÃO PAULO, 2014).



SUMÁRIO

1. Introdução.....	17
2. Parques Urbanos Municipais.....	19
2.1. Legislação aplicável	19
3. O que são Planos de Gestão? E por que são importantes?.....	23
3.1. Metodologia.....	24
3.1.1. Base teórica do Processo Participativo.....	25
3.1.2. Base operacional do Processo Participativo.....	26
4. Parque Augusta – Prefeito Bruno Covas: Informações gerais	29
5. Contexto Urbano.....	30
5.1. Ocupação e Uso do Solo.....	32
5.1. Estrutura socioeconômica.....	38
5.3. Eixos viários e Mobilidade	38
6. Território-Parque	43
6.1. Caracterização do Território-Parque.....	43
6.2 Desafios e Oportunidades	50
7. Caracterização do Parque Augusta - Prefeito Bruno Covas.....	51
7.1. Atributos naturais	51
7.1.1. Relevô.....	51
7.1.2. Solo	53
7.1.3. Água	53
7.1.4. Vegetação.....	55
7.1.5. Fauna.....	61
7.1.6. Serviços ecossistêmicos	62
7.2. Usos identificados.....	65
7.2.2. Regulamento de uso	70
7.2.3. Avaliação das pessoas usuárias.....	70
7.2.4. Análise dos usos atuais.....	71
8. Setorização.....	79
9. Gestão	81
1.1. Os Conselhos de Meio Ambiente.....	81
9.2. Custos de manutenção	84
10. Plano de Ação	86
10.1. Definição de Prazo e Prioridade.....	86
10.2. Desejos de futuro	88
10.3. Quadro de diretrizes.....	88
10.4. Quadro de ações e monitoramento	105
10.5. Planos, programas e projetos.....	117
10.6. Parcerias.....	120
11. Sistema de monitoramento e avaliação.....	121
11.1. Monitoramento geral dos principais aspectos do parque	121
12. Referências Bibliográficas.....	127
Anexo I: Processo participativo do Plano de Gestão	133



1. Introdução

De 2005 até a presente data, houve um aumento expressivo de parques urbanos no município de São Paulo passando de 34 para mais de 110 – aumento esse impulsionado entre 2007 e 2013 pelo “Programa 100 (cem) Parques para São Paulo”. O salto quantitativo, entretanto, trouxe à gestão pública uma série de responsabilidades com outras tantas necessidades, como: a) avaliar as condições e os usos dos parques; b) melhorar a qualidade dos parques implantados; c) aprimorar a gestão municipal dos parques e do sistema de áreas protegidas, áreas verdes e espaços livres; d) capacitar e treinar os servidores e servidoras públicos, bem como a sociedade civil na avaliação, proposição de melhorias e gestão dos parques municipais.

A implementação de Planos de Gestão pela Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA) não é em si uma novidade, outros documentos com a elaboração conduzida por gestores de parque foram produzidos ao longo do tempo e são diversos os documentos que, de maneira mais sintetizada ou mais aprimorada, estabeleceram diretrizes e recomendações para a gestão por parte do poder público e promoveram o ordenamento dos espaços de uso público dos parques.

Esses documentos também ganharam outros nomes como “Plano de Ocupação”, “Plano Diretor”, “Relatório Propositivo de Uso Público”, a depender do olhar traçado pela equipe técnica envolvida e com diferentes abordagens considerando mais, menos ou nenhuma participação da sociedade civil.

Assim, é possível afirmar que os planos já produzidos para os parques municipais tiveram como centralidade a perspectiva da administração e foram formulados a despeito de haver um conselho gestor ativo e qualquer demanda oficial, seja para nortear concessões privadas seja como documento necessário para atender as metas da gestão pública. Entre os documentos recentemente publicados, estão:

- 2018: Relatório propositivo de uso público dos parques São José e Guarapiranga, elaborado pela SVMA/UMAPAZ;
- 2019: Planos Diretores dos parques concessionados Eucaliptos, Tenente Brigadeiro Faria Lima, Ibirapuera, Jacintho Alberto, Jardim Felicidade, Lageado, e, elaborados pela SVMA;
- 2020: Plano Diretor do Parque Burle Marx, elaborado pela Fundação Aron Birmann;
- 2021: Planos Diretores dos parques concessionados Mário Covas e Trianon, elaborados pela SVMA;
- 2024: Planos de Gestão dos Parques da Orla da Represa Guarapiranga, elaborados pela SVMA.

Em 2022, a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente de São Paulo e o ONU-Habitat firmaram um “Acordo de Contribuição”. O acordo estabelece que diferentes equipes técnicas, interdisciplinares e especializadas, colaborem com produtos, ferramentas e documentos de gestão que tenham como foco promover a sustentabilidade urbana e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos por meio da valorização e preservação de áreas verdes na cidade.



Esses produtos tomam corpo na iniciativa nomeada “Viva o Verde SP” e, entre si, possuem uma característica comum: encontros formativos e o diálogo frequente entre a administração pública e a sociedade civil – que constrói pontes, fomenta nexos e parcerias.

O projeto visa i) a distribuição equitativa de espaços verdes públicos na cidade; ii) a melhoria das estruturas municipais para a gestão dos parques; iii) a ampliação da visibilidade internacional das políticas de São Paulo.

A escolha dos parques se pautou na previsão destes no Plano Diretor Estratégico (PDE) do Município de São Paulo (Lei 16.050/2014) e na meta 62 do Plano de Metas de governo (2021-2024), onde a prefeitura se comprometeu a implantar oito novos parques e, concomitantemente, criar seus conselhos gestores e planos de gestão. Os parques que recebem os planos de gestão através da iniciativa são: Água Podre – Ypuera, Alto da Boa Vista, Aristocrata, Augusta – Prefeito Bruno Covas, Córrego do Bispo, Fazenda da Juta, Jardim Apurá – Búfalos e Paraisópolis – Lourival Clemente da Silva.

No contexto da implementação das concessões públicas em São Paulo, os planos de gestão se tornaram uma exigência do Ministério Público para os parques do município. Esses documentos, além de atenderem a uma necessidade legal, surgem como instrumentos animadores da participação social local quando esse parque está por nascer ou foi recém-inaugurado. O recado que se quer transmitir é o de que a participação social não está restrita às etapas seguintes ao parque aberto, mas pode também compor como um nutriente a mais quando inserida em um planejamento mais amplo, colaborativo e participativo.

A intenção deste produto é, portanto, garantir que todos os parques tenham instrumentos adequados de gestão que subsidiem a estrutura de governança e a) sirvam de guia para os funcionários públicos; b) sirvam como mecanismo de controle social por parte da sociedade civil; c) permitam a continuidade de políticas, programas, projetos e iniciativas para os parques.

Dessa forma, inicialmente o plano apresenta uma contextualização breve sobre a importância e a localização do parque dentro do município. Em seguida, faz uma caracterização urbano-ambiental abrangente, abordando tanto os atributos naturais do parque em seu interior quanto a relação do parque com as áreas circundantes, denominadas de “Território Parque”.

Além disso, o plano também compila e analisa as legislações relevantes, que podem ser úteis e aplicáveis para a gestão administrativa e compartilhada do parque, proporcionando um entendimento jurídico necessário para a tomada de decisões. Por fim, o documento propõe diretrizes e ações que visam a manutenção e melhoria do parque, fundamentadas em discussões coletivas, estimulando que as ações futuras estejam alinhadas com as necessidades e aspirações da sociedade civil.



2. Parques Urbanos Municipais

Os primeiros parques urbanos surgiram na segunda metade do século XVIII na Europa e Estados Unidos como resposta ao processo de expansão das cidades, visando oferecer lazer e entretenimento à população urbana. Durante a Revolução Industrial, já no século XIX, esses espaços foram concebidos com uma aura nostálgica, evocando a paisagem natural perdida durante o êxodo rural-urbano provocado pela industrialização. No Brasil, os parques urbanos surgiram na primeira metade do século XIX, seguindo o modelo europeu, inicialmente acessíveis apenas às elites, reforçando a segregação socioespacial decorrente do sistema escravista que caracterizava a época (SILVA, 2003). O primeiro parque urbano da cidade de São Paulo foi o Jardim da Luz, frente à estação da Luz, inaugurado em 1825.

O conceito do lazer, nas dinâmicas urbanas do século XX se reconfigurou, desde um lazer submetido a um controle social das concepções higienistas de cidade até processos de redemocratização e cidadania observados. Quase dois séculos depois da inauguração do parque Jardim da Luz, as políticas públicas municipais de São Paulo seguem um modelo de desenvolvimento urbano contemporâneo que prioriza o bem-estar coletivo, sem excluir as camadas mais pobres da população da cidade. Num contexto de escassez de espaços verdes públicos, os parques se tornaram espaços de reivindicação pelo direito ao lazer e à cidade (PACHECO, 2014).

Os parques urbanos da Cidade de São Paulo são diversos em tamanho, forma e função. Eles oferecem um conjunto de benefícios à população, como a preservação de fauna e flora e dos recursos hídricos, a regulação do microclima e a qualidade do ar, além de promover a recreação e a sociabilidade. Assim, o uso público dos parques difere-se de outros espaços públicos, pois integra a ele a conservação ambiental (KLIASS apud LIMA, 2021).

Em São Paulo, considerando o rápido crescimento urbano e a desigualdade social, esses espaços públicos refletem as dinâmicas e desafios da cidade e, em certos setores da cidade, representam uma das escassas áreas verdes ou espaços livres e públicos com vocação para a recreação, contemplação e valorização da urbanidade.

2.1. Legislação aplicável

A elaboração de um Plano de Gestão para um parque urbano precisa estar em consonância com diversas legislações de ordenamento urbano e normas administrativas para garantir sua eficácia, legalidade e sustentabilidade. Este alinhamento é crucial para que o parque não só atenda às necessidades da população, mas também respeite as diretrizes ambientais, urbanísticas e administrativas estabelecidas pelo município.

No caso do Parque Augusta - Prefeito Bruno Covas, as legislações incidentes sobre o território do parque (em ordem de priorização), são:

- Tombamento CONPRESP Processo 1999-0.148.748-0: Áreas de Proteção Paisagística / Bens Imóveis Representativos: Remanescente do Antigo Colégio Des Oiseaux e Bosque. Área Envolvente CONPRESP (Processo nº 1993-0.008.446-1) do



imóvel localizado à Rua Marquês de Paranaguá nº 124 (Setor 10 – Quadra 13 – Lote 24), tombado pela Resolução nº 05/CONPRESP/95.

- Plano Diretor Municipal - Revisão Intermediária (Lei Municipal nº 17.975/2023): Parque Existente configurado como Zona Especial de Preservação Ambiental (ZEPAM) com área de Zona Especial de Preservação Cultural (ZEPEC) em seu perímetro.

Abaixo lista-se outras normas consideradas úteis para a gestão dos parques urbanos municipais:

Legislação Federal

- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: é a lei fundamental e suprema do Brasil, estabelecendo os direitos e deveres dos cidadãos e as funções dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. No que tange ao meio ambiente, o artigo 225 da Constituição trata de sua proteção, impondo ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.
- Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) - Lei nº 6.938/1981: tem como objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no país, condições de desenvolvimento socioeconômico, interesses da segurança nacional e proteção da dignidade da vida humana. Estabelece os princípios, objetivos e instrumentos para a política ambiental no Brasil, incluindo a criação do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA).
- Política Nacional sobre a Mudança do Clima (PNMC) - Lei nº 12.187/2009: estabelece os princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos para a implementação de políticas públicas voltadas ao enfrentamento das mudanças climáticas no Brasil. A lei tem como foco principal a mitigação das emissões de gases de efeito estufa e a adaptação do país aos impactos das mudanças climáticas, em alinhamento com os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil.
- Lei da Mata Atlântica - Lei nº 11.428/2006: dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, considerado um dos mais ricos em biodiversidade e um dos mais ameaçados do mundo. A lei define os tipos de vegetação que podem ser explorados, as condições para essa exploração, e estabelece normas para a recuperação de áreas degradadas. Além disso, busca a preservação de remanescentes de vegetação nativa e incentiva a recuperação e o uso sustentável dos recursos naturais.
- Código Florestal - Lei nº 12.651/2012: regula a preservação e o uso da vegetação nativa em propriedades rurais e estabelece normas sobre as Áreas de Preservação Permanente (APPs) e as Reservas Legais. Ele estabelece obrigações para os proprietários rurais no que diz respeito à proteção dos recursos hídricos, à conservação da biodiversidade, ao combate ao desmatamento ilegal e à promoção do uso sustentável das florestas.
- Lei nº 13.019/2014: estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco.



Legislação Estadual

- Lei Estadual da Mata Atlântica (São Paulo) - Lei nº 14.982/2013: lei específica do Estado de São Paulo que regulamenta a proteção e a restauração da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica no estado. A lei define as regras para a supressão de vegetação, medidas de compensação ambiental, e incentiva a recuperação de áreas degradadas. Além disso, regula a exploração sustentável dos recursos naturais, buscando a preservação do bioma no âmbito estadual.

Legislação Municipal (Leis Municipais)

- Lei Municipal nº 16.703/2017: disciplina as concessões e permissões de serviços, obras e bens públicos no âmbito do Plano Municipal de Desestatização (PMD).
- Lei Municipal nº 15.910/2013: dispõe sobre a criação e organização de Conselhos Gestores dos Parques Municipais.
- Lei Municipal nº 14.887/2009: reorganiza a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA) e dispõe sobre o quadro de cargos e conselhos relacionados.
- Lei Municipal nº 14.517/2007: institui o Programa Municipal de Parcerias Público-Privadas, cria a Companhia São Paulo de Parcerias (SPP) e dá outras providências.
- Lei Municipal nº 14.223/2006 - "Cidade Limpa": dispõe sobre a ordenação dos elementos que compõem a paisagem urbana do Município de São Paulo.
- Lei Municipal nº 11.509/1994: determina o uso de pisos drenantes em passeios públicos, estacionamentos e outras áreas.
- Lei Municipal nº 10.205/1986: disciplina a expedição de licença de funcionamento, alvarás de funcionamento e alvarás para eventos públicos temporários.

Decretos Municipais

- Decreto Municipal nº 61.082/022: dispõe sobre o apoio à fiscalização ambiental pela Guarda Civil Metropolitana.
- Decreto Municipal nº 58.625/2019: reorganiza a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente.
- Decreto Municipal nº 58.320/2018: dispõe sobre contratos para a gestão de parques municipais em parceria com particulares, conforme a Lei nº 16.703/2017.
- Decreto Municipal nº 58.262/2018: dispõe sobre competência para licitações no âmbito do Plano Municipal de Desestatização.
- Decreto Municipal nº 58.102/2018: regulamenta o recebimento de doações e comodatos de bens e serviços pela Administração Direta e Indireta do Município.
- Decreto Municipal nº 57.575/2016: dispõe sobre a aplicação da Lei Federal nº 13.019/2014 no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município.
- Decreto Municipal nº 54.421/2013: confere nova regulamentação ao procedimento de fiscalização ambiental no Município de São Paulo.
- Decreto Municipal nº 52.201/2011: regulamenta pedidos de aquisição, permuta, concessão administrativa e permissão de uso de imóveis municipais.
- Decreto Municipal nº 52.153/2011: regulamenta disposições da Lei nº 14.887/2009



referentes ao Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CADES).

- Decreto Municipal nº 52.062/2010: regulamenta o artigo 50 da Lei nº 14.223/2006 sobre termos de cooperação com a iniciativa privada.
- Decreto Municipal nº 42.479/2002: regulamenta a Lei Municipal nº 13.214/2001 sobre a instalação de para-raios ou sistemas de detecção.
- Decreto Municipal nº 41.685/2002: regulamenta a Lei Municipal nº 13.131/2001 sobre a criação, posse e transporte de cães e gatos no Município de São Paulo.
- Decreto Municipal nº 40.384/2001: dispõe sobre a doação de bens e serviços e o estabelecimento de parcerias com a iniciativa privada.
- Decreto Municipal nº 39.213/2000: dispõe sobre a delegação de competência ao Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente.
- Decreto Municipal nº 34.855/1995: regulamenta a Lei Municipal nº 10.908/1990 sobre a demarcação de espaços para ciclofaixas em praças públicas.
- Decreto Municipal nº 26.535/1988: regulamenta a Lei nº 10.365/1987 sobre o corte e a poda de vegetação de porte arbóreo.
- Decreto Municipal nº 49.969/2008: regulamenta a Lei Municipal nº 10.205/1986 sobre a expedição de licença de funcionamento.

Portarias e Resoluções

- Portaria Conjunta SVMA/SMSU/SIURB nº 003 de 2 de outubro de 2023: institui o Plano de Prevenção e Combate a Incêndios em Áreas Florestadas do Município de São Paulo ("Operação Fogo Zero").
 - Portaria SVMA nº 38 de 21 de maio de 2024: dispõe sobre procedimentos preventivos para eventos climáticos extremos nos parques municipais.
 - Portaria nº 29/SVMA/2021: estabelece procedimentos administrativos internos para protocolo de parcerias junto à Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente (SVMA).
 - Portaria nº 2/SVMA/DEPAVE/2000: regulamenta normas e procedimentos para vigias dos parques municipais.
- Resolução nº 122/SSP/1985: trata do policiamento ostensivo para espetáculos públicos.

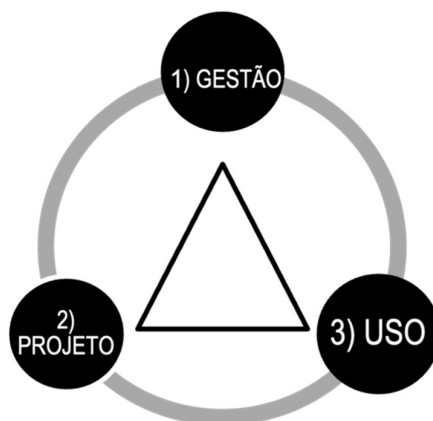
3. O que são Planos de Gestão? E por que são importantes?

Na busca por incrementar qualitativamente a condução participativa desse processo de elaboração do Plano, pretendeu-se realizar um processo democrático na formulação de um documento que incorpora, além do olhar da administração, ideias e estratégias transversais de melhorias que se apoiam na diversidade e interseccionalidade do público e na gestão compartilhada.

O Plano de Gestão é um instrumento de planejamento, um documento estratégico, abrangente e geral com diretrizes que consolidam regras, estudos, análises situacionais ou diagnósticos, visando orientar, a médio prazo, as ações de melhoria e gestão compartilhada do parque urbano.

Aos parques implantados, como o caso do Parque Augusta - Prefeito Bruno Covas, as diretrizes foram voltadas à realidade apresentada a partir do projeto existente, que reflita percepções e pretensões da gestão, fortaleça a governança, fomenta o uso e o democratize.

Figura 1 - Elementos estruturantes de um Plano de Gestão



Fonte: ONU-Habitat

Como previsto também nos Planos Diretores dos parques já elaborados, a implementação de tais diretrizes deve ser monitorada por meio de indicadores instituídos e fornecidos por este próprio Plano, de modo a avaliar o seu estágio de implementação e o sucesso das diretrizes indicadas.

Dos Planos Diretores de Parques já elaborados ao Plano de Gestão apresentado neste documento, há um processo de aprendizado, melhoria e adaptação ao contexto dos parques urbanos. O Plano Diretor fornecia um conjunto de diretrizes gerais para a gestão do parque, com foco principalmente em parâmetros de governança, com vistas a promover: (i) a proteção do seu ecossistema; (ii) melhorias ambientais; (iii) aprimoramento de sua estrutura; e (iv) maximizar a experiência dos frequentadores na fruição do equipamento. **O Plano de Gestão**



representa uma evolução significativa desse modelo, consolidando-se como o instrumento oficial para a operação diária e gestão a médio e longo prazo dos parques, incorporando três novos elementos na sua composição: v) Define procedimentos e regras para facilitar e estimular a gestão compartilhada; vi) Incentiva parcerias locais; vii) Promove sinergias entre as políticas ambientais e setoriais.

Tanto é um guia de gestão que a elaboração deste documento levou em consideração as obrigações oriundas das normas incidentes sobre parques urbanos no âmbito do Município de São Paulo, bem como das normas específicas que atravessam os usos e gestão dos parques municipais.

Ademais, prevê-se uma revisão periódica dos Planos de Gestão como medida para garantia de sua atualidade, com ideal de aprimoramento e adaptação a partir das intenções colocadas no plano precedente. Vale sublinhar: os Planos de Gestão não são documentos para atender a um processo concessório, sendo verdadeiramente um instrumento de governança e gestão do parque como um todo e a sua aplicabilidade se estende tanto ao caso de gestão pública, quanto de gestão privada.

As características que destacam o Plano de Gestão elaborado em parceria com o projeto Viva o Verde SP do ONU-Habitat contempla, ainda, algumas inovações. Entre essas, estão a coleta de contribuições transversais no processo de elaboração do conteúdo, a perspectiva de gênero e de outros grupos vulnerabilizados (identificados a partir de cada realidade territorial), bem como o estudo de instrumentos de monitoramento e controle.

Assim, as suas diretrizes devem ser observadas independentemente de sua gestão ser diretamente através do Poder Público ou outra entidade. Tem-se, portanto, uma ampla matriz de diretrizes, responsabilidades e desejos coletivos de futuro que devem ser seguidos por todos envolvidos em sua governança, conforme as suas atribuições.

3.1. Metodologia

Durante elaboração do Plano de Gestão, foi realizada pesquisa sobre as metodologias¹ já discutidas, implementadas e publicadas por organizações, técnicos e instituições do município, bem como pelo próprio ONU-Habitat.

A partir de uma definição aliada ao ODS 11, Cidades e Comunidades Sustentáveis e ao ODS 5, Igualdade de Gênero, o Plano de Gestão aporta dois instrumentos principais para guiar o

¹ Entende-se por metodologia “o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Metodologia inclui simultaneamente a teoria da abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas) e a criatividade do pesquisador (experiência, capacidade crítica e sensibilidade). [...] A metodologia é muito mais do que técnicas. Ela inclui as concepções teóricas da abordagem, articulando-se com a teoria, com a realidade empírica e com os pensamentos sobre a realidade” (MINAYO; DESLANDES; GOMES, 2021).



planejamento do seu processo de formulação: O “*Guía de Intervenciones en espacios públicos*” (Guia de intervenções em espaços públicos), elaborado pelo Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe - CAF (ALEGRE, et. al, 2022) e o “*Her City*” (Cidade Dela) (ONU-HABITAT, 2022), um guia para incorporar a participação das mulheres no planejamento urbano, do ONU-Habitat.

Adotou-se uma caixa de ferramentas utilizadas pelo Guia de intervenções em espaços públicos, supracitado. Nela encontramos um processo que se define por “*Evaluación inicial*” (Avaliação inicial ou Diagnóstico), “*Planificación y Diseño*” (Planejamento e Desenho), “*Evaluación final*” (Avaliação final), “*Gestión y mantenimiento*” (Gestão e manutenção ou monitoramento) (ALEGRE, et. al, 2022). A saber e a seguir, as descrições das respectivas fases em português:

Avaliação inicial ou Diagnóstico: analisar corretamente o espaço público, para entender as suas dinâmicas e necessidades, é fundamental para o desenvolvimento de propostas condizentes com o contexto.

Planejamento e Desenho: o planejamento e o desenho da proposta devem ser uma nítida resposta aos resultados do diagnóstico, sendo coerentes com os objetivos tratados no início do projeto.

Avaliação final: tão importante como a avaliação inicial, a essa fase cabe analisar os resultados e impactos do projeto urbano e permitirá planejar e melhorar adequadamente os processos no futuro.

Gestão e Manutenção: A sustentabilidade é um elemento-chave para o planejamento do processo. Informações como aqueles que ficaram responsáveis e como operacionalizaram as suas atividades são importantes que estejam descritas para maior êxito do projeto urbano.

Como sinalizado anteriormente, este Plano carrega referências de modelos de planos anteriores e o seu fazer em si já enseja um processo pedagógico e de participação social. Com isso, para desenhar mais um caminho para a elaboração de documentos como esse, não basta expor o seu resultado, mas, em vez disso, contar, de bloco em bloco, como foi o seu processo.

3.1.1. Base teórica do Processo Participativo

O entendimento de Milton Santos (1996) sobre território, especialmente através do conceito de “território vivido”, e a visão de Paulo Freire (2011) sobre aprender no e com o mundo se entrelaçam de maneira significativa, destacando a importância da interação entre o indivíduo e seu ambiente para uma aprendizagem crítica e cidadã, que caminha com diferentes maneiras de ler o mundo.

Para Milton Santos (1996), o território vivido é mais do que uma mera delimitação geográfica; é um espaço carregado de significados e vivências humanas. Ele enfatiza a importância das experiências e práticas cotidianas das pessoas no território para compreender a sua



dinâmica e complexidade. Esse conceito destaca a interconexão entre as dimensões físicas, sociais, culturais e econômicas do espaço, reconhecendo que o território é moldado e reconfigurado pelas interações humanas ao longo do tempo.

Por outro lado, a visão de Paulo Freire (2011) defende a experiência prática e a reflexão crítica como bases para o conhecimento. Ele propõe uma pedagogia centrada na vivência da pessoa e na compreensão contextualizada da realidade em que está inserida. Freire acredita que o diálogo e a problematização das questões do cotidiano são essenciais para promover uma aprendizagem significativa e emancipadora.

Ao cruzar esses dois pensamentos, percebe-se que ambos reconhecem e valorizam as experiências, como a da elaboração dos planos municipais, que promove vivências entre diferentes sujeitos em seu contexto territorial. Trata-se de uma aprendizagem que circula não apenas através de livros e teorias, mas também por meio das interações com outras pessoas na educação não formal ou informal, em arenas públicas participativas, com o espaço físico e social ao nosso redor (LIMA, 2021).

Igualmente neste trabalho que desdobrou em um importante instrumento de gestão territorial participativa, o território vivido torna-se, assim, um espaço de aprendizado rico em possibilidades de reflexão, diálogo e ação transformadora.

Nesse sentido, a educação deve ser concebida como um processo contínuo de interação entre teoria e prática, entre conhecimento acadêmico e experiência vivida. Aprender no e com o mundo, como Paulo Freire coloca, significa estar aberto para explorar e compreender as múltiplas dimensões do território, reconhecendo suas complexidades e desafios, mas também suas potencialidades e oportunidades de transformação. É através desse encontro entre teoria e prática, entre território vivido e aprendizado contextualizado, que podemos construir uma compreensão mais profunda e significativa da realidade em que estamos inseridos para buscar incidir nela.

3.1.2. Base operacional do Processo Participativo

O processo participativo não se delimita apenas à etapa das oficinas ou de interação direta com o público, mas todo o ciclo do projeto a partir do seu desenho e concepção. Desde as primeiras interlocuções com multiplicadores, atores estratégicos ou público difuso, passando por essas contribuições conduzidas via oficinas, até a avaliação e validação ampliada das diretrizes (advindas da equipe técnica e da sociedade civil) inclusas no plano.

A depender do tempo disposto, algumas atividades podem interceptar outras mesmo estando em métodos diferentes de execução. Da mesma forma, a partir das premissas postas, tornou-se indispensável a tessitura da participação social de forma integrada à elaboração técnica durante todo o percurso.

Durante o processo, elencou-se cinco arenas de participação, sendo elas:

1. Metodologia geral dos Planos de Gestão com instituições científicas e acadêmicas, órgãos públicos, entidades privadas e da sociedade civil;



2. Acompanhamento do projeto e proposição de metodologias de participação social com Conselhos Gestores, CADES Regionais ou Conselhos Participativos;
3. Oficinas de elaboração dos Planos de Gestão abertas ao público e oficinas específicas com crianças e adolescentes;
4. Consulta pública para devolutiva do processo de participação social e apresentação de resultados; e
5. Grupo de Referência composto por coletivos, movimentos e entidades da sociedade civil para acompanhar os processos e resultados do Viva o Verde SP.

Compõem a metodologia deste Plano de Gestão, também, reuniões regulares com o Grupo de Referência² (GR), com atores estratégicos já envolvidos na elaboração de planos municipais em São Paulo e com munícipes que se candidataram a acompanhar mais de perto a formatação da metodologia de participação social.

Tabela 1 - Atividades participativas nas etapas do Plano de Gestão

Legenda

- ▲ Avaliação inicial ou diagnóstico
- Planejamento e Desenho
- ↻ Reavaliação
- Gestão e Manutenção



Diagnóstico preliminar

Como vetor central, buscou-se fomentar a discussão para :1) a definição de estrutura (ou sumário) do Plano de Gestão de maneira comparativa a outras gestões de parques de diferentes países e no estado e município de São Paulo; 2) as definições conceituais, de princípios e objetivos dos planos de gestão; 3) a coleta de informações secundárias, no diagnóstico preliminar dos oito parques abrangidos pelo Projeto Viva o Verde SP, na criação de matriz de contribuições para a transversalização da participação social.

Adicionalmente, coube os trabalhos de campo como investigação e caracterização dos parques; o mapeamento das partes interessadas e de atores estratégicos, a participação dos grupos de interesse (CADES, Conselhos Gestores de Parque, Grupo de Referência) para apresentação da equipe e do projeto.

² O Grupo de Referência é um grupo composto por integrantes representantes de articulações, movimentos, coletivos, empresas ou projetos com atuação na cidade de São Paulo e em temas que confere a discussão sobre espaços públicos, espaços de lazer, direito à cidade.



Diretrizes e metodologia das oficinas participativas

Nessa etapa (ou bloco), foram realizadas visitas mais direcionadas nos oito parques. Somado a isso, foram realizadas reuniões específicas com cada uma das áreas competentes da Secretaria do Verde e Meio Ambiente e Prefeitura de São Paulo, estudo aprofundado e análise das informações levantadas sobre os parques.

Ao final, elaborou-se propostas preliminares para as diretrizes técnicas e algumas indicações metodológicas para o processo participativo com o Conselho Gestor do Parque – ou, na sua falta, o CADES ou Conselho Participativo da região que abrange o parque.

O resultado desse bloco é, portanto, a delimitação e divulgação das oficinas participativas, além da definição das diretrizes de cada parque.



Oficinas participativas

A partir de uma ampla discussão sobre os métodos, técnicas e ferramentas, estabeleceu-se uma agenda de oficinas territorializadas, distribuiu-se a equipe e coletou-se contribuições da sociedade civil. Para conhecer melhor a metodologia aplicada nas oficinas, ver o anexo do processo participativo que acompanha este documento.



Pós oficinas

As atividades dessa etapa envolveram o estudo de viabilidade das propostas elencadas e sua sistematização, a organização e divulgação das consultas públicas através da plataforma "Participe +", a realização de reuniões devolutivas sobre as oficinas participativas para os Conselhos e CADES, além da sistematização e compilação dos planos. Também foram realizadas consultas públicas presenciais e online.



4. Parque Augusta – Prefeito Bruno Covas: Informações gerais

O Parque Augusta - Prefeito Bruno Covas, com 23.000 m², origina-se da mobilização de ativistas e associações de moradores pela preservação da área livre e bosque, que estava ameaçada por processo de consolidação de empreendimento privado, em área em que havia edificações já demolidas, como os edifícios do antigo Colégio Des Oiseaux e da Escola Santa Mônica. Por este motivo, apresenta particularidades no aspecto do patrimônio cultural, sendo considerado o primeiro parque municipal arqueológico do município de São Paulo.

Considerando a classificação enquanto Parque Arqueológico, a ocorrência de bens arqueológicos e do tombamento do bosque existente no seu interior e sua localização central, o parque deve ter suas atividades voltadas à Conservação e Valorização do Patrimônio Arqueológico e Natural tombado, à Educação Patrimonial e Ambiental, ao Lazer e à Promoção e Valorização da Diversidade Sociocultural.

As palavras levantadas na oficina de participação social como resposta à questão “Qual é a importância desse parque para você?” ajudaram a destacar e reforçar a vocação proposta para o parque. Termos como “qualidade de vida”, “refúgio”, “histórico de luta popular”, “parque para todos”, “conexão com as raízes”, “história e memória”, “respiro”, “povo-floresta” foram citados com frequência, evidenciando a importância de alinhar as atividades do parque com essas aspirações e valores.

Tabela 2- Ficha introdutória do parque

Nome do parque	Parque Augusta – Prefeito Bruno Covas
Área total	23.000 m ²
Inauguração	2021
Classificação junto à SVMA	Urbano
Endereço	Rua Augusta, 344, Consolação / Rua Caio Prado, 320/322
Horário de funcionamento	Todos os dias, das 5:00 às 21:00
Distrito	Consolação
Zona	Centro
Subprefeitura	Sé

5. Contexto Urbano

O Parque Augusta - Prefeito Bruno Covas está localizado na Subprefeitura da Sé, distrito da Consolação, zona central de São Paulo.

Figura 2 - Localização do Parque Augusta - Prefeito Bruno Covas no município de São Paulo



Fonte: Adriana Quedas/ONU-Habitat

A seguir, para fins de análise do contexto urbano em que está inserido, utilizou-se o raio de 1 km³ a partir de um dos principais portões do parque. Tal caracterização envolve os usos do solo e do espaço urbano, bem como os tipos de zoneamentos correspondentes, os aspectos físicos e socioeconômicos do território, a disposição dos equipamentos públicos na área e o acesso ao parque por transporte público.

O objetivo final é o de construir um diagnóstico do entorno do parque, a fim de pensá-lo como equipamento urbano, vislumbrando, portanto, suas relações reais e potenciais com a área da cidade em que está inserido.

³ Foi estabelecido o acesso principal do parque como ponto central do raio verificado, uma vez que o índice de 1 km de raio já é utilizado de forma padrão pela Secretaria do Verde e Meio Ambiente (SVMA).

Mapa 1 – Limites do Parque Augusta - Prefeito Bruno Covas



Fonte: Elaborado por ONU-Habitat



5.1. Ocupação e Uso do Solo

O Parque Augusta - Prefeito Bruno Covas está localizado na região central da cidade, no bairro Consolação, na fronteira com o Centro Histórico da cidade. Está inserido num contexto urbano consolidado e de alta densidade demográfica. O uso do solo no entorno do Parque é bem heterogêneo justamente por ele se localizar numa região central, tendo como usos predominantes⁴ o Residencial Vertical de Médio/Alto Padrão e o Residencial e Comércio/Serviços, com porções de Indústrias e Armazéns e de Comércio e Serviços (Mapa 2).

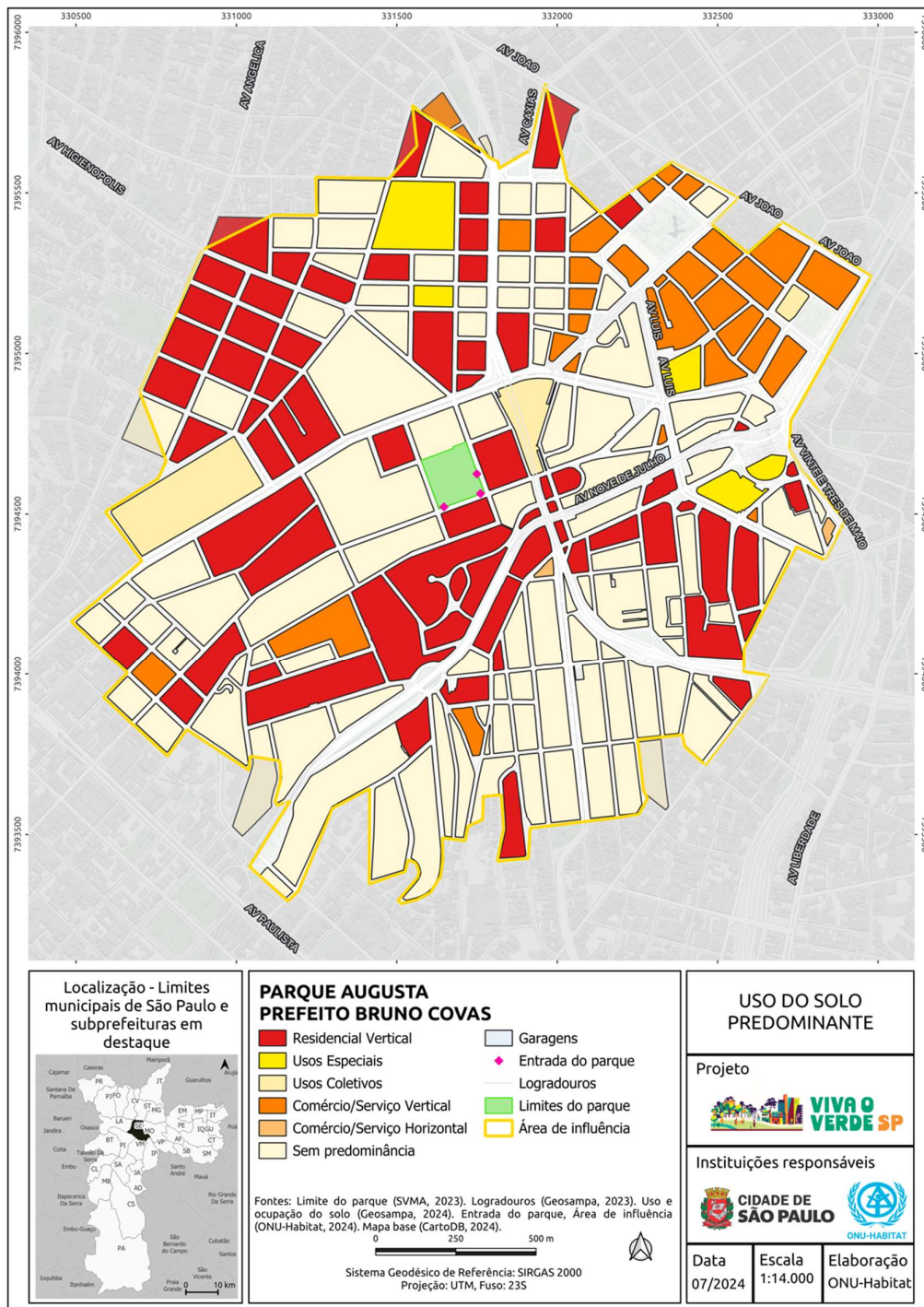
Como vemos no Mapa 3 existem muitos cortiços⁵ na região, principalmente na parte ao Sul do Parque, nos distritos da República e Bela Vista. A diversidade no padrão de usos residenciais locais já indica a necessidade de programas e estratégias para o uso do parque que reflitam esta diversidade, que contemplem os diversos públicos e que promovam a integração entre eles.

Considerando as Macrozonas e Macroáreas criadas no Plano Diretor Estratégico de São Paulo (2014), o Parque se localiza na Macrozona de Estruturação e Qualificação Urbana e na Macroárea de Urbanização Consolidada (Figura 3), exatamente no limite desta com a Macroárea de Estruturação Metropolitana. A Macroárea de Urbanização Consolidada caracteriza-se “por um padrão elevado de urbanização, forte saturação viária, e elevada concentração de empregos e serviços e é formada pelas zonas exclusivamente residenciais e por bairros predominantemente residenciais que sofreram um forte processo de transformação, verticalização e atração de usos não residenciais, sobretudo serviços e comércio.”

⁴ Segundo o Geosampa, Camada Uso do Solo Predominante Fiscal se caracteriza por um “Tipo de uso do solo predominante (maior ou igual a 60%) por quadra fiscal. Com a finalidade de análise do espaço urbano, a Secretaria Municipal de Planejamento (SEMPA), hoje Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento (SMUL) estabeleceu uma metodologia de agregação resultante do cruzamento entre os valores “uso” e “padrão” atribuídos pelo Cadastro de Contribuintes Mobiliários (CCM), para cada imóvel cadastrado”. Como é uma camada de predominância de uso baseada em cadastro fiscal, agregações feitas podem suprimir usos importantes não fiscais, agregando-os em outros usos.

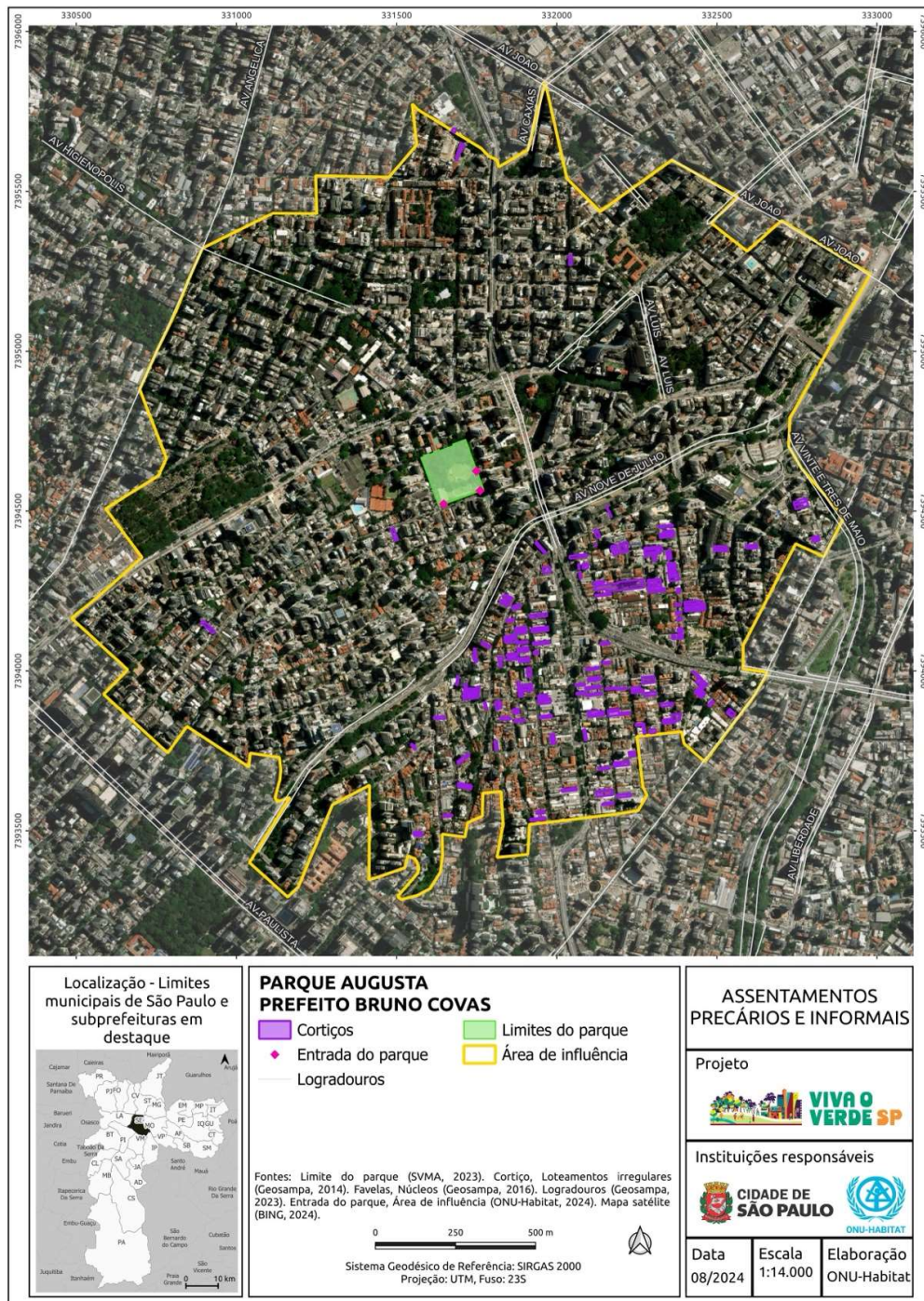
⁵ Quando a análise foi feita estavam disponíveis apenas os dados demográficos do Censo 2010. No Censo 2022 o IBGE substituiu a denominação dos “Aglomerados Subnormais”, adotada pelo instituto em seus censos e pesquisas desde 1991, por “Favelas e Comunidades Urbanas”.

Mapa 2 - Uso do solo predominante



Fonte: Elaborado por ONU-Habitat

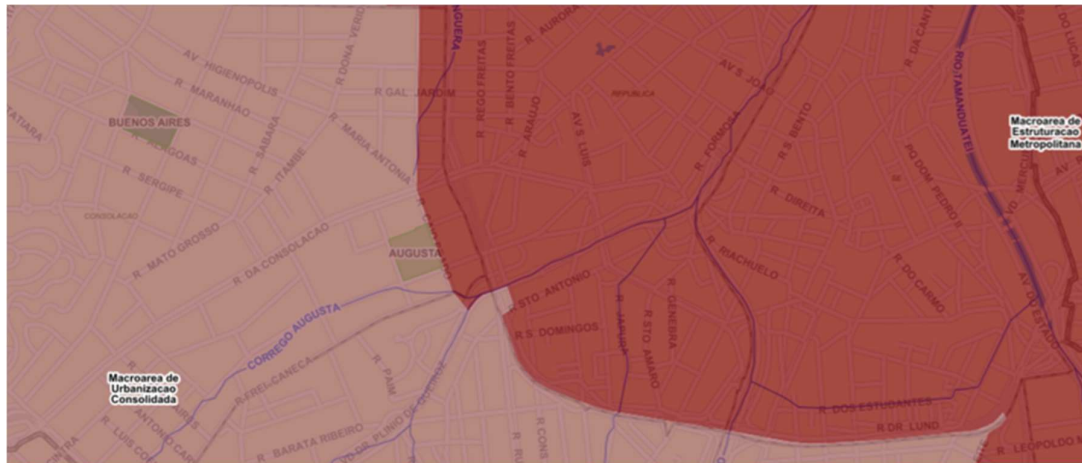
Mapa 3 – Cortiços, favelas e loteamentos irregulares



Fonte: Elaborado por ONU-Habitat



Figura 3 - Plano Diretor – Localização do Parque Augusta - Prefeito Bruno Covas nas Macroáreas do Plano Diretor de SP



Fonte: Geosampa

A Figura 4 mostra as Zonas da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo do Município de São Paulo (Lei Municipal nº 16.402/2016 e Revisão Parcial instituída através da Lei 18.081/2024) no entorno do Parque. O parque está cercado por Zona de Centralidade (ZC), Zonas Eixo de Estruturação da Transformação Urbana (ZEU), Zona Eixo de Estruturação da Transformação Metropolitana (ZEM) e Zona Mista (ZM). Há também uma presença importante de Praças e Canteiros na região ao leste do Parque e de ZEIS nas mesmas regiões, com predomínio de ZEIS 3 e ZEIS 5.

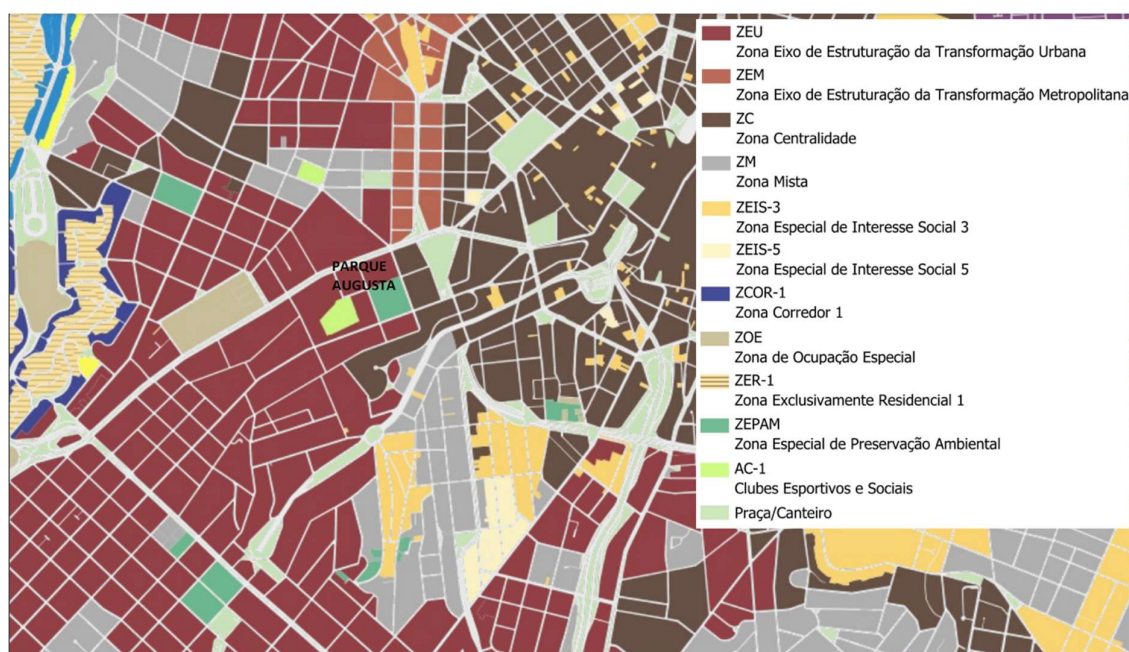
Abaixo seguem as definições de uso e ocupação para as zonas acima citadas:

- Zona de Centralidade (ZC): são porções do território localizadas fora dos eixos de estruturação da transformação urbana destinadas à promoção de atividades típicas de áreas centrais ou de subcentros regionais ou de bairros, em que se pretende promover majoritariamente os usos não residenciais, com densidades construtiva e demográfica médias e promover a qualificação paisagística e dos espaços públicos.
- Zonas Eixo de Estruturação da Transformação Urbana (ZEU): são porções do território destinadas a promover usos residenciais e não residenciais com densidades demográfica e construtiva altas e promover a qualificação paisagística e dos espaços públicos de modo articulado com o sistema de transporte público coletivo.
- Zona Mista (ZM): são porções do território em que se pretende promover usos residenciais e não residenciais, com predominância do uso residencial, com densidades construtiva e demográfica baixas e médias. A principal característica da zona mista é viabilizar a diversificação de usos, sendo uma zona em que se pretende mais a preservação da morfologia urbana existente e acomodação de novos usos, do que a intensa transformação.
- Zona Especial de Interesse Social 3 (ZEIS-3): se localizam prioritariamente nas áreas centrais da cidade, principalmente nas Macroáreas de Estruturação Metropolitana e de Qualificação da Urbanização Consolidada. Nas ZEIS 3 deve-se, conforme o caso,

recuperar áreas urbanas deterioradas e aproveitar terrenos e edificações não utilizadas ou subutilizadas para a construção de novos empreendimentos com HIS, HMP ou atividades não residenciais.

- Zona Especial de Interesse Social 5 (ZEIS-5): Contemplam terrenos vazios ou subutilizados e se adequam a família com renda de até dez salários mínimos.
- Zonas de Ocupação Especial (ZOE): são porções do território da cidade destinadas a abrigar predominantemente atividades que, por suas características únicas, como aeroportos, centros de convenção, grandes áreas de lazer, recreação e esportes, necessitam de disciplina especial de uso e ocupação do solo.

Figura 4 - Zoneamento e ZEIS da região no entorno do Parque Augusta - Prefeito Bruno Covas



Fonte: LPUOP, 2024

A revisão intermediária do Plano Diretor (Lei nº 17.975 de 8 de Julho de 2023) apresenta algumas propostas de ações estruturantes no entorno do Parque, todas relacionadas a Ações Prioritárias no Transporte Público Coletivo, com a criação de corredores de ônibus, projetos estruturantes nas estações de metrô das Linha 4 - Amarela e Linha 2 - Vermelha e duas novas linhas de metrô (Linha 19 e Linha 6), com as respectivas estações, no entorno do Parque, o que pode gerar o aumento do número de frequentadores.

A Área de Influência do Parque (AI), gerada a partir de um algoritmo de caminhabilidade⁶ vai da Praça da República a nordeste, passando ao norte pela estação de metrô Santa Cecília, engloba Higienópolis e o Cemitério da Consolação a oeste e segue ao sul até a Bela Vista e Morro do Ingleses, a uma quadra de borderar a Av. Paulista (Figura 5).



Figura 5 - Área de Influência (AI) do Parque Augusta - Prefeito Bruno Covas, em vermelho



Elaboração: Adriana Quedas/ONU-Habitat, 2024

O Parque Augusta - Prefeito Bruno Covas não consta em nenhum dos Perímetros de Ação do Plano Regional da Subprefeitura da Sé. Porém, encontra-se exatamente na borda de um plano estratégico constante no Plano Diretor: a Área de Intervenção Urbana (AIU) do Setor Central, que tem como premissa o adensamento populacional e construtivo na região, com diversos incentivos para a população mais vulnerável. Em 2022 a AIU Setor Central incorporou em suas diretrizes a Operação Urbana Centro, após a revogação desta.

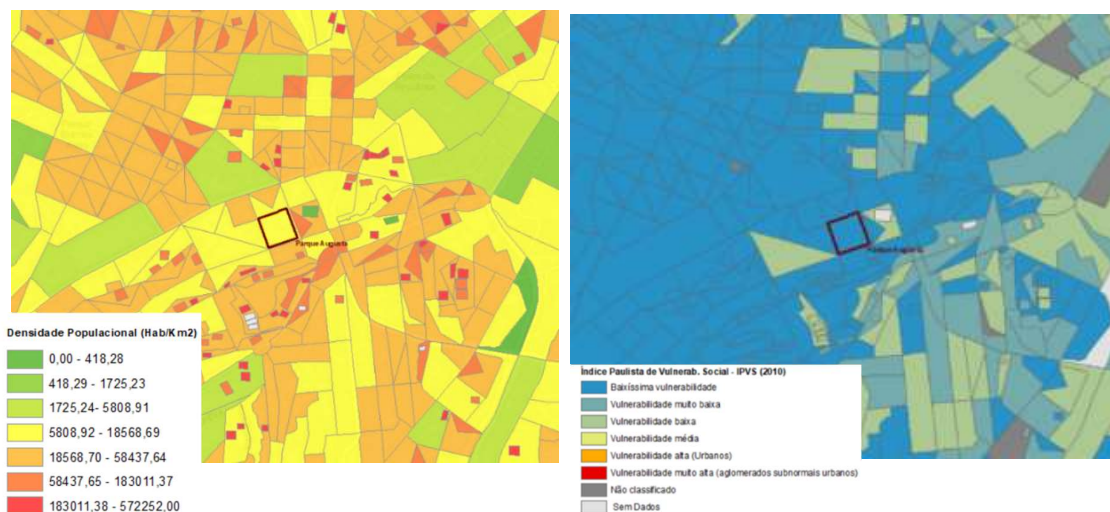
Em relação a patrimônio cultural e arqueológico, o Parque Augusta - Prefeito Bruno Covas é, em si, um Bem em Processo de Tombamento (Geosampa), além de possuir em suas dependências uma Ocorrência Arqueológica e ser uma Área Envolvória⁷ do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (Conpresp).

5.1. Estrutura socioeconômica

Para as análises das características socioeconômicas do entorno do Parque foram utilizados os dados de Densidade Demográfica do Censo 2010⁶ e os dados do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS)⁷, também de 2010.

A região em que se localiza o Parque apresenta densidade demográfica de média a muito alta (entre 5 mil e 575 mil habitantes por quilômetro quadrado) (Figura 6), com as mais altas provavelmente correspondentes a áreas verticalizadas. Com relação à vulnerabilidade social, vê-se claramente uma divisão leste/oeste: enquanto a oeste predominam setores de baixíssima vulnerabilidade (mesmo aqueles com altíssima densidade populacional), a leste predominam setores com vulnerabilidade social média e baixa.

Figura 6 - Densidade Demográfica (hab/Km2) e IPVS para a área do entorno do Parque Augusta - Prefeito Bruno Covas



Fonte: Elaboração: Adriana Quedas/ONU-Habitat. Fonte: IBGE/Censo, 2010

5.3. Eixos viários e Mobilidade

Por se localizar na região central da cidade de São Paulo, o Parque Augusta - Prefeito Bruno Covas é cercado por vias de grande tráfego: as arteriais Rua Augusta (via lindeira ao parque), Rua da Consolação, Av. Nove de Julho, que ligam a Zona Sul ao Centro, bem como o acesso à Radial Leste, via de trânsito rápido (VTR) que liga o Centro à região leste da cidade.

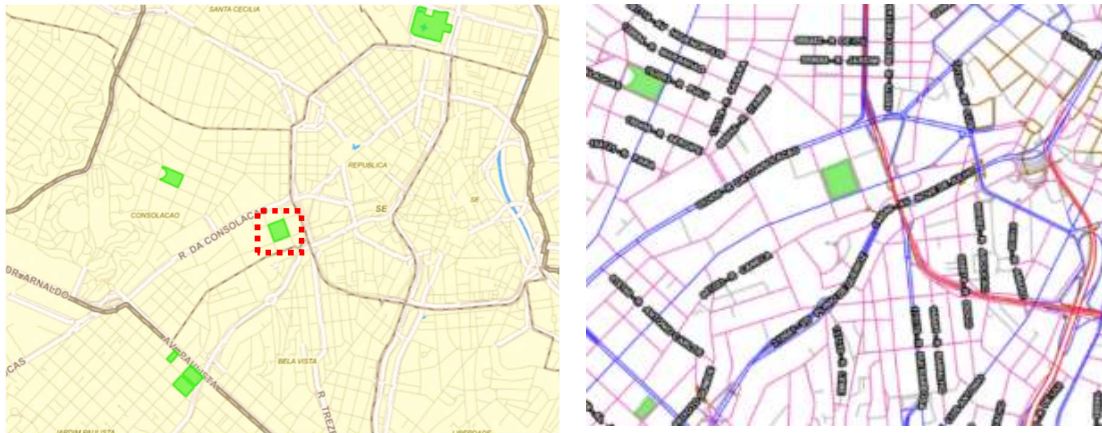
⁶ Até o momento da realização deste trabalho não foram obtidos dados mais recentes agregados por setores censitários do Censo 2022 e que permitem uma análise detalhada na escala local.

⁷ Índice elaborado pela Fundação SEADE cuja finalidade é oferecer ao gestor público e a sociedade em geral uma visão mais detalhada das condições de vida no interior do município, com a identificação e a localização espacial das áreas que abrigam os segmentos populacionais mais vulneráveis à pobreza

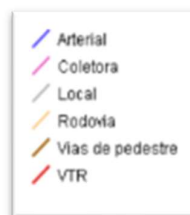


A centralidade também reflete na abundância de modais de transporte urbano que acessam o parque e seu entorno. Há uma faixa exclusiva de ônibus na Rua Caio Prado, onde se encontra uma das entradas do Parque, e dois corredores de ônibus que passam pela Rua da Consolação e pela Av. 9 de Julho, por onde passam uma variedade de linhas de ônibus. Há dois terminais próximos: o Terminal Bandeira, a 800 metros, e o Terminal Amaral Gurgel, a 1,15 km. As ruas do entorno e os dois terminais são abastecidos por várias linhas de ônibus: só no Terminal Bandeira são 22 linhas que ligam a região central a todas as zonas da cidade e, na Rua da Consolação, mais de 50 linhas.

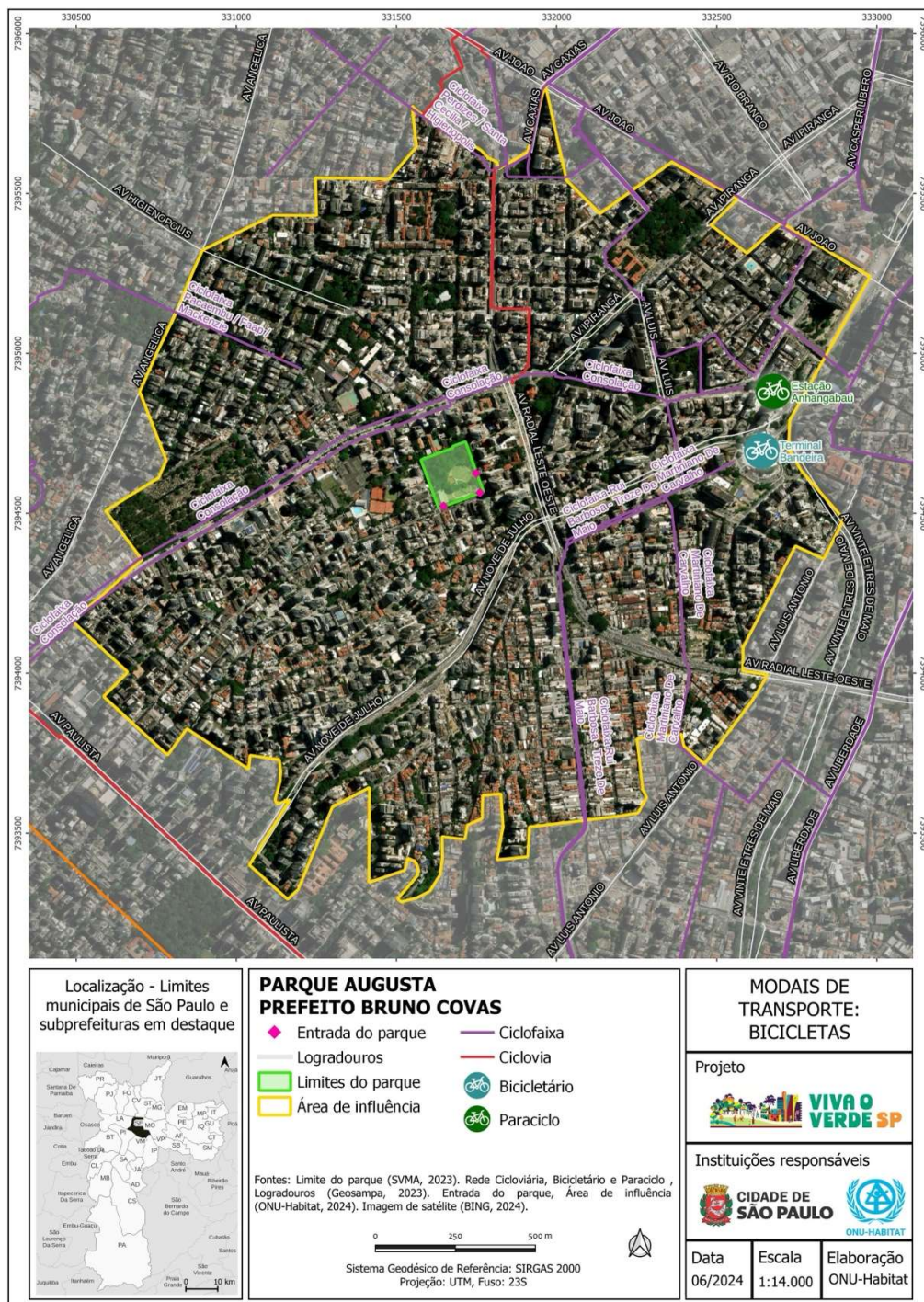
Figura 7- Sistema Viário no entorno do Parque Augusta - Prefeito Bruno Covas, e a classificação viária segundo a Companhia de Engenharia de Tráfego – CET



Fonte: Geosampa, 2024

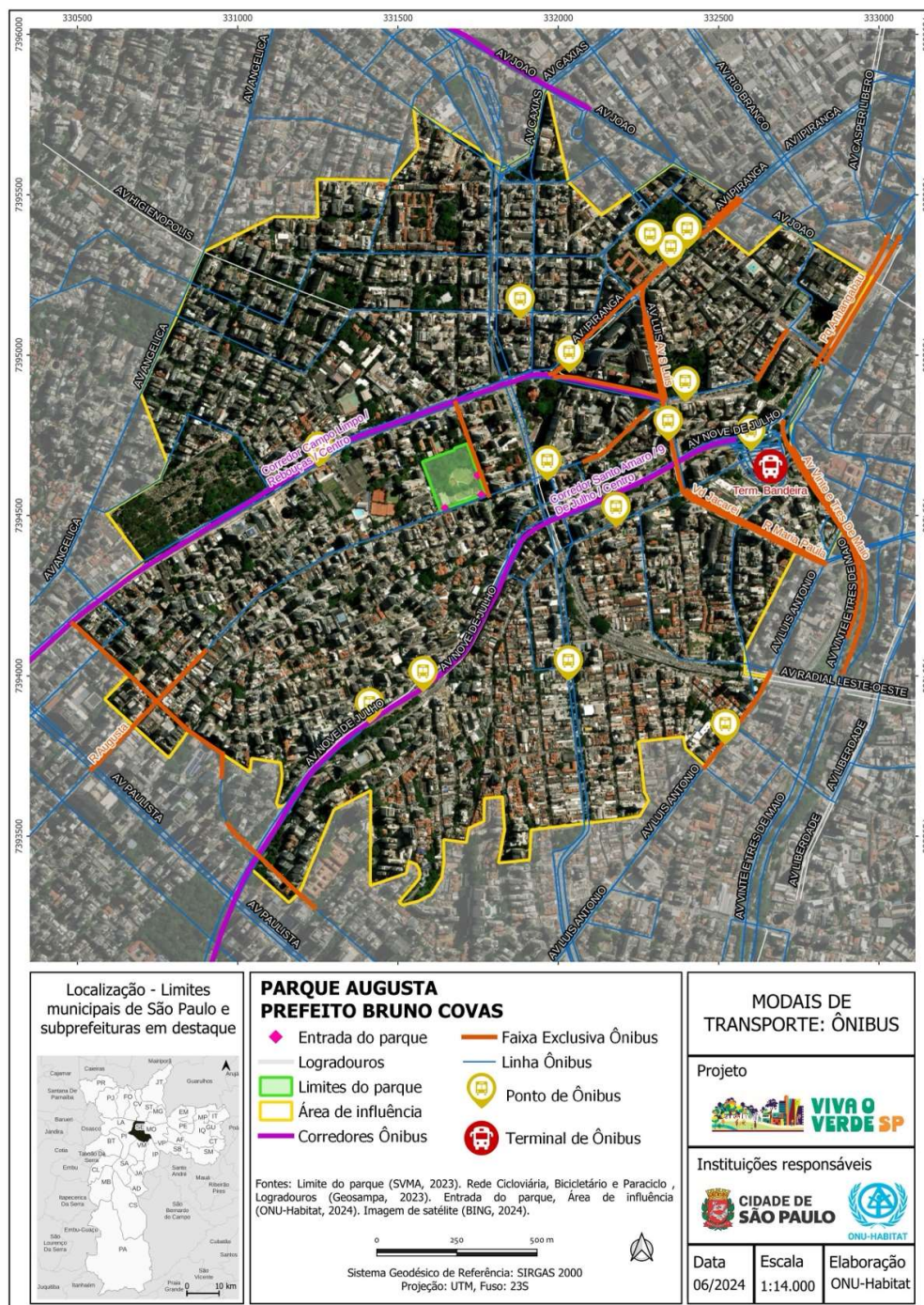


Mapa 2 – Sistema viário no entorno do parque e identificação do sistema cicloviário



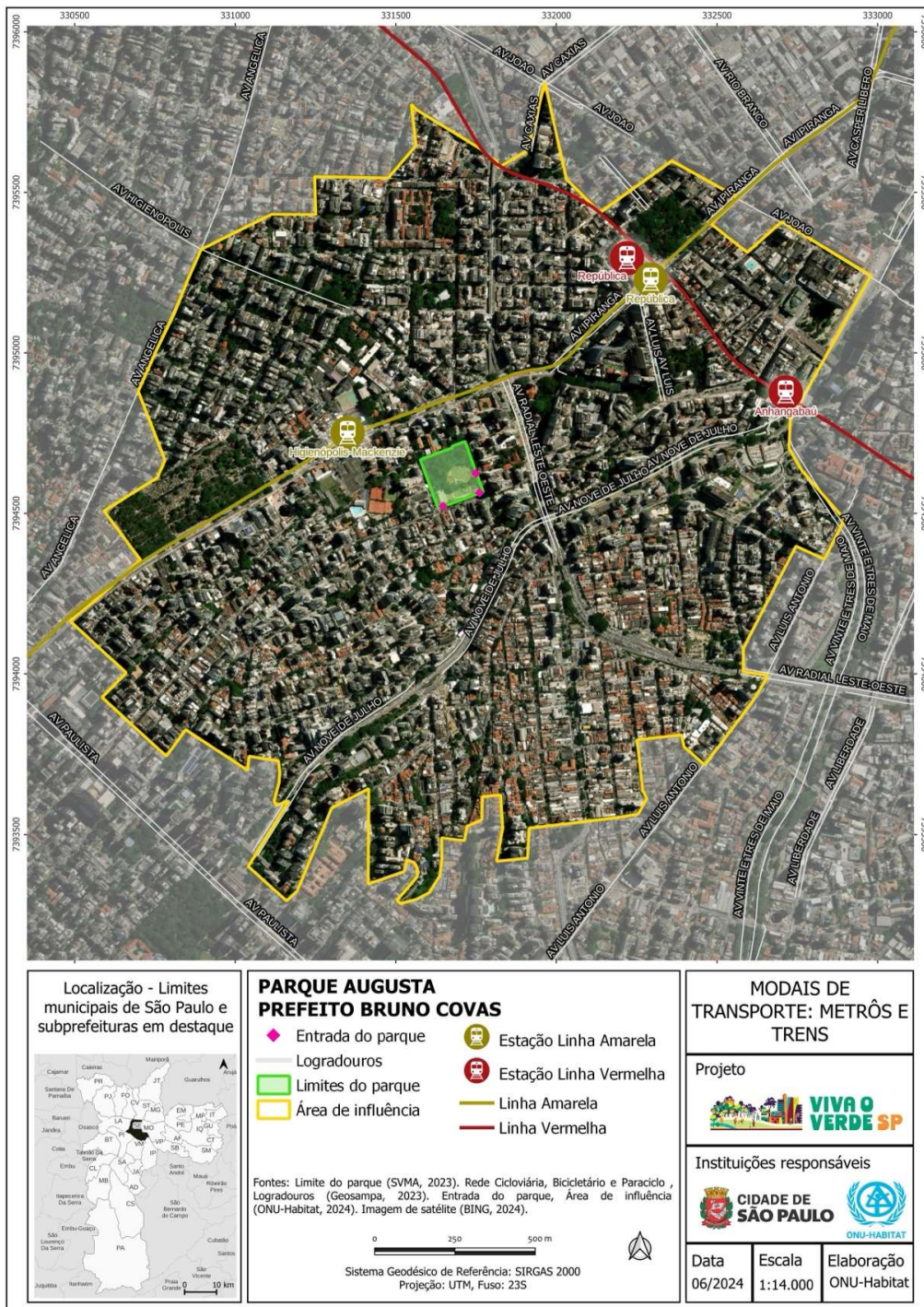
Fonte: Elaborado por ONU-Habitat

Mapa 3 – Sistema viário no entorno do parque e identificação das faixas exclusivas de ônibus e pontos de ônibus



Fonte: Elaborado por ONU-Habitat

Mapa 4 – Estações de metrô no entorno do parque



Fonte: Elaborado por ONU-Habitat



6. Território-Parque

O Território-Parque é uma unidade de cogestão e planejamento territorial em escala local delimitada pela área de influência⁸ do Parque Augusta - Prefeito Bruno Covas que estabelece um perímetro de atuação e priorização de uma agenda comum de parcerias, atividades, ações e intervenções entre comunidades, conselhos, agentes e equipamentos públicos próximos ao parque, articulados por meio de uma rede socioambiental⁹.

Com isso, busca-se promover uma esfera de articulação pública, entre diferentes instâncias da sociedade, que possa, ao mesmo tempo, promover ações de prevenção aos principais desafios relacionados aos territórios de entorno imediato e próximo do parque e, também, potencializar oportunidades vinculadas ao seu espaço urbano ampliado, com o qual ele se correlaciona diretamente ou indiretamente.

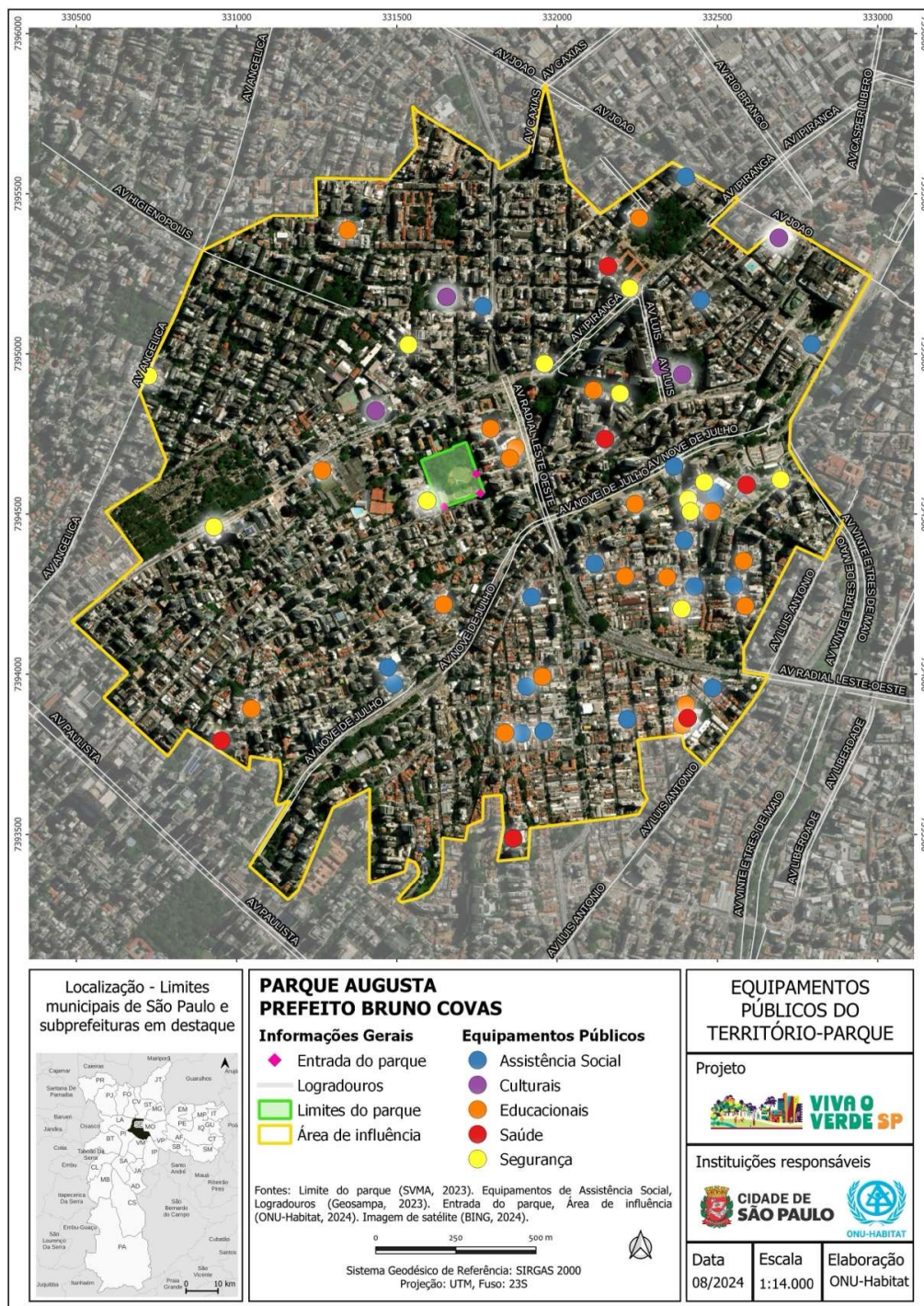
6.1. Caracterização do Território-Parque

O perímetro de atuação do Território-Parque do Parque Augusta - Prefeito Bruno Covas e os principais equipamentos públicos municipais ali relacionados, estão definidos, mapeados e destacados no Mapa 7 a seguir. Na sequência, podem ser verificados separadamente o mapeamento dos diferentes equipamentos públicos deste território nos Mapas 8, 9, 10, 11 e 12.

⁸ Áreas de Influência dos parques foram definidas com base na mobilidade ativa do pedestre e a partir de um critério temporal. Dessa forma, foi calculado um raio sobre a malha viária delimitando o território atendido em uma caminhada de até 15 minutos entre um acesso do parque e suas ruas adjacentes. A área resultante é entendida como adequada para que as pessoas se sintam estimuladas a frequentar o parque mais próximo, seja de sua residência ou trabalho. Para o cálculo, foi considerado o tempo de caminhada de, no máximo, 15 minutos para pessoas adultas sem restrições de mobilidade, considerando variações de velocidade conforme declividade do terreno. Adicionou-se a isso a abrangência territorial de 15 minutos de caminhada para crianças e idosos, bem como para pessoas com restrições de mobilidade, visto que são grupos com deslocamentos mais lentos.

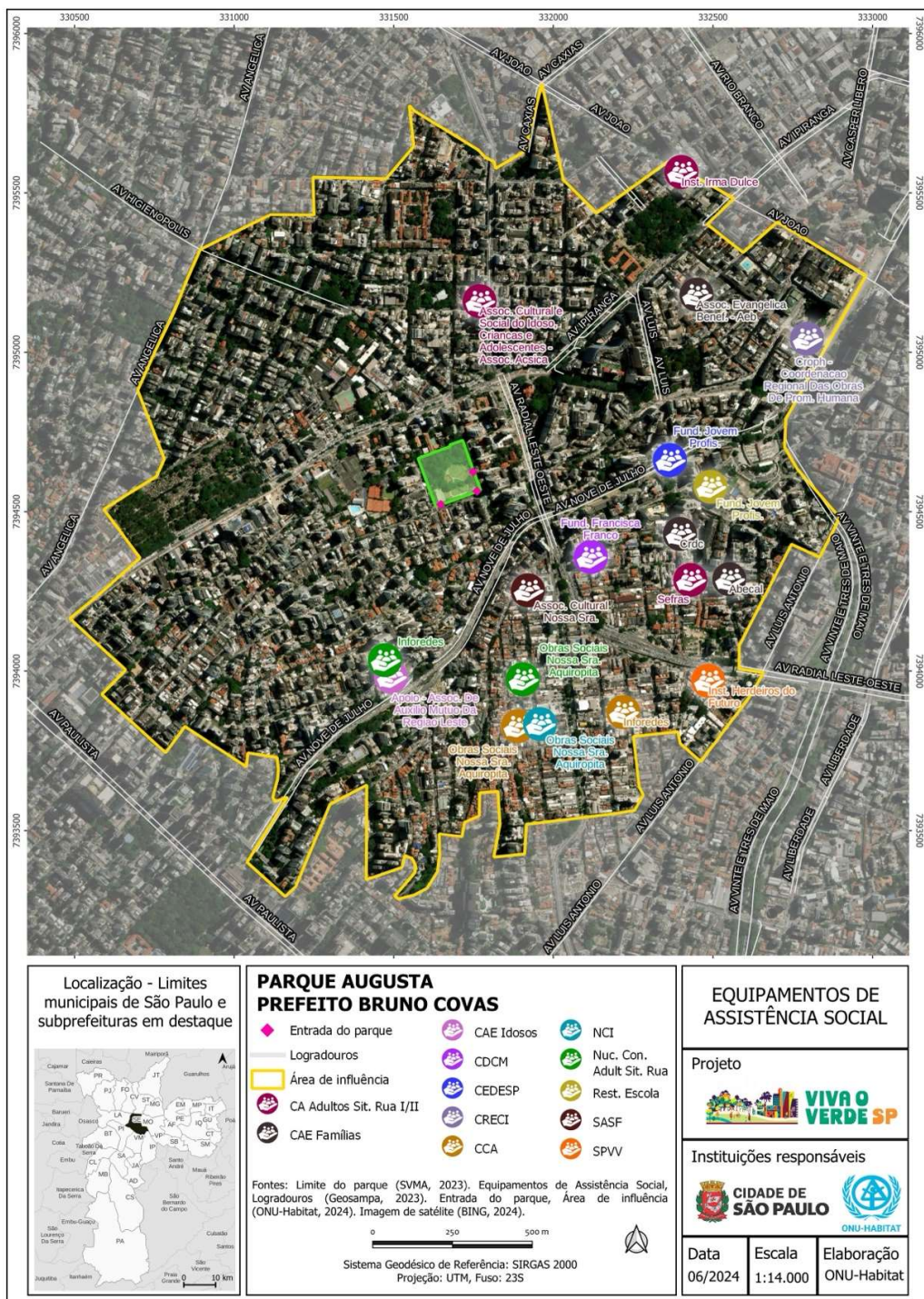
⁹ Para a articulação de rede socioambiental vinculada ao Território-Parque, recomenda-se a criação de uma Portaria Intersecretarial, no âmbito da Prefeitura de São Paulo, que estabeleça a formalização desta instância de cogestão e planejamento entre os diferentes equipamentos delimitados pela área de influência do parque, articulando, assim, sob a participação direta da gestão e do conselho gestor do parque, diferentes secretarias municipais presentes em tal território.

Mapa 5 – Mapeamento dos equipamentos públicos do Território-Parque



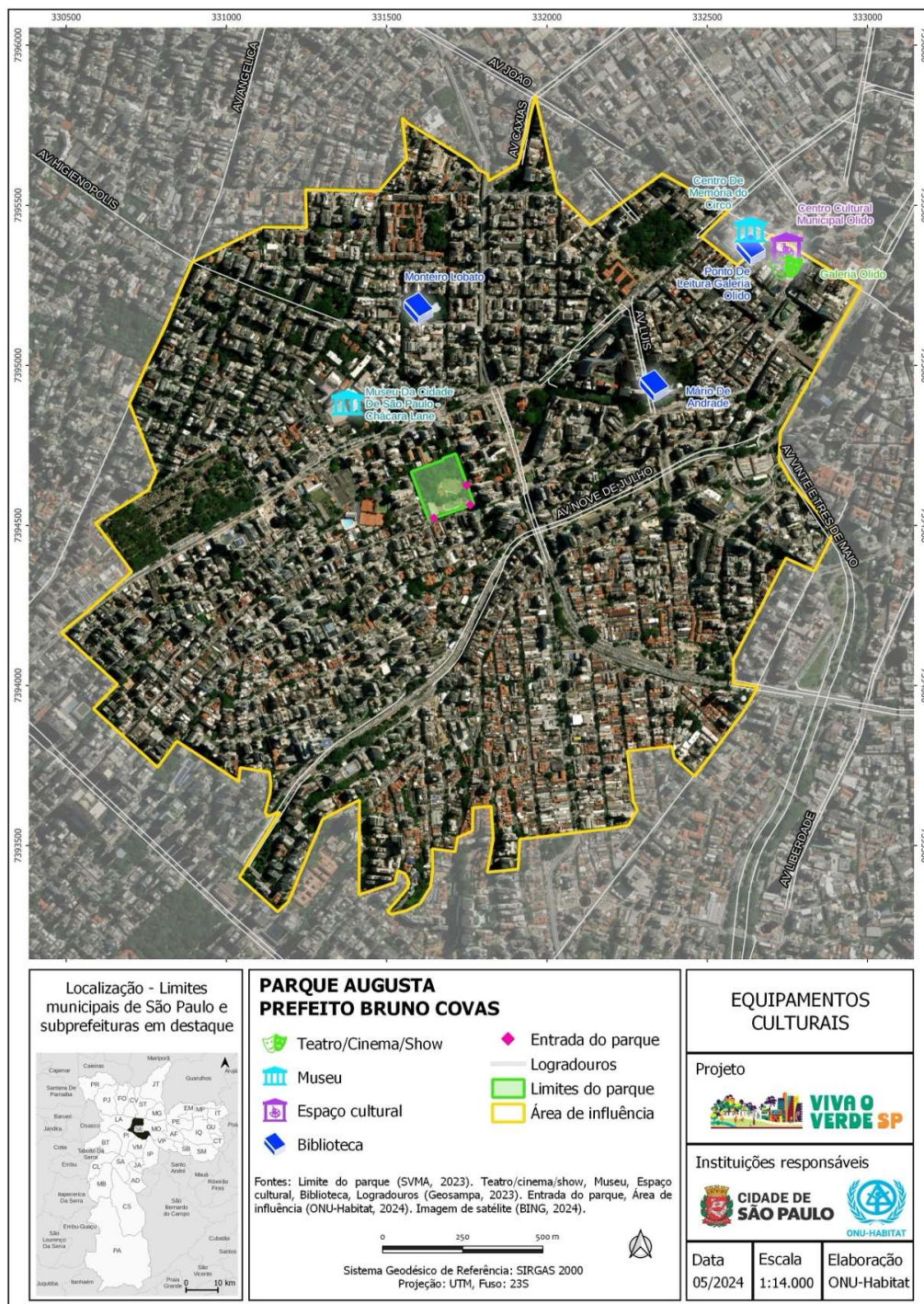
Fonte: Elaborado por ONU-Habitat

Mapa 6 – Equipamentos de Assistência Social do Território-Parque



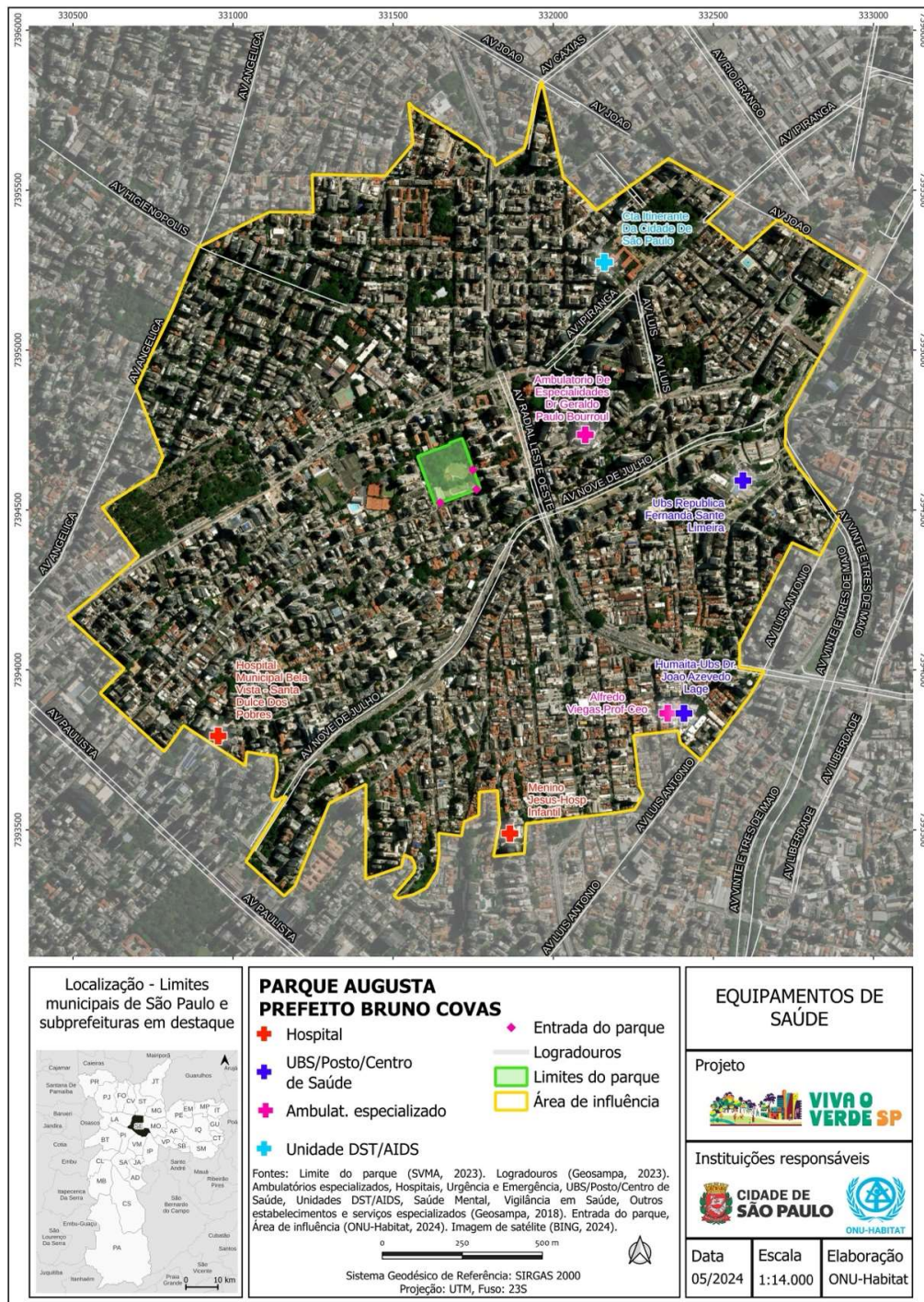
Fonte: Elaborado por ONU-Habitat

Mapa 7 – Equipamentos Culturais do Território-Parque



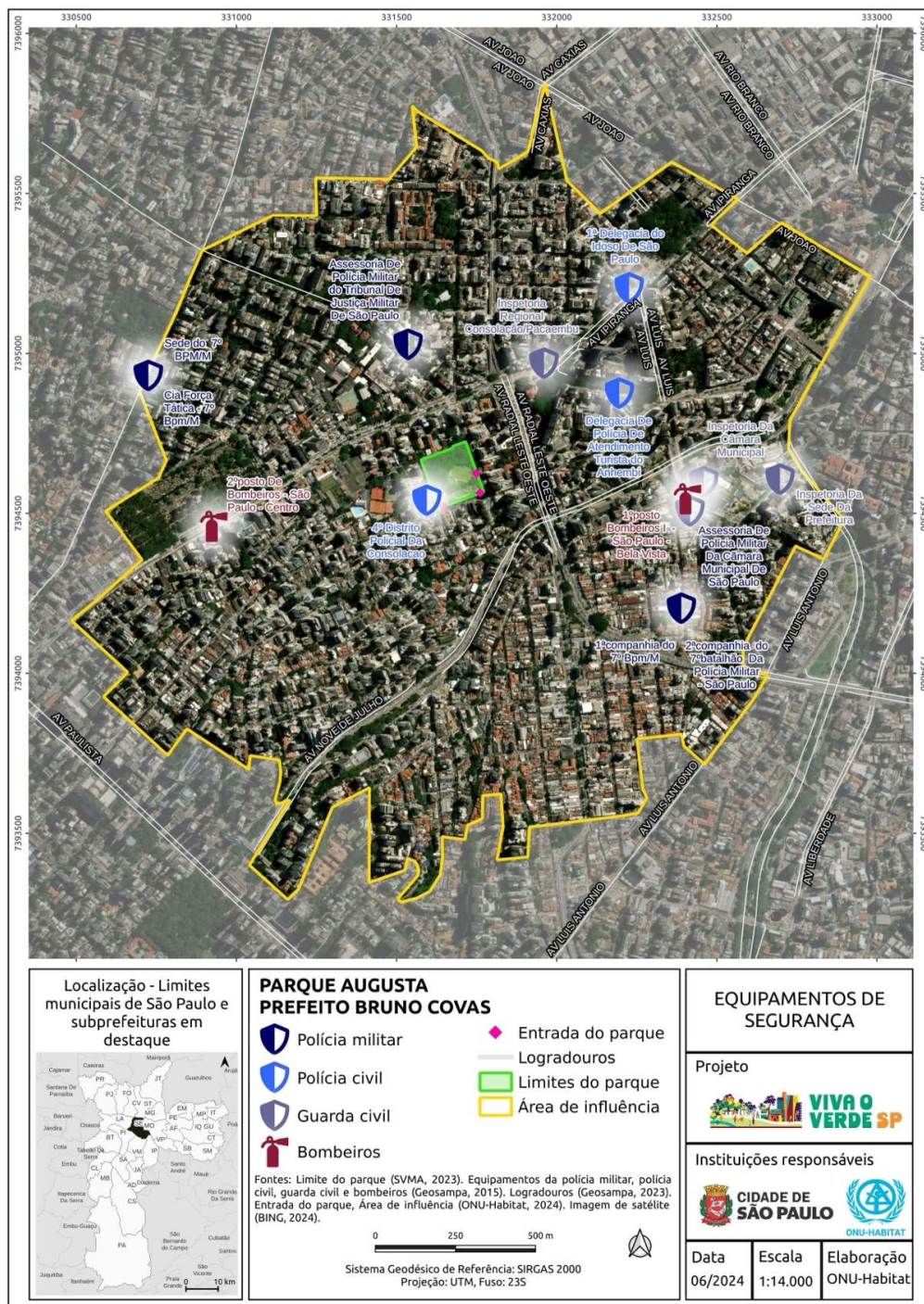
Fonte: Elaborado por ONU-Habitat

Mapa 9 – Equipamentos de Saúde do Território-Parque



Fonte: Elaborado por ONU-Habitat

Mapa 10 – Equipamentos de Segurança do Território-Parque



Fonte: Elaborado por ONU-Habitat



6.2 Desafios e Oportunidades

Entre os desafios vinculados ao Território-Parque do Parque Augusta - Prefeito Bruno Covas, estão:

- Área restrita de circulação e venda de alimentos no exterior dos portões do parque, gerando conflito entre vendedores ambulantes e interrupções da passagem dos visitantes, especialmente aos finais de semana e feriados;
- Ausência de conexão do parque com a Praça Roosevelt, compreendidos como espaços públicos complementares, o que permitiria o melhor equilíbrio de públicos e menor impacto nos recursos do parque;
- Conflito de extravasamento de oriundo do parque e reverberado através das estruturas da arquibancada, gerando desconforto nas edificações vizinhas;
- Mesmo com a oferta de atividades esportivas de baixo impacto, como área de *slackline*, a ausência nas proximidades do parque de equipamentos esportivos requer um reforço na promoção de atividades esportivas, mesmo que de menor impacto, como é a vocação deste equipamento.

Entre as oportunidades vinculadas ao Território-Parque do Parque Augusta - Prefeito Bruno Covas, estão:

- A grande oferta de atividades culturais nas proximidades do parque evidencia não ser prioritária a criação de novos equipamentos de cultura inseridos neste equipamento, mas abre a possibilidade de interação para a realização de parcerias, agendas e atividades comuns;
- Potencialidade de uma agenda comum com outros espaços livres e públicos da região que possam dividir com o Parque a oferta de atividades públicas, como a Praça Roosevelt.

Figura 8 - Imagem aérea do Parque Augusta - Prefeito Bruno Covas



Fonte: Vitruvius/Sérgio de Souza, 2021

7. Caracterização do Parque Augusta - Prefeito Bruno Covas

Na sequência da avaliação do contexto urbano e da consolidação do plano de ação do Território-Parque, este capítulo concentra-se na caracterização do Parque Augusta - Prefeito Bruno Covas e visa proporcionar uma visão abrangente e sistemática dos atributos naturais e das dinâmicas de uso do parque, de forma a complementar a compreensão geral decorrente da análise do entorno.

7.1. Atributos naturais

Este item abordará os atributos naturais do parque, apresentando uma visão sobre o relevo, solo, recursos hídricos, vegetação e fauna presentes no território. Além disso, a análise desses atributos permitirá a compreensão do papel do parque para a manutenção dos serviços ecossistêmicos, como a regulação do clima e a preservação da biodiversidade.

7.1.1. Relevo

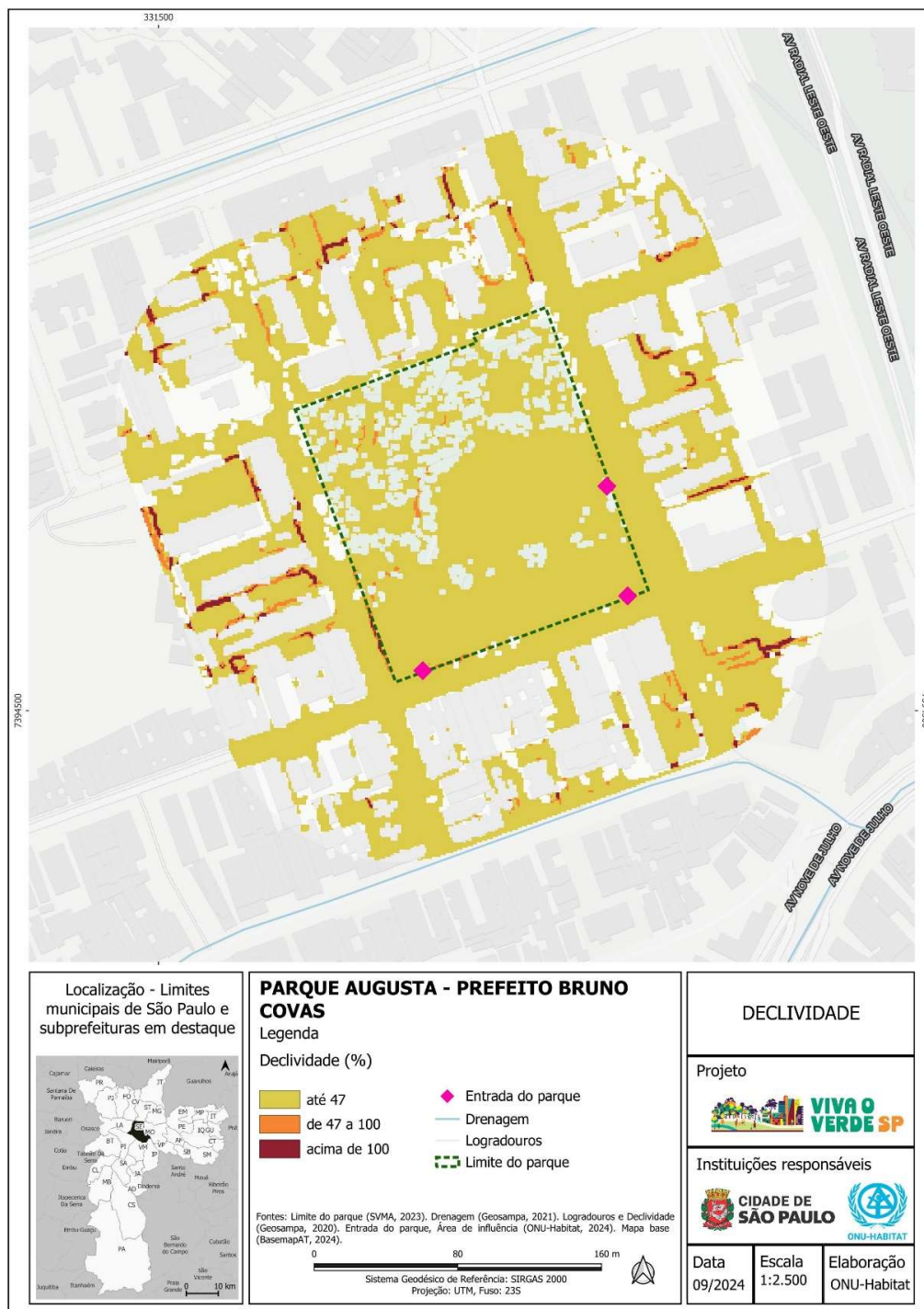
Segundo a Carta Geotécnica do Município de São Paulo do Instituto de Pesquisas Tecnológicas - IPT (GEOSAMPA, 2024), o Parque encontra-se em sua totalidade sobre uma área de Sedimentos Terciários - que são constituídos predominantemente por argilitos, siltitos arenitos e conglomerados e apresentam espessura de poucas dezenas de metros. Localiza-se na encosta nordeste do Espigão da Av. Paulista (Figura 8), e no interflúvio de duas drenagens: o Córrego Augusta/Saracura e o Córrego Anhanguera - ambos canalizados. A cota altimétrica varia somente 11 m, de 776 m no setor noroeste do Parque a 765 m, no setor nordeste, onde apresenta a maior declividade. Há poucas áreas com declividades acima de 30%, em sua maioria nas regiões noroeste e centro-oeste do parque (Mapa 13).

Figura 9 - Hipsometria do Parque Augusta - Prefeito Bruno Covas e seu entorno.



Fonte: Geosampa, 2024

Mapa 11 – Declividades no Parque Augusta - Prefeito Bruno Covas e entorno



Fonte: Elaborado por ONU-Habitat



7.1.2. Solo

As áreas permeáveis do parque são compostas de gramados, canteiros ajardinados e bosques heterogêneos. Caminhos, estares e edificações, necessários ao correto funcionamento do parque, constituem a parcela impermeável do solo.

O solo do parque apresenta-se heterogêneo em razão dos diversos usos, movimentações e aterros promovidos ao longo do tempo. Por se tratar de uma área extremamente alterada por ações antrópicas, o solo não pode ser classificado de acordo com o Sistema Brasileiro de Classificação de Solos e tampouco há uma classificação oficial a ser utilizada no caso de solos urbanos.

Grande parte do solo da área do bosque encontra-se recoberto por densa serapilheira ou por espécies forrageiras adaptadas às condições de sombreamento. A presença da serapilheira e o solo protegido por vegetação são condições bastante favoráveis e necessárias à manutenção dos processos ecológicos que sustentam o bosque e devem ser preservados. No leito das trilhas, entretanto, observou-se a ocorrência de erosão laminar, que, em alguns pontos, se transformou em pequenos sulcos, devido ao escoamento da água pluvial sobre solo exposto. No gramado da região popularmente conhecida como “prainha”, pode-se perceber áreas falhas, com solo compactado, especialmente onde o uso e pisoteio são mais intensos. Na área do cachorródromo, o solo apresenta perfil bastante argiloso, o que dificulta a drenagem superficial da água e promove empoçamentos quando há chuvas mais intensas.

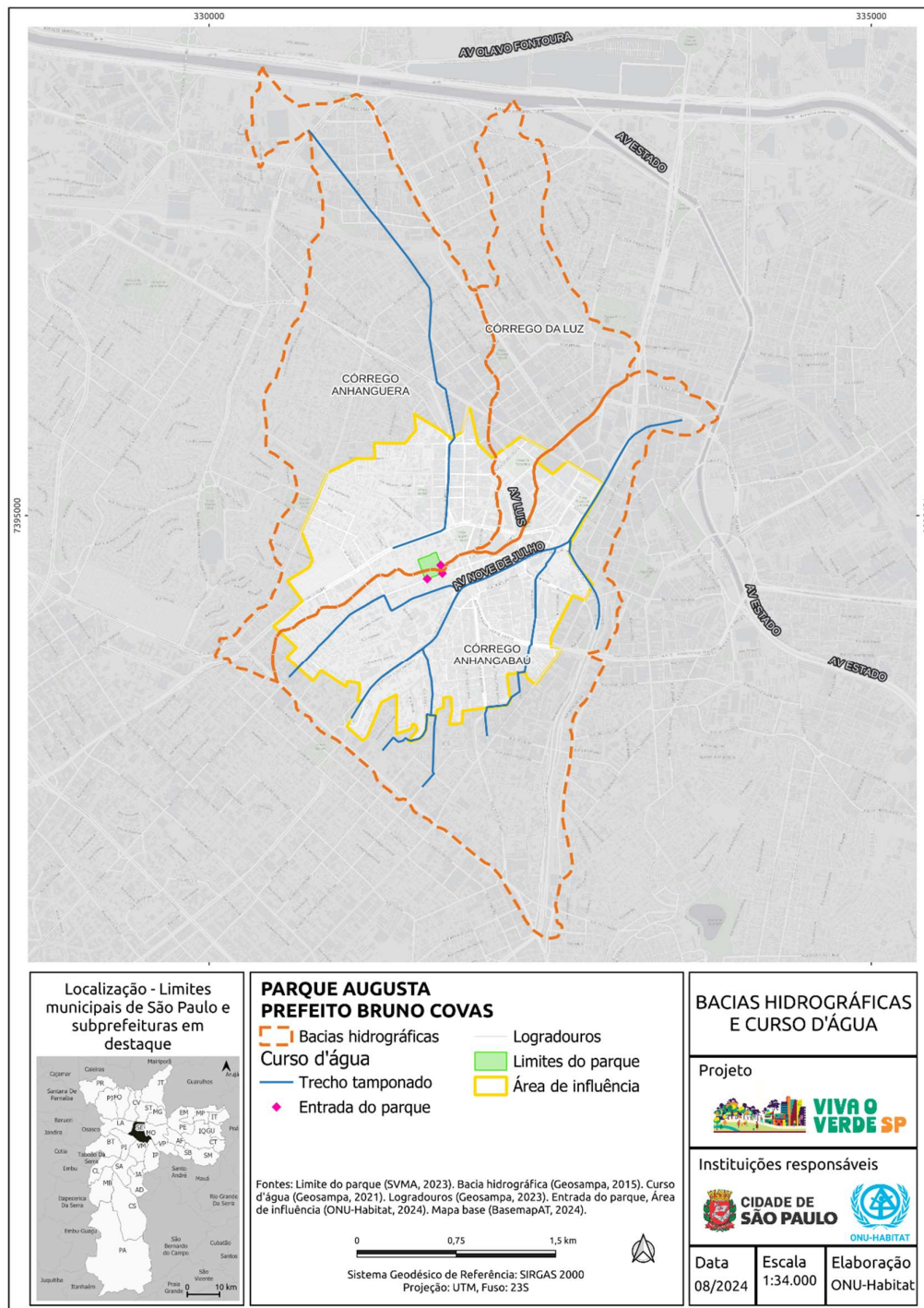
7.1.3. Água

O Parque Augusta - Prefeito Bruno Covas situa-se na divisa entre duas bacias hidrográficas da capital: a Bacia do Rio Tietê ao Norte e Oeste e Bacia do Tamanduateí ao Sul; assim como entre duas Microbacias: a do Córrego Anhanguera e a do Córrego Anhangabaú.

Não há drenagem atravessando o Parque, as mais próximas são as dos Córregos Augusta, ao sul, e Córrego Anhanguera, ao norte, ambos subterrâneos e canalizados.

Uma das principais questões da gestão do Parque é que a quantidade de água fornecida pela Sabesp ao parque é insuficiente para as demandas existentes, tanto de uso como de manejo e manutenção. Não há bebedouros suficientes para o público frequentador, e a pressão da água não é adequada para que a equipe de jardinagem possa regar as áreas mais elevadas, uma vez que as torneiras estão localizadas nas partes baixas.

Mapa 12 – Bacias hidrográficas do Rio Tietê e Rio Tamanduateí



Fonte: Elaborado por ONU-Habitat

7.1.4. Vegetação

A elaboração do Plano de Gestão para o Parque Augusta - Prefeito Bruno Covas demanda igualmente a análise da vegetação existente na região que o cerca, o que é importante para identificar a existência de possíveis corredores urbanos de fauna e flora, ou para determinar se o Parque se comporta como uma área isolada de verde urbano. Para isso, analisou-se três dados disponíveis na plataforma Geosampa: o Mapeamento de Remanescentes da Mata Atlântica e o Mapeamento da Cobertura Vegetal de 2020¹⁰ e o Mapeamento da Vegetação Significativa de 2023, apresentados, respectivamente, pelos mapas 15, 16 e 17.

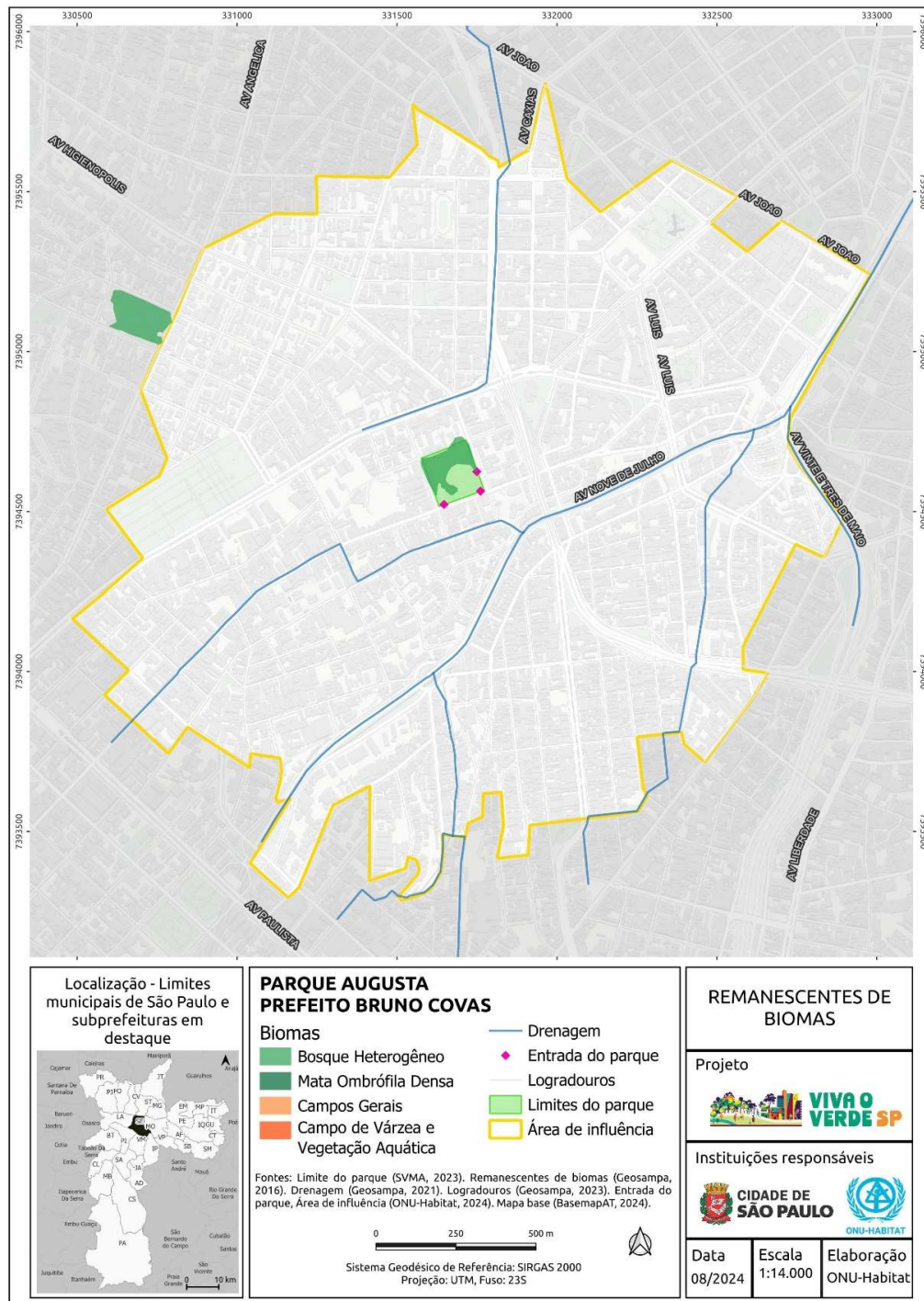
Figura 10 - Imagem da mata do Parque Augusta - Prefeito Bruno Covas



Fonte: Folhapress/Eduardo Knapp, 2022

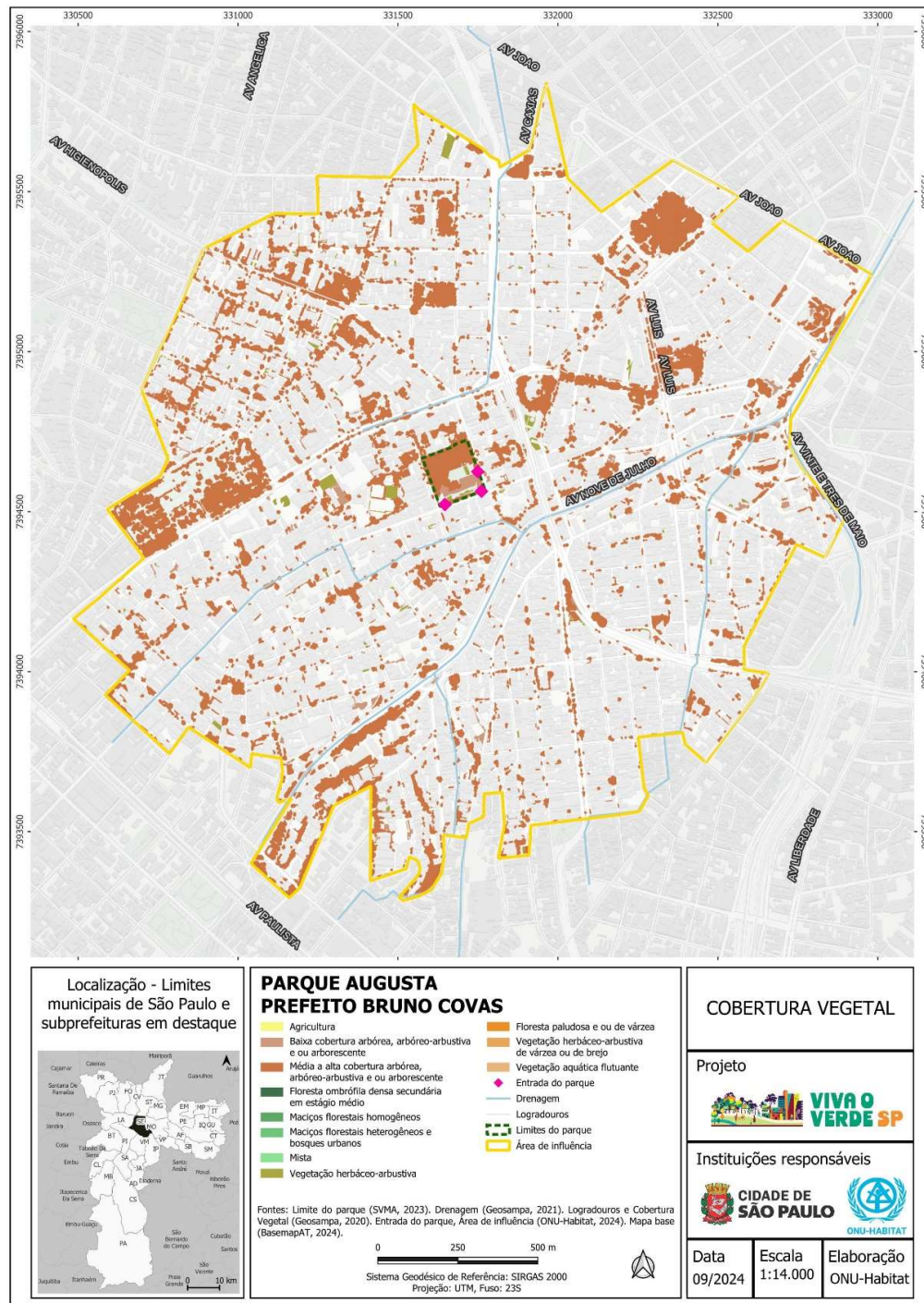
¹⁰ O mapeamento da cobertura vegetal compreendeu a vetorização de 15 categorias classificadas por meio de fotointerpretação de imagens aéreas ortorretificadas do ano de 2017/2018, apoiada por dados LIDAR, constituindo conjuntos de informações com geometrias e topologias geradas para utilização em Sistemas de Informações Geográficas (SIG), abrangendo a totalidade da superfície do Município de São Paulo – SP, com 1.168 km² na escala 1:1.000 e 359 km² na escala 1:5.000.

Mapa 13 – Remanescentes de Mata Atlântica no entorno do Parque Augusta - Prefeito Bruno Covas



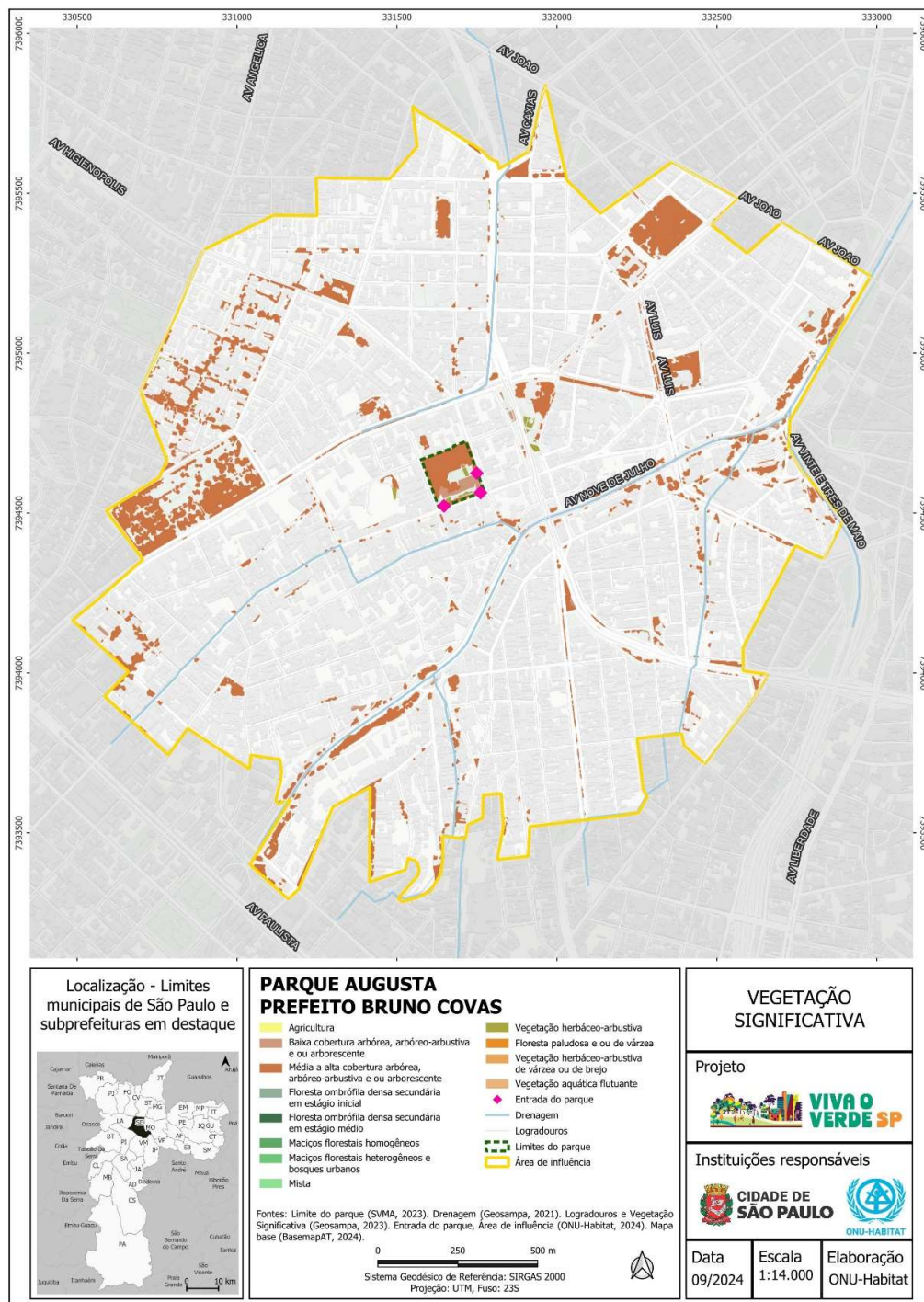
Fonte: Elaborado por ONU-Habitat

Mapa 14 – Cobertura vegetal no entorno do Parque Augusta - Prefeito Bruno Covas



Fonte: Elaborado por ONU-Habitat

Mapa 15 – Vegetação significativa no entorno do Parque Augusta - Prefeito Bruno Covas

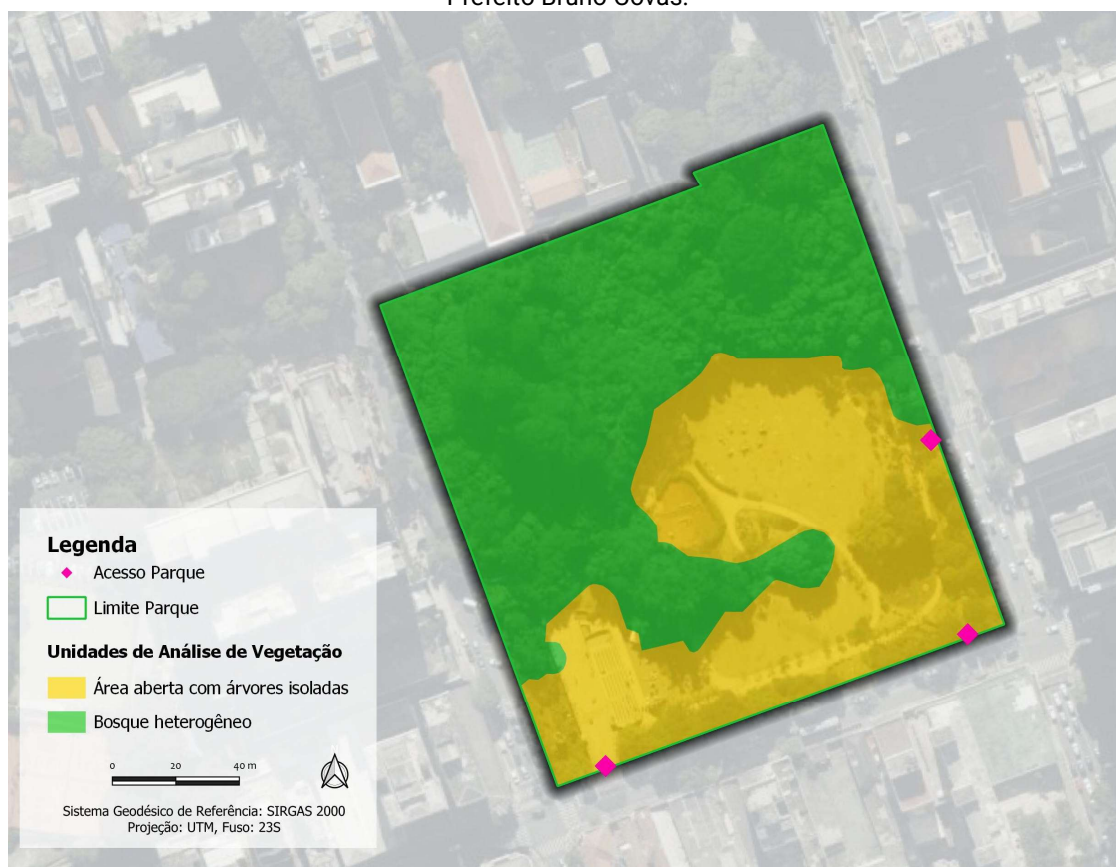


Fonte: Elaborado por ONU-Habitat

Observa-se que, além do parque, no entorno existem várias áreas e lotes com vegetação significativa, sendo possível que existam corredores entre eles, já que há uma abundância de áreas com média a alta cobertura arbórea, arbóreo-arbustiva ou arborescente, inclusive entre o parque e áreas com remanescentes de Mata Atlântica no entorno.

A vegetação existente no parque é protegida pelo Decreto Estadual 30.443/89, que a considera patrimônio ambiental e declara imunes de corte os exemplares arbóreos nela situados, além de ser enquadrada como de preservação permanente pela Lei Municipal 10.365/87 (atualizada pela Lei Municipal nº 17.794/2022) por constituir bosque ou floresta heterogênea que forme mancha contínua de vegetação superior a 10.000 m² (dez mil metros quadrados). Ainda, segundo Resolução 23/04 do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (CONPRESP), considera-se tombado “o conjunto de espécies arbóreas e arbustivas que integram a área do bosque e os exemplares isolados”.

Figura 11 - Imagem aérea com delimitação das unidades de análise da vegetação do Parque Augusta - Prefeito Bruno Covas.



Elaboração: ONU-Habitat, 2024



O parque apresenta, na sua porção mais ao sul, ampla área aberta, de pleno sol, com vegetação caracterizada pela existência de áreas gramadas e canteiros ajardinados ao longo dos caminhos. Nas periferias, próximo aos cercamentos, e numa região mais central dessa área, há pequenos agrupamentos arbóreos. Já na porção norte do parque, fazendo limite com a PUC-SP, o terreno possui uma área recoberta por denso bosque heterogêneo, com dossel de cerca de 10 m de altura, apresentando diversos indivíduos emergentes.

Há, ainda, iniciativas de construção de duas hortas comunitárias, uma gerida pelo Conselho Gestor, no canteiro aos fundos da administração, e outra implantada com apoio de crianças de escolas do entorno, que fica em área mais ensolarada junto ao muro de divisa com a PUC-SP. Próximo ao portão 4 temos ainda uma pequena área de compostagem e viveiro, onde mudas advindas dos viveiros municipais são replicadas e/ou aguardam plantio.

Em cadastramento arbóreo realizado em 2019 (SVMA) foram identificadas 985 árvores no local, em sua maioria de origem exótica (77%) em estado de conservação bom a regular (82%). Considerando-se também as espécies arbustivas e herbáceas, foram registradas no total 134 espécies para o parque, o que corresponde a 2,6% da diversidade vegetal do município de São Paulo.

Apesar de a vegetação ser dominada por exóticas (em número de espécies e indivíduos), há espécies nativas da Mata Atlântica de São Paulo, como: embaúba (*Cecropia pachystachya*), figueira-mata-pau (*Ficus luschnathiana*), jerivá (*Syagrus romanzoffiana*), tapiá-guaçu (*Alchornea sidifolia*), cabreúva (*Myroxylon peruiferum*), canela-fedida (*Nectandra grandiflora*), macaúba (*Acrocomia aculeata*), aroeira-mansa (*Schinus terebinthifolia*), alecrim-de-campinas (*Holocalyx balansae*), paineira (*Ceiba speciosa*) e tarumã (*Vitex megapotamica*). Destacam-se pelo grau de ameaça de extinção as seguintes espécies: pau-brasil (*Paubrasilia echinata*), cedro (*Cedrela fissilis*), mirindiba (*Lafoensia glyptocarpa*), grumixama (*Eugenia brasiliensis*) e jequitibá-rosa (*Cariniana legalis*) (SÃO PAULO, 2016; BRASIL, 2022).

Como principal ameaça à conservação dessa importante área verde, destaca-se a presença de muitas espécies exóticas com potencial invasor, como: alfeneiro (*Ligustrum lucidum*), ipê-de-jardim (*Tecoma stans*), nespereira (*Eriobotrya japonica*), abacateiro (*Persea americana*), jambolão (*Syzygium cumini*), pau-incenso (*Pittosporum undulatum*), amoreira (*Morus nigra*), jacarandá-mimoso (*Jacaranda mimosifolia*), uva-japonesa (*Hovenia dulcis*), jaqueira (*Artocarpus heterophyllus*), palmeira-seafórtia (*Archontophoenix cunninghamiana*), palmeira-leque-da-china (*Livistona chinensis*) e cafeeiro (*Coffea arabica*) (SÃO PAULO, 2018). Essas espécies, sem o devido manejo, podem, eventualmente, dominar a área de bosque, dificultando a germinação e estabelecimento de espécies nativas, a ampliação da biodiversidade e, por fim, a regeneração da fisionomia de floresta Atlântica original.

Como contribuições do processo participativo, no tocante à vegetação, foram relatados ainda uma falta de manejo adequado da vegetação, principalmente dos canteiros externos, presença de áreas de estar/convívio com pouco sombreamento, risco de acidentes por queda de galhos e frutos, falta de flores e falta de comunicação visual sobre as espécies existentes no parque. Tais tópicos seguem também contemplados nas diretrizes, dentro do Plano de Ação (ver item 10 deste documento).

7.1.5. Fauna

Até o momento foram registradas 33 espécies de aves silvestres no parque (SÃO PAULO, 2022; EBIRD, 2024) o que representa 6,7% do total de espécies da avifauna já registradas para a cidade de São Paulo (SÃO PAULO, 2021).

As guildas alimentares melhor representadas no parque foram a das aves onívoras (36%) e das insetívoras (29%). Essas classes são consideradas menos exigentes, pouco sensíveis às variações ambientais, sendo, portanto, dominantes nas áreas urbanizadas (FRANCHIN, 2000).

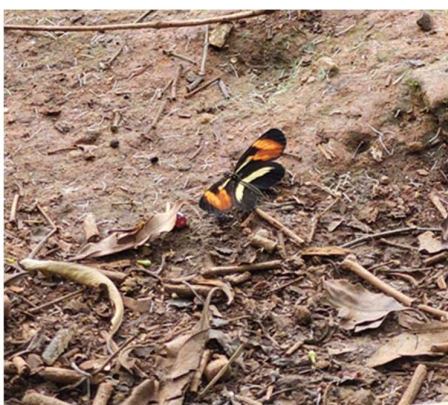
Apesar da baixa riqueza de espécies, foi observada a presença de 10 espécies que podem vir a se tornar ameaçadas devido ao intenso tráfego a que são expostas, entre elas o beija-flor-tesoura (*Eupetomena macroura*), carcará (*Caracara plancus*), periquito-rico (*Brotogeris tirica*), tuim (*Forpus xanthopterygius*), periquitão (*Psittacara leucophthalmus*) e tucanuçu (*Ramphastos toco albogularis*) (CITES, 2022). Dessas, ainda, o periquito-rico é considerado endêmico para o Bioma Mata Atlântica (SÃO PAULO, 2017).

Além das espécies residentes, estão presentes ainda aves visitantes, com hábitos migratórios, como o suiriri (*Tyrannus melancholicus*), sabiá-poca (*Turdus amaurochalinus*) e a juruviara (*Vireo chivi*). Registrou-se também um casal de ferreirinho-relógio (*Todirostrum cinereum*) se reproduzindo e nidificando no ambiente mais vegetado do bosque (SÃO PAULO, 2017).

Figura 12 - Ferreirinho-relógio (*Todirostrum cinereum*) em registro no Parque Augusta - Prefeito Bruno Covas



Figura 13- Borboleta-castanha-vermelha (*Heliconius erato Phyllis*) em registro no Parque Augusta - Prefeito Bruno Covas



Fonte: Anelisa Magalhães / Divisão da Fauna Silvestre e Bianca Brasil / ONU-Habitat, 2024

O registro de espécies endêmicas da Mata Atlântica, ou seja, que são encontradas somente no bioma Mata Atlântica, de espécies ameaçadas e de espécies migratórias, evidenciam a importância ecológica e de preservação da área.



Como principais ameaças à conservação da fauna silvestre do parque estão:

- A baixa riqueza botânica, que se reflete em baixa disponibilidade de recursos alimentares, materiais para construção de ninhos e locais de abrigo e nidificação; e
- Intensa taxa de visitação no parque (1,6 milhão de visitantes em 2022), que acaba por gerar impactos múltiplos.

De acordo com diferentes pesquisadores, a presença humana está relacionada a uma diminuição no sucesso reprodutivo das aves através da diminuição da comunicação durante o período de acasalamento, diminuição no sucesso de eclosão dos ovos, diminuição na habilidade de alimentar os filhotes, diminuição nos cuidados parentais e diminuição no tempo gasto na procura de alimentos. A poluição sonora causada por eventos/shows, além dos próprios transeuntes, parece afetar também a capacidade de perceber os predadores, levando a um aumento da predação (MILLER et al, 1998; FORMAN et al, 1998; HUNT, 1972; LESEBERG, 2000; SAFINA, 1983; EBIRD, 2024).

Associados à presença humana, resíduos sólidos como garrafas, sacos plásticos, embalagens, baterias, pilhas e até restos de comida, além de poluírem o ambiente, propiciando a proliferação de animais sinantrópicos (como ratos, baratas e mosquitos - que são transmissores de inúmeras doenças), também colocam a fauna silvestre em risco, já que os animais podem se ferir em materiais cortantes, sofrer sufocamento/estrangulamento ou mesmo ingerir os materiais descartados de forma indevida.

7.1.6. Serviços ecossistêmicos

Áreas verdes, como o Parque Augusta - Prefeito Bruno Covas, são prestadoras de inúmeros serviços ecossistêmicos, que muitas vezes são desconhecidos ou mesmo subvalorizados, especialmente no contexto urbano.

De acordo com a Avaliação Ecossistêmica do Milênio (MEA), estudo patrocinado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), os serviços ecossistêmicos podem ser definidos como “os benefícios que as pessoas obtêm dos ecossistemas”, podendo ser subdivididos em quatro categorias, a saber: provisão, regulação, suporte e cultural (MEA, 2005).

Os serviços de provisão são os bens que os ecossistemas fornecem diretamente, como os alimentos, matéria-prima para a geração de energia, fibras, plantas ornamentais e água. Os serviços reguladores são obtidos a partir dos processos naturais que regulam as condições ambientais, como a purificação do ar, a regulação do clima e o controle de erosão. Os serviços culturais estão relacionados com os benefícios recreacionais e educacionais e, por fim, os serviços de suporte são os processos naturais necessários para que os outros serviços existam, como a ciclagem de nutrientes, a formação de solos, a polinização e a dispersão de sementes (MEA, 2005).

Esses serviços têm sido considerados fundamentais para o enfrentamento do impacto das mudanças climáticas, na medida em que minimizam eventos extremos, como chuvas



intensas e concentradas, alagamentos, enchentes, inundações e deslizamentos de terra, eventos que geram perdas materiais e ameaçam a integridade física da população (PBMC, 2016).

Assim, considerando o estágio de emergência climática em que se encontra o planeta, é fundamental enxergar os parques enquanto provedores de serviços de regulação climática. Todos os parques oferecem, em maior ou menor grau, os serviços de regulação citados no e na atenuação das ameaças indicadas no Plano de Ação Climática do Município de São Paulo (PLANCLIMA SP) 2020-2050, que são: inundações, ondas de calor, secas meteorológicas. Abaixo seguem as informações que o PlanClimaSP dá sobre a importância das áreas verdes urbanas para remediação ou atenuação dos impactos das ameaças climáticas na cidade de São Paulo e sua população.

Inundações

As áreas verdes urbanas, incluindo as áreas de amortecimento, parques lineares, maciços florestais e remanescentes urbanos funcionam como “esponjas” que absorvem a água da chuva, conduzindo-a para os lençóis freáticos ou mesmo a armazenando no solo. Quanto maior a área permeável, a quantidade de árvores e vegetação e a capacidade de absorção de água (por m³), maior será o serviço fornecido por aquela área verde quanto ao controle e diminuição de inundações. Assim, áreas menores, mas com boa cobertura arbórea e arbustiva por vezes absorvem mais água da chuva e prestam melhores serviços ecossistêmicos que áreas maiores, mas com solo argiloso exposto, ressecado e pouco permeável.

As Áreas de Preservação Permanente (APPs) também devem estar preservadas para conter as enchentes existentes nos períodos de chuvas intensas que, de acordo com o PlanClimaSP, devem ser cada vez mais recorrentes. Com a revegetação das margens dos córregos, as APPs contribuem para a biodiversidade, para a melhoria da qualidade da água, além de controlar as cheias dos rios e córregos.

Secas Meteorológicas

As áreas verdes urbanas reduzem os efeitos das secas meteorológicas, já que contribuem para que as redes de abastecimento e aquíferos mantenham-se em níveis adequados, agem diretamente na redução da temperatura e na velocidade dos ventos e influenciam no balanço hídrico por meio da evapotranspiração, aumentando a umidade do ar. O Plano de Ação Climática do Município de São Paulo (PlanClimaSP) afirma:

As áreas verdes presentes no Município, por sua vez, são relevantes para a biodiversidade, promovem o aumento da permeabilidade facultando a recarga dos aquíferos e reduzindo os alagamentos e enchentes, contribuem para a manutenção das temperaturas mais amenas, protegem as nascentes e cursos d’água, o que permite o armazenamento nos reservatórios para abastecimento. (PlanClimaSP, p. 24).



Altas Temperaturas e Ondas de Calor

Um dos problemas climáticos das grandes cidades e regiões metropolitanas é o microclima adverso gerado pelas chamadas ilhas de calor. Áreas com predomínio de alvenaria, asfalto e concreto produzem áreas com temperaturas maiores que as circundantes, já que há concentração de materiais que absorvem mais calor e possuem baixa capacidade reflexiva. O adensamento de prédios, que bloqueiam o fluxo de ar e o vento de superfície, e as áreas com grande tráfego de veículos que emitem gases de efeito estufa também contribuem para o aumento de temperatura e para a formação das ilhas de calor.

Nesse sentido, as áreas verdes urbanas são fundamentais para redução das ilhas de calor e de seus efeitos, já que criam áreas sombreadas e de maior umidade que diminuem a temperatura da superfície e favorecem a circulação do ar e de brisas frescas e úmidas. Além disso, as áreas vegetadas absorvem os poluentes atmosféricos por meio do sequestro de carbono.

“Áreas verdes contribuem tanto para a manutenção da qualidade de vida dos residentes da cidade, ao diminuir efeitos como ilha de calor urbana e a poluição atmosférica, quanto para a diminuição de riscos de eventos extremos. Os fragmentos de Mata Atlântica presentes no território da cidade são responsáveis por manter as temperaturas mais amenas, protegem as nascentes e permitem o armazenamento nos reservatórios para consumo, geração de energia, irrigação agrícola e pesca, entre outras atividades” (JOLY, 2019, *apud* PlanClimaSP, p. 77)

Estudo recente revela que, se um fragmento de Mata Atlântica de aproximadamente 1ha (10.000 m²) tiver 25% de sua área desmatada, a temperatura local aumenta 1 °C. Se todo o pequeno remanescente for desflorestado, o impacto na temperatura máxima local pode chegar a 4°C (ALISSON, 2020), evidenciando que o desmatamento promove o aquecimento do ar em escala local. Como forma de minimizar e evitar a formação de ilhas de calor, recomenda-se o aumento das áreas verdes na cidade, aumentando o conforto térmico humano nas áreas urbanizadas.

A presença de áreas verdes, embora não elimine as ondas de calor em grandes centros urbanos, pode minimizar seu impacto e agir como medida de adaptação, se aplicada em larga escala, além de apoiar a diminuição de emissões de Gases Efeito Estufa (GEE) decorrentes do consumo de energia elétrica para refrigeração.

“Na perspectiva da mudança do clima, a rede de áreas verdes e a rede hídrica, denominada infraestrutura verde-azul, é tão importante quanto a rede de água, energia, esgotamento sanitário e transporte” (DUARTE, 2015 *apud* PlanClimaSP, p. 77, 78).

Nos últimos anos, as políticas públicas vêm abordando o tema serviços ecossistêmicos, principalmente com o intuito de propor instrumentos para colaborar com a diminuição das taxas de perda desses serviços. Em São Paulo, o Plano Diretor Estratégico (SÃO PAULO, 2014), a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, e o Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica (PMMA, 2024) elencam um conjunto de áreas na cidade



consideradas prioritárias para conservação e recuperação dos serviços ecossistêmicos. Mais recentemente, o Plano Municipal de Conservação e Recuperação de Áreas Prestadoras de Serviços Ambientais (PMSA, 2020) apresenta ainda áreas complementares, como Áreas de Preservação Permanente, áreas de risco com declividade acentuada, Áreas de soltura e monitoramento da fauna nativa, entre outras, como os parques existentes e previstos e suas áreas envoltórias.

O Parque Augusta - Prefeito Bruno Covas pode ser considerado, de acordo com o Plano Municipal de Serviços Ambientais (PMSA, 2020), como uma área de importância local, cujos benefícios prestados impactam positivamente a região onde se localizam.

Dentre os serviços ecossistêmicos prestados predominam os serviços de regulação, tais como a atenuação microclimática e das ilhas de calor, a contenção de processos erosivos, aumento da permeabilidade e infiltração da água no solo, minimização de enchentes, controle da poluição sonora e melhoria da qualidade do ar.

Como serviço de suporte, destaca-se o favorecimento à movimentação de aves e outros animais no território, funcionando o parque como trampolim ecológico, fornecendo áreas de descanso, alimentação e reprodução para a fauna silvestre regional.

Finalmente, mas não menos importante, o parque fornece também serviços culturais, contribuindo com as funções de lazer, recreação e educação ambiental, constituindo-se espaço importante para o convívio social e para a saúde física e mental da população. A presença de vegetação e edificações tombadas, ainda, favorece a preservação ambiental, histórica e da beleza cênica regional.

7.2. Usos identificados

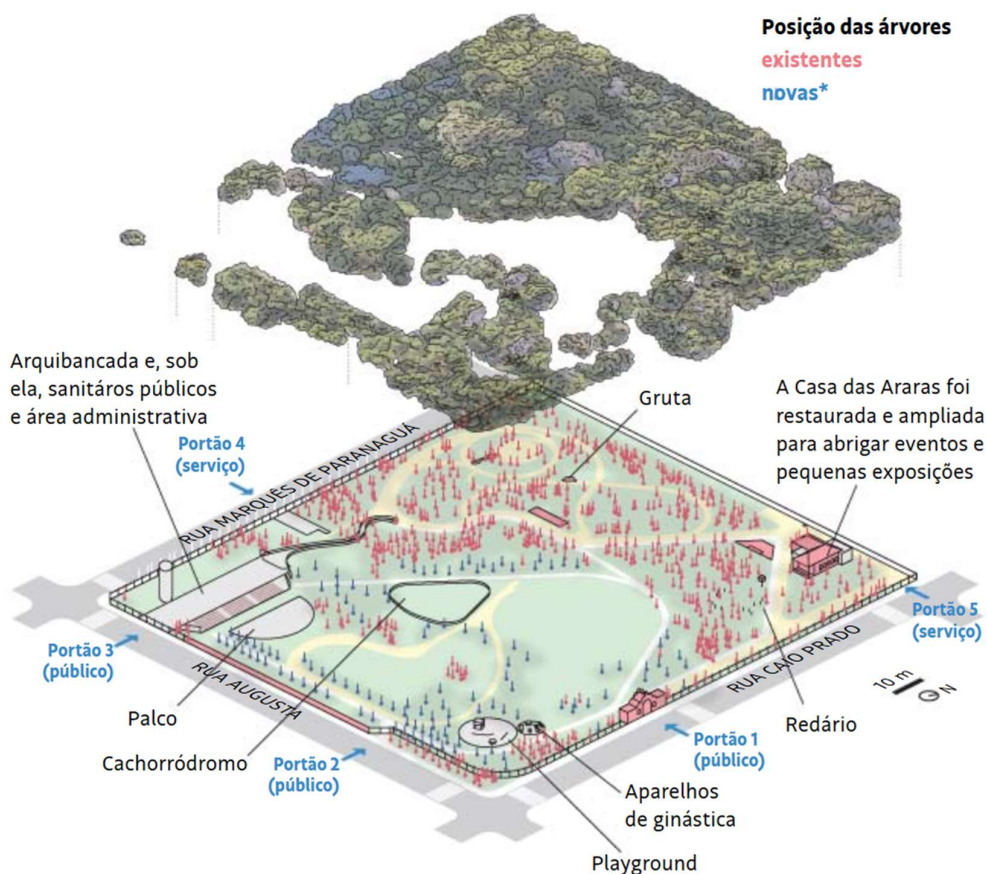
A seguir, estão apresentados os principais usos identificados no Parque Augusta - Prefeito Bruno Covas, com a descrição e mapeamento de seus principais equipamentos e espaços internos, a leitura de questões relativas ao regulamento de uso e avaliação de usuários, além de análise dos usos atuais, em que estão detalhados pontos relativos à observação e à avaliação do estado atual do parque.

7.2.1. Equipamentos e Espaços Internos

Para a caracterização interna do Parque Augusta - Prefeito Bruno Covas, subdivide-se seus principais equipamentos e espaços internos conforme descrição abaixo e como disposto no Mapa 18:

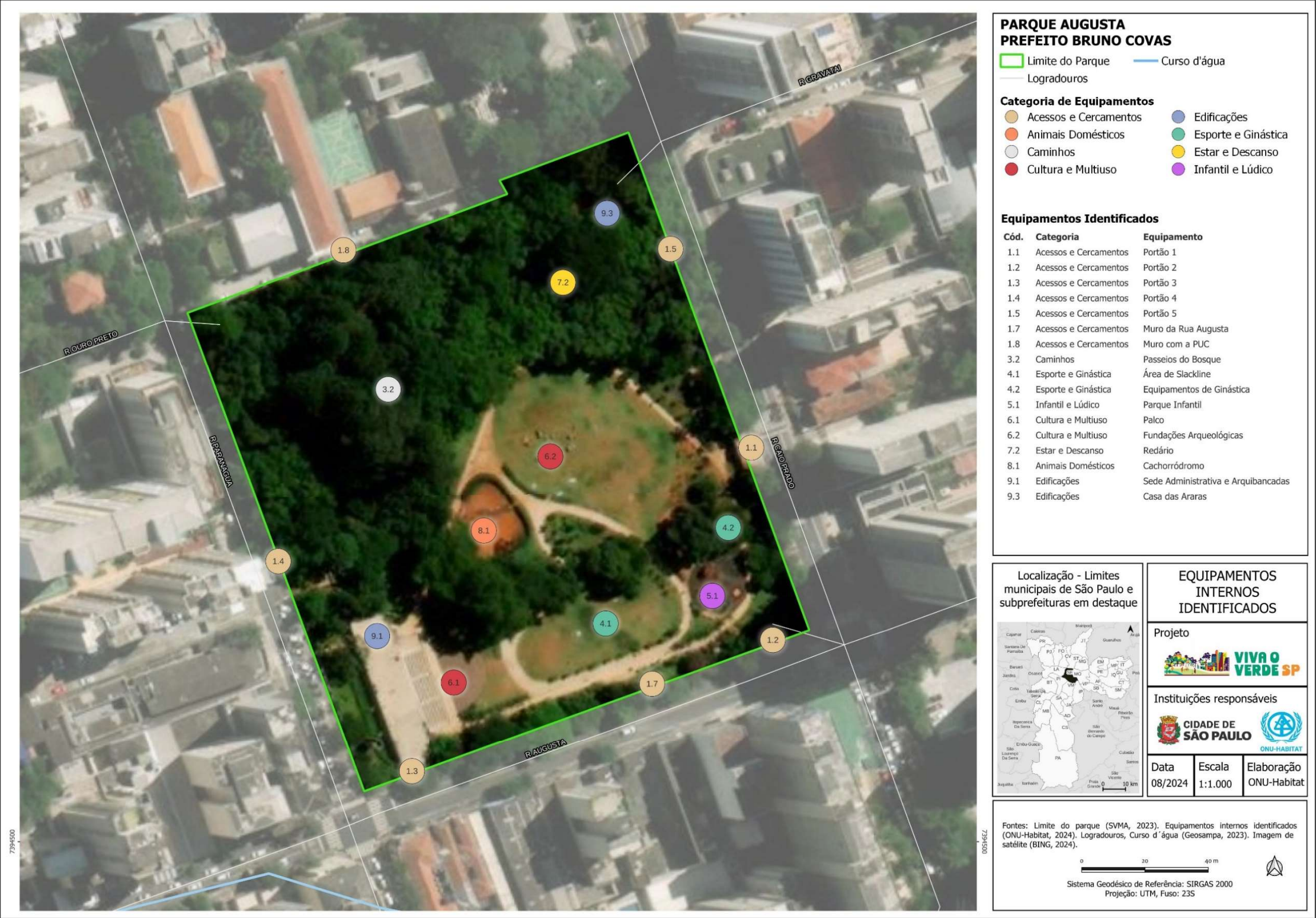
- Acessos e cercamentos;
- Estacionamento;
- Caminhos;
- Esporte e Ginástica;
- Infantil e Lúdico;
- Cultura e Multiuso;
- Estar e Descanso;
- Animais Domésticos;
- Edificações.

Figura 14 – Infográfico dos equipamentos do Parque Augusta - Prefeito Bruno Covas



Fonte: Marcelo Pliger / Folha, 2021

Mapa 16 - Equipamentos e espaços internos no Parque Augusta - Prefeito Bruno Covas



Fonte: Elaborado por ONU-Habitat

Tabela 3 - Acessos e Cercamentos

Os acessos e cercamentos do parque estão delimitados por estruturas específicas.		
1.1	Portão 1	<u>Descrição:</u> Portão localizado na Rua Caio Prado em que se encontra Pórtico Histórico e abriga área de equipe de vigilância e sala da Guarda Civil Metropolitana (GCM).
1.2	Portão 2	<u>Descrição:</u> Acesso voltado para a Rua Augusta, exclusivo para pedestres, próximo ao Parque Infantil.
1.3	Portão 3	<u>Descrição:</u> Acesso vinculado à edificação da Sede Administrativa, junto à Rua Augusta.
1.4	Portão 4	<u>Descrição:</u> Acesso vinculado exclusivamente à manutenção do parque, junto às áreas destinadas à limpeza e resíduos, localizado na Rua Marquês de Paranaguá.
1.5	Portão 5	<u>Descrição:</u> Portão próximo à Casa das Araras, voltado para Rua Caio Prado.
1.6	Gradil	<u>Descrição:</u> Gradil metálico referente ao cercamento do perímetro do parque.
1.7	Muro da Rua Augusta	<u>Descrição:</u> Muro histórico do parque em blocos cerâmicos com intervenções artísticas.
1.8	Muro com a PUC	<u>Descrição:</u> Murada que faz limite com equipamento educativo vizinho ao parque e se destaca por intervenções artísticas.

Fonte: ONU-Habitat

Tabela 4 - Caminhos

A rede de caminhos do parque, com exceção de espaços de uso restrito ou que possam apresentar risco às pessoas, delimita caminhos específicos e se compõe com outras áreas para o uso e travessia não direcionados.		
3.1	Passeios	<u>Descrição:</u> Caminhos em concreto e em pedriscos que compõem circuito interno no parque.
3.2	Passeios do Bosque	<u>Descrição:</u> Caminhos em terra junto ao Bosque.
3.3	Passarela	<u>Descrição:</u> Estrutura metálica elevada que faz a ligação entre a parte superior da edificação da Sede Administrativa e Arquibancada com o Bosque.

Fonte: ONU-Habitat

Tabela 5 - Esporte e Ginástica

Toda a área do parque, com exceção de espaços de uso restrito ou que possam apresentar risco às pessoas, apresenta usos potenciais para a prática de atividades físicas, havendo, também, equipamentos de esporte e ginástica direcionados para práticas específicas.		
4.1	Área de Slackline	<u>Descrição:</u> Área aberta gramada destinada à prática de <i>slackline</i> , com pontos de fixação de elástico.
4.2	Equipamentos de Ginástica	<u>Descrição:</u> Equipamentos de ginástica em área ensolarada próxima ao Portão 1.

Fonte: ONU-Habitat

Tabela 6 - Infantil e Lúdico

Toda a área do parque, com exceção de espaços de uso restrito ou que possam apresentar risco às pessoas, apresenta usos potenciais para o brincar e para a prática de atividades infantis e lúdicas, havendo, também, equipamentos infantis e lúdicos direcionados para práticas específicas.		
5.1	Parque Infantil	<u>Descrição:</u> Área ensolarada com brinquedos infantis variados, piso emborrachado e equipamentos adequados à Pessoas com Deficiência (PCDs).

Fonte: ONU-Habitat

Tabela 7 - Cultura e Multiuso

Toda a área do parque, com exceção de espaços de uso restrito ou que possam apresentar risco às pessoas, apresenta usos potenciais para a prática de atividades culturais e de múltiplos usos, havendo, também, equipamentos culturais e multiuso direcionados para práticas específicas.		
6.1	Palco	<u>Descrição:</u> Área em deque de madeira plástica voltada para a arquibancada da edificação da Sede Administrativa do parque em que se realizam apresentações variadas.
6.2	Fundações Arqueológicas	<u>Descrição:</u> Estruturas de antiga fundação das edificações pretéritas à implantação do parque, relativas à antiga Escola Santa Mônica, que compõem parte do conjunto arqueológico.
6.3	Patrimônio Cultural	<u>Descrição:</u> O parque apresenta relevante conjunto arqueológico e é descrito como sítio arqueológico pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Fonte: ONU-Habitat

Tabela 8 - Estar e Descanso

Toda a área do parque, com exceção de espaços de uso restrito ou que possam apresentar risco às pessoas, apresenta usos potenciais para o estar e descanso de seus usuários, havendo, também, áreas e mobiliários específicos para tais práticas.		
7.1	Bancos	<u>Descrição:</u> Mobiliário com encosto feito em concreto, disponibilizado em dois modelos, nos formatos tradicional e namoradeira.
7.2	Redário	<u>Descrição:</u> Área sombreada no sub-bosque com estações para fixação de rede própria dos usuários do parque.

Fonte: ONU-Habitat

Tabela 9 - Animais Domésticos

Área exclusiva para interação entre animais domésticos acompanhados de tutores.		
7.1	Cachorródromo	<u>Descrição:</u> Espaço gradeado destinado ao uso recreativo de cachorros, com duas áreas separadas para a utilização de diferentes portes dos animais.

Fonte: ONU-Habitat

Tabela 10 - Edificações

Principais edificações significativas do parque.		
9.1	Sede Administrativa e Arquibancadas	<u>Descrição:</u> Principal edificação do parque, conta com escritório e sala de reuniões, sanitários públicos etc.
9.2	Pórtico Histórico	<u>Descrição:</u> Acesso vinculado ao Portão 1 do parque, junto à Rua Caio Prado, e que compõe parte do seu Patrimônio Cultural , possui sala



		destinada às equipes de vigilância do parque e base da Guarda Civil Metropolitana (GCM).
9.3	Casa das Araras	<u>Descrição:</u> Edificação histórica que compõe parte do Patrimônio Cultural do parque, apresenta sanitários e salões para atividades, exposições e reuniões.

Fonte: ONU-Habitat

7.2.2. Regulamento de uso

O Regulamento de Uso de um parque é o instrumento que, instituído por portaria da Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente (SVMA), disciplina e regula os usos dos parques municipais da cidade de São Paulo, devendo ser obrigatoriamente cumprido por todas as pessoas servidoras, trabalhadoras, prestadoras de serviço e frequentadoras visando a melhor gestão e operação do parque.

No caso do Parque Augusta - Prefeito Bruno Covas, seu Regulamento de Uso está instituído por meio da Portaria Municipal da Secretaria do Verde e Meio Ambiente nº 50 de 23 de agosto de 2022.

7.2.3. Avaliação das pessoas usuárias

Análise do resultado das entrevistas com pessoas usuárias do Parque Augusta - Prefeito Bruno Covas realizadas pela ação “Avaliação de Espaços Públicos da Cidade” do projeto “Viva o Verde – ONU-Habitat”.

- Há **predomínio do perfil** etário entre 20 e 39 anos (54%) de homens cisgênero (62%) brancos (64%), portanto, **menor participação social de grupos** idosos (mais de 60 anos, 14%), mulheres em geral (35%) e, particularmente, público transgênero (2%), agênero e não-binário/fluido (2%), pessoas pretas (12%) e pessoas com deficiência (2%);
- Observa-se uma **frequência de público** caminhante (89%), indo ao parque a partir de suas residências (83%) e com **grande assiduidade**, superior a três visitas semanais ao parque (67%). Lazer, contemplação, atividade física e passeio com animal doméstico se destacam como motivações de visita;
- Vale observar ainda a **potencialidade de parcerias** e atividades turísticas pela baixa presença de estrangeiros visitantes (4%), apesar de ser um equipamento de grande visibilidade e centralidade, e a maior presença, entre as pessoas com deficiência (PCDs), de pessoas com deficiência motora (67%), que pode apontar para **atividades específicas** para estes públicos;
- Sensação geral de segurança (90% muito seguro) e baixo índice de relação com atos inadequados (74% nunca presenciou);
- Baixo desconhecimento de meio para buscar informação sobre o parque (9%), sendo destaque para **possíveis melhorias** as infraestruturas e conservação gerais e **maior oferta** de programação cultural e/ou feiras livres.
- Não é possível contabilizar os públicos **infantis e jovens**, pois apenas maiores de 18 anos participaram da pesquisa.



7.2.4. Análise dos usos atuais

Análise realizada pela equipe de consultores ONU-Habitat, entre os meses de fevereiro e março de 2024, por meio de roteiro metodológico de observação e avaliação de espaços públicos para parques com uso público¹¹. Para isso, foram avaliados os seguintes tópicos:

- **Perfil de pessoas usuárias**

Palavras-chave: Diversidade, lazer e oásis urbano.

Percepção geral: Públicos da terceira idade, principalmente manhã e final da tarde; público jovem e LGBTQIAP+ nos horários de sol; crianças e estudantes de escolas e tutores de cães.

Público estimado pela gestão do parque: Apresentou mais de um milhão de visitantes em seu primeiro ano desde a inauguração, já tendo recebido até 20.000 visitantes em um único dia.

- **Parcerias existentes e potenciais**

O parque conta com atividades regulares de apresentações culturais, aos finais de semana, junto ao Palco e Arquibancada, que se realizam por meio de lista de apresentação autogestionada, além de atividades também autogestionadas na Horta Comunitária, ativadas por membros do conselho gestor, e atividades de educação ambiental com públicos escolares, especialmente das escolas Gabriel Prestes, Monteiro Lobato e Patrícia Galvão. Apresenta grande potencial de atividades de maneira passiva, oferecidas e autogeridas pela comunidade do parque, e tem potencial para a articulação de calendário de atividades próprio, com rede de equipamentos municipais, como já indicado no item 6, a respeito do Território-Parque.

- **Meios de informação**

Sinalização Externa: O parque apresenta sinalização externa com placas altas voltadas para duas direções, próximas aos seus portões, que fazem parte da sinalização de rua para os automóveis e não estão na altura do pedestre.

Sinalização Interna: O parque possui projeto de comunicação visual, contratada junto ao projeto de arquitetura. Conta com placas de referência dos espaços do parque, mapa de localização e indicações.

¹¹ A metodologia aplicada segue parâmetros vinculados às pesquisas de avaliação de espaços públicos de lazer e parques urbanos elaboradas pelo professor Reinaldo Pacheco (EAH-USP Leste), integrante do Grupo de Referência do projeto Viva o Verde/ONU-Habitat.



Figura 15 - Placas de sinalização externas indicando o Parque Augusta - Prefeito Bruno Covas



Fonte: ONU-Habitat, 2024

Atendimento ao Visitante: Não há ainda projeto de atendimento aos visitantes, cabendo às equipes não especializadas do parque o diálogo com seus frequentadores.

Instrumentos de comunicação interna e externa: O parque apresenta comunicação com os públicos apenas através dos canais de comunicação oficiais da Secretaria do Verde e Meio Ambiente (SVMA).

Acesso à internet: Há internet para uso administrativo, mas não há rede de WI-FI livre para os usuários do parque.

Figura 16 - Placas de sinalização interna do projeto de comunicação visual do Parque Augusta - Prefeito Bruno Covas



Fonte: ONU-Habitat, 2024



Figura 17 - Banners de comunicação pontual no Parque Augusta - Prefeito Bruno Covas



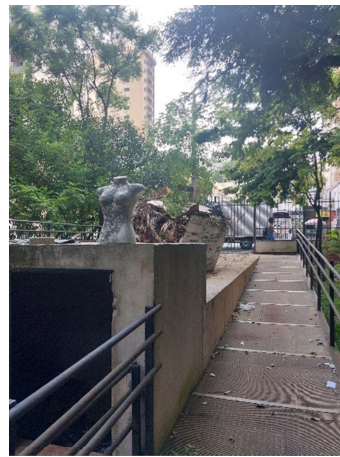
Fonte: ONU-Habitat, 2024

○ Condições gerais

Lixeiras: O parque apresenta lixeiras fixas insuficientes e em modelo não padronizado com outros parques municipais, em que não há a separação entre resíduos distintos. Além disso, as lixeiras não apresentam vedação. Para suprir a demanda de público, há lixeiras de plástico, com vedação, em diversas áreas do parque. São notadas, ainda, duas estações de reciclagem, próximas, cada uma delas, aos principais portões do parque, porém, uma está do lado de dentro do portão, em bom estado de conservação, e a outra se encontra fora do portão, em pior estado de conservação. O espaço destinado à compostagem e gestão de resíduos, junto ao Portão 4, necessidade de melhorias. (Figura 15).

Figura 18 - Elementos vinculados à coleta de resíduos do Parque Augusta - Prefeito Bruno Covas





Fonte: ONU-Habitat, 2024

Bebedouros: Há bebedouros em boa quantidade, mas a quantidade suficiente de pontos de hidratação proporcional ao número de visitantes diários é um desafio para dias de públicos maiores. Além disso, há um grave problema de furto de peças, que inviabiliza o funcionamento dos bebedouros, com dificuldade para a rápida reposição.

Figura 19 - Estado de conservação dos bebedouros do Parque Augusta - Prefeito Bruno Covas



Fonte: ONU-Habitat, 2024

Edificações: Não há maiores comentários sobre a principal edificação do parque, em que está a administração, sanitários e arquibancada. Porém, a Casa das Araras, edificação histórica situada junto ao bosque histórico do parque, é subutilizada para atividades gerais e está com seus sanitários interditados por questões vinculadas às instalações hidráulicas.



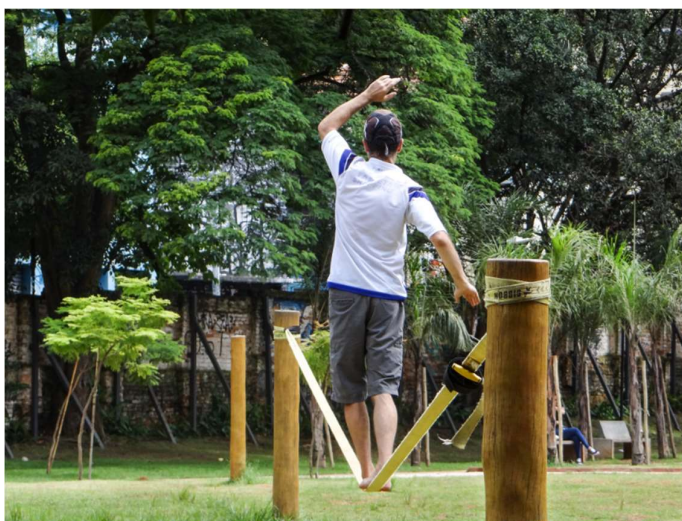
Figura 20 - Vista da arquibancada e palco na principal edificação do Parque Augusta - Prefeito Bruno Covas



Fonte: Daniel Ducci / Kruchin Arquitetura, 2023

Equipamentos de Uso Esportivo e Ginástica: A principal prática esportiva induzida por local específico se realiza na área de *slackline*, que apresenta ocupação constante. Além disso, há equipamentos de ginástica no modelo de Academia da Terceira Idade (ATI) e circuito para corrida e caminhada, ambos bastante utilizados.

Figura 21 - Imagem de práticas de *slackline* no Parque Augusta - Prefeito Bruno Covas



Fonte: Helena Cardoso / 29 Horas, 2022



Equipamentos de Uso Infantil e Lúdico: O parquinho infantil é o principal equipamento direcionado para este público, apresentando uso intensivo e projeto exclusivo de escritório dedicado em equipamentos relacionados ao brincar, o que apresenta desafios de reposição de materiais específicos e de manutenção (Figura 19).

Figura 22– Visão geral do parquinho infantil e detalhe de estado de conservação



Fonte: SVMA, 2022

Iluminação: O parque, que fica aberto até às 21:00 e, portanto, recebe públicos no período noturno, apresenta equipamentos de iluminação focais, com um ou dois pontos de iluminação (Figura 20), sem a dispersão lumínica. Foi relatado problema frequente de queda de energia e verifica-se a ausência de pontos de iluminação que busquem valorizar o patrimônio arqueológico do parque.

Figura 23 - Elementos de iluminação do Parque Augusta - Prefeito Bruno Covas



Fonte: ONU-Habitat, 2024

Equipamentos de Estar e Descanso: O mobiliário do parque apresenta dois modelos de repouso principais, ambos com encosto, em que um deles se dispõe no modelo “namoradeira”. Apresentam destaque visual, porém com conforto relativo por serem feitos apenas em concreto. Há ainda uma área especializada para o uso de redes de descanso com amplo uso pelos públicos, que devem trazer ao parque suas próprias redes.

Figura 24 Elementos de repouso do Parque Augusta - Prefeito Bruno Covas



Fonte: ONU-Habitat, 2024

Equipamentos de Educação Ambiental: O parque apresenta duas áreas para a prática de horticultura, uma delas administrada de forma auto-organizada por membros do conselho gestor e outra operada pelas equipes de jardinagem do parque, em que há a promoção de práticas de educação ambiental junto a atividades com escolas públicas parceiras.

Figura 25 - Espaços para práticas de Educação Ambiental no Parque Augusta - Prefeito Bruno Covas





Fonte: ONU-Habitat, 2024

- **Práticas espontâneas negativas**

Foi identificado e reportado pela gestão do parque o roubo de parte do gradil, pichação em muros e bancos, urina de animais domésticos na grama, resíduos vindos de fora do parque pelo gradil, práticas sexuais, vandalismo e roubo de peças do banheiro e bebedouros.



8. Setorização

Para a setorização do Parque Augusta - Prefeito Bruno Covas foram definidos distintos setores e subsetores do parque considerando-se, com igual importância, o grau de conservação dos recursos naturais, ou seja, a quão preservada ou modificada se apresenta uma área, e as possibilidades de uso dos públicos visitantes, indo do uso intensivo ao moderado.

Sendo assim, definem-se:

Setor 1 – Uso público intensivo: Interferência muito significativa no ambiente natural e uso intensivo dos públicos. Caracteriza-se por áreas em que se concentram os principais equipamentos, usos e atividades do parque, com grande circulação e presença de pessoas, em que há grande interferência no ambiente natural.

No Parque Augusta - Prefeito Bruno Covas inclui área de administração, arquibancada, playground, equipamentos de ginástica, slackline, cachorródromo e prainha.

Setor 2 – Uso moderado: Interferência pouco significativa no ambiente natural e uso semi-intensivo (leia-se moderado) dos públicos. Caracteriza-se por áreas em que há equipamentos, usos e atividades de menor impacto no ambiente construído, com menor circulação e permanência de pessoas, sendo área de transição entre setor de uso mais intensivo (Setor 1) e aquele mais restritivo, quando houver (Setor 3).

No Parque Augusta - Prefeito Bruno Covas inclui área do bosque tombado, casa das Araras, redário.

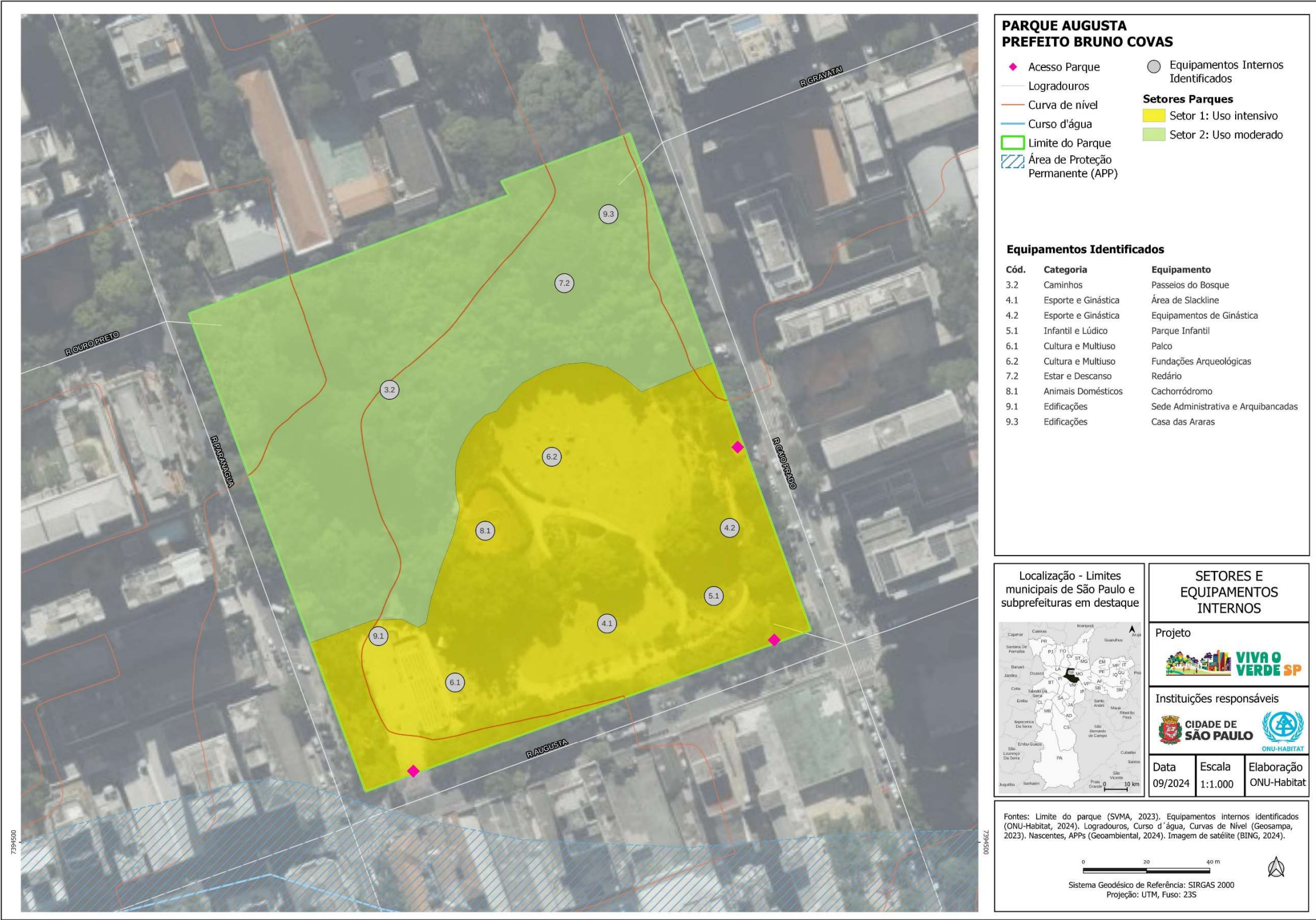
Setor 3 – Uso monitorado: Pouca ou nenhuma interferência no ambiente natural, com uso público monitorado. Caracteriza-se por áreas em que há poucos ou nenhum equipamento, uso e atividades públicas, com restrição de circulação e permanência de pessoas. Permitidas atividades de baixíssimo impacto e acesso limitado, com monitoramento e privilegiando a conservação ambiental.

Exemplos: Nascentes, córregos, áreas de mata preservada, atividades monitoradas e de pesquisa etc.

No Parque Augusta - Prefeito Bruno Covas não há áreas identificadas como Setor 3.

Obs.: o regulamento de uso do Parque Augusta - Prefeito Bruno Covas prevê as áreas I, II e III, que, nesta setorização, coincidem com os setores 1, que se formou agrupando as áreas I e III, que podem ser subdivididas, respectivamente, em subsetores 1A e 1B, e o setor 2, que é formado pela área III, podendo ser subdividido em subsetores 2A e 2B.

Mapa 17 – Setorização do Parque Augusta - Prefeito Bruno Covas



Fonte: Elaborado por ONU-Habitat, 2024



9. Gestão

A gestão pública é orientada por uma série de preceitos que visam garantir que os recursos públicos sejam administrados de forma eficiente, transparente e em benefício do bem comum e interesse público.

Dado que as pessoas “interessadas e impactadas” (em inglês, *stakeholders*) na e pela gestão pública são os habitantes da cidade e a própria sociedade civil em geral, os instrumentos que facilitam a participação social na concepção, construção e avaliação de políticas públicas contribui diretamente para que a gestão cumpra com a sua função social de maneira qualificada.

Tal forma de interagir nos seus processos internos em comunicação com partes externas à instituição pode também dar corpo ao que conhecemos como governança: à governança confere-se um conjunto de processos, políticas, leis e instituições que asseguram a direção, controle e prestação de contas de uma organização (ARAGÃO, 2006).

Durante a elaboração deste plano de gestão, apareceu em destaque a necessidade de detalhar o fluxograma entre as demandas dos conselhos gestores dos parques bem como dos meios de comunicação institucionais para informar, registrar e armazenar informações dos parques em questão.

1.1. Os Conselhos de Meio Ambiente

Os Conselhos de Desenvolvimento Sustentável e Cultura de Paz (CADES) Municipais e Regionais e os Conselhos Gestores de Parques são instâncias importantes de participação social e democrática na gestão ambiental e no desenvolvimento sustentável na cidade de São Paulo. Ambos estão vinculados à Secretaria do Verde e do Meio Ambiente (SVMA), embora o primeiro se reúna na Subprefeitura e tenha como presidente o subprefeito do respectivo território onde atua o conselho.

A atuação dos Conselhos Gestores nos Parques Municipais está prevista na Lei Municipal nº 15.910/2023. São compostos por representantes da comunidade, dos trabalhadores locais e de instituições públicas e privadas, e são responsáveis pela instância participativa mais próxima da população. Na ausência de quórum para a implantação do Conselho Gestor de Parque, o CADES Regional é a instância adequada para assumir a pauta relativa às questões que tangem os parques urbanos.

Em ambos os conselhos, os conselheiros são eleitos para um mandato de dois anos e contribuem de forma consultiva com as políticas públicas da SVMA. A Coordenação de Gestão de Parques e Biodiversidade Municipal (CGPABI), da Divisão de Gestão de Parques Urbanos (DGPU), é aliada à Coordenação de Gestão dos Colegiados (CGC), da Divisão de



Planejamento e Apoio aos Colegiados (DPAC) na condução dos conselhos gestores de parques.

Processo de Eleição dos CADES Regionais

Os Conselhos de Desenvolvimento Sustentável e Cultura de Paz (CADES) Regionais são conselhos consultivos, que atuam nas subprefeituras de São Paulo, com o objetivo de promover a participação da sociedade na gestão ambiental e no desenvolvimento sustentável (PMSP, 2024). Cada subprefeitura possui um CADES, e os conselheiros são eleitos por um processo que inclui:

- **Publicação de Edital:** a SVMA publica um edital convocando a eleição para o CADES em cada subprefeitura. O edital contém informações sobre as vagas, cronograma, requisitos para candidatura e local da votação;
- **Candidatura:** as pessoas interessadas em participar como conselheiros devem se inscrever como candidatos. Normalmente, é necessário ser residente ou ter vínculo com a subprefeitura onde se deseja candidatar;
- **Requisitos:** as pessoas candidatas devem atender a requisitos específicos, como ter mais de 18 anos e ser eleitora no município de São Paulo. Além disso, precisam apresentar um plano de trabalho ou proposta que justifique sua candidatura;
- **Votação:** a eleição é aberta à participação popular. As pessoas moradoras da região da subprefeitura podem votar nas candidatas, geralmente em um local indicado pelo edital. A votação é direta e secreta;
- **Apuração e Resultado:** após a votação, os votos são apurados, e as pessoas mais votadas são eleitas como conselheiros titulares e suplentes. Os mandatos geralmente têm a duração de dois anos;
- **Posse:** as pessoas eleitas são empossadas em cerimônia oficial e passam a compor o conselho, participando de reuniões periódicas e contribuindo com sugestões, análises e propostas para o meio ambiente mais equilibrado a partir da realidade local, do que se apresenta de desafios e oportunidades em cada território da subprefeitura.

Processo de Eleição dos Conselhos Gestores de Parques

Os Conselhos Gestores de Parques são formados por representantes da sociedade civil e do poder público, com o objetivo de discutir e decidir sobre questões relacionadas à gestão e manutenção dos parques municipais de São Paulo.

- **Convocação:** a eleição dos Conselhos Gestores de Parques é convocada pela SVMA, que publica um edital especificando as vagas disponíveis, o cronograma, e os procedimentos para a eleição.;
- **Candidatura:** as pessoas interessadas em ser membros do conselho devem se candidatar, atendendo aos critérios estabelecidos no edital. Normalmente, precisam ser frequentadoras do parque ou representantes de organizações relacionadas ao meio ambiente e lazer;
- **Votação:** a eleição das pessoas conselheiras é realizada em um evento aberto à comunidade para votação;



- **Apuração e Resultado:** as pessoas candidatas mais votadas se tornam conselheiros titulares ou suplentes, conforme o número de vagas. A apuração dos votos é feita no próprio evento eleitoral;
- **Posse e Atuação:** as pessoas eleitas são empossadas e começam a participar das reuniões do conselho, onde discutem questões como a conservação do parque, a promoção de atividades culturais e educativas, e a fiscalização de serviços prestados no local.

Tanto os CADES quanto os Conselhos Gestores de Parques funcionam como espaços de participação democrática, onde representantes da sociedade civil e do poder público discutem e colaboram na gestão das políticas ambientais, a conservação e a melhoria dos espaços públicos.

Esses conselhos são fundamentais para a promoção de uma gestão participativa e para o fortalecimento da democracia no âmbito local, permitindo que os cidadãos tenham voz ativa nas questões que afetam as suas dinâmicas territoriais e o seu cotidiano em relação à cidade como um todo.

Os fluxogramas de comunicação entre a gestão e as partes interessadas foram redefinidos pela SVMA, paralelamente à elaboração deste documento. Essa reformulação visa fortalecer a transparência, garantir a impessoalidade – por meio de um procedimento que trate todos de maneira equitativa – e assegurar a responsabilidade do poder público em relação às demandas, respostas e contribuições provenientes das instâncias de participação.

Nesse sentido, foi criada uma Portaria nº 114 /SVMA/2024, cujo Art. 7º aborda sobre os requerimentos de informação do conselho gestor sobre assuntos que não compete à pessoa coordenadora do conselho responder instantaneamente, mas uma divisão técnica específica da gestão da SVMA ou de outra Secretaria.

Esta portaria estabelece que:

Art. 7º. Requerimentos de Informação: Processo que deverá ser vinculado ao processo-mãe.

§ 1º Para cada Requerimento de Informação deverá ser autuado um processo próprio em até 5 (cinco) dias após a reunião.

§ 2º A denominação do processo deve conter a seguinte inscrição: "Parque XXXXX - Conselho Gestor - Requerimento nº XX/20XX".

§ 3º Quando do encaminhamento do processo, o prazo de 30 dias deverá ser informado, conforme previsto no artigo 7º, §6º da Lei Municipal nº 15.910/2013;

§ 4º O processo deverá seguir o seguinte fluxo:

I - O Gestor autua e instrui processo próprio do requerimento, informando o prazo de 30 dias para resposta, a partir do encaminhamento;

II - O Gestor encaminha o processo para SVMA/CGPABI/DGPU;



III - SVMA/CGPABI/DGPU encaminha o processo à SVMA/CGPABI solicitando envio às unidades competentes;

IV - SVMA/CGPABI encaminha o processo às unidades competentes;

V - As Unidades devem responder o processo e devolver à SVMA/CGPABI, dentro do prazo de 30 dias, que devolverá à SVMA/CGPABI/DGPU, retornando-o ao respectivo parque com as informações;

VI - Quando do retorno com as informações, o Gestor deve apresentar as respostas ao conselho.

No caso da difusão de informações e comunicação da gestão da SVMA, perante a população, atualmente essa acontece de maneira acordada com o Conselho Gestor sobre os melhores veículos de comunicação, sendo o WhatsApp o mais utilizado.

As atas que desdobram das reuniões do conselho são publicadas no site da própria Secretaria. Contudo, a gestão possui a plataforma WebParques (2024) pensada para que seja um fórum contendo informações e recursos sistematizados para potencializar e aprimorar a administração desses equipamentos.

9.2. Custos de manutenção

Este item apresenta a distribuição dos custos associados à manutenção e operação do parque, ao longo do ano de 2023. O objetivo é fornecer uma referência inicial que permita o planejamento estratégico para alocação dos recursos e investimentos de maneira eficiente e alinhada às necessidades do parque. A distribuição dos custos está categorizada da seguinte forma:

1. Contratos de vigilância patrimonial desarmada: despesas relacionadas aos serviços de segurança e atendimento ao público, orientação e informações às pessoas frequentadoras, bem como rondas regulares visando a manutenção e conservação da infraestrutura, instalações, equipamentos e patrimônio;
2. Contratos de manejo e conservação de áreas verdes: investimentos destinados à limpeza, conservação e zeladoria predial, englobando atividades como jardinagem dos canteiros e gramados, conservação do patrimônio arbóreo, e conservação geral da vegetação e das áreas do parque. Além disso, abrange varrição, limpeza de instalações e zeladoria de sanitários;
3. Contratos de manutenção civil: despesas associadas à conservação e reparo das infraestruturas e edificações, abrangendo serviços de pintura, hidráulica, serralheria e alvenaria, conforme as necessidades identificadas;
4. Custos administrativos: incluem os salários da equipe administrativa;
5. Custos de água e energia: gastos contínuos com serviços essenciais.

A Tabela 11 fornece os custos mensais referentes à cada categoria indicada acima. As informações foram obtidas junto à Divisão de Gestão de Parques Urbanos (DGPU), da Coordenação de Gestão de Parques e Biodiversidade Municipal (CGPABI), e à Coordenação



de Administração e Finanças (CAF). A ausência de alguns valores é atribuída à falta de dados disponíveis.

A partir dos dados apresentados, é possível verificar que o custo global de operação e manutenção do Parque Augusta - Prefeito Bruno Covas no ano de 2023 foi de R\$ 3.314.835,18 (três milhões, trezentos e quatorze mil, oitocentos e trinta e cinco reais e dezoito centavos).

Tabela 11 - Distribuição dos custos de manutenção e operação do Parque Augusta - Prefeito Bruno Covas (valores em R\$)

Mês / Custo	Vigilância	Manejo e Conservação	Manutenção Civil	Administrativo	Água	Energia	Total Geral
Janeiro	136001,16	111133,97	11321,69	5362,00	9611,86	2361,13	275791,81
Fevereiro	136001,16	111133,97	11321,69	5362,00	9067,12	2449,63	275335,57
Março	136001,16	111133,97	11321,69	5362,00	9142,48	2610,76	275572,06
Abril	136001,16	111133,97	11321,69	5362,00	9208,93	2645,11	275672,86
Maio	136001,16	111133,97	11321,69	5362,00	9420,16	2348,67	275587,65
Junho	136001,16	111133,97	11321,69	5362,00	11170,23	2417,39	277406,44
Julho	136001,16	111133,97	11321,69	5362,00	12056,76	2348,57	278224,15
Agosto	136001,16	111133,97	11321,69	5362,00	11275,93	2342,00	277436,75
Setembro	136001,16	111133,97	11321,69	5362,00	11161,28	1304,55	276284,65
Outubro	136001,16	111133,97	11321,69	5362,00	11648,59	2096,59	277564,00
Novembro	136001,16	111133,97	11321,69	5362,00	10824,08	1350,95	275993,85
Dezembro	136001,16	111133,97	11321,69	5362,00	7419,43	2727,14	273965,39
Custo Anual	1632013,96	1333607,60	135860,28	64344,00	122006,85	27002,49	3314835,18

Fonte: Adaptado de DGPU e CAF / ONU-Habitat, 2023



10. Plano de Ação

O Plano de Ação está dividido em dois quadros, um referente às diretrizes e outro às ações. A origem das diretrizes e das ações pode ser de base técnica, introduzidas pelas equipes da SVMA e do ONU-Habitat, ou de base participativa, demandas levantadas nas oficinas realizadas com a população (Anexo I) e pelos Conselhos Gestores e CADES Regionais durante o processo de elaboração do Plano de Gestão. Os quadros apresentam diretrizes e ações para o parque e seu entorno (Território-Parque).

Esse conjunto de diretrizes e ações estão acompanhadas por uma estimativa de prazo e prioridade e, eventualmente ainda, de potencial parceria que a gestão da SVMA pode firmar para fortalecer ou viabilizar a sua execução. Observa-se que não foi estimado um prazo para as diretrizes e ações do Território-Parque, uma vez que sua realização dependerá da articulação da gestão do parque com outras instâncias da SVMA, entidades ou secretarias.

A definição dos responsáveis deve integrar o procedimento relatado acima: a pessoa coordenadora do Conselho Gestor do parque, ao formalizar a demanda ou requerimento de informação, deve solicitar o encaminhamento à unidade competente de acordo com a anuência da Coordenação de Gestão de Parques Urbano e Biodiversidade (CGPABI).

Com base nisso, a validade do presente Plano de Gestão é de cinco anos. Neste período estão contidas as diretrizes e ações de até dois anos, intituladas diretrizes de curto prazo, e as diretrizes e ações de até cinco anos intituladas de médio prazo.

Além disso, estão incluídos os “desejos de futuro” que não são necessariamente diretrizes ou ações de longo prazo, mas aquelas que podem acontecer no decorrer dos cinco anos a partir da articulação, relevância e vontade política envolvidas.

10.1. Definição de Prazo e Prioridade

Para a execução eficiente das ações e diretrizes indicadas, foi estabelecida uma estrutura de prazos e prioridades que orientam a implementação do plano de ação, bem como asseguram que os recursos sejam alocados de maneira estratégica para atender às necessidades mais prementes.

Os prazos categorizam as atividades e ações conforme sua urgência e complexidade, visando garantir que os objetivos sejam atingidos em tempo hábil. Sua classificação em “curto”, “médio” e “ações recorrentes” permite uma abordagem que distingue o que precisa de atenção imediata e o que pode ser abordado de maneira gradual.

A definição de prioridades na gestão pública envolve a identificação e classificação das necessidades e objetivos para garantir a melhor utilização dos recursos disponíveis.

Dessa forma, a definição dos prazos e prioridades está orientada pelos seguintes critérios:



Prazo

Curto Prazo: Ações que possuem prioridade alta e que são resolutivas em dois anos.

Médio Prazo: Refere-se a um período intermediário de cinco anos, quando será realizado um balanço das diretrizes e ações implementadas. Este prazo requer um estudo de viabilidade. Levam um tempo para ser planejadas antes de implementadas.

Ação recorrente: Ações de manutenção, que já ocorrem e que cotidianamente podem ser monitoradas.

Periodicidade ou vigência do Plano: dez anos e revisão intermediária (balanço) cada cinco anos.

Prioridade

A definição de prioridades na gestão pública envolve a identificação e classificação das necessidades e objetivos para garantir a melhor utilização dos recursos disponíveis. Os critérios geralmente incluem:

Prioridade zero: Diretrizes e ações que precisam ser realizadas imediatamente para evitar problemas maiores. Trata-se de diretrizes e ações que apresentam um risco alto para a população e que, no prazo de um ano, devem ser executadas ou encaminhadas antes das demais ações – inclusive de curto prazo.

Prioridade alta: Diretrizes e ações que devem priorizar áreas que comprometem o uso e função socioambiental do parque. Trata-se de diretrizes e ações que apresentam um impacto grande na percepção de uso da população.

Prioridade média: Diretrizes e ações que conferem benefícios à qualidade ambiental ou de uso para os frequentadores do parque. Deve-se considerar a viabilidade técnica, financeira e política das ações ou projetos.

Contudo, recomenda-se ainda que as ações e projetos sejam distribuídos de forma justa entre diferentes grupos da sociedade, especialmente os mais vulnerabilizados.

10.2. Desejos de futuro

Referem-se a ações, propostas ou aspirações que demandam um estudo de viabilidade e não estão em concordância com o projeto atual, implicando, portanto, em mudanças significativas no planejamento existente. Essas questões são frequentemente complexas e envolvem a elaboração de novos projetos, a necessidade de orçamentos adicionais.

Ademais, incluem-se nessa categoria aspectos que envolvem a dimensão do “sonho”, ou seja, desejos não estritamente necessários para o correto funcionamento do parque, mas que são relevantes e requerem estudo de viabilidade.

Esse entendimento se alinha com a perspectiva de que o “desejo de futuro” aqui será entendido como algo que difere de uma ação recorrente ou de uma diretriz, dada a sua complexidade de articulação e execução.

10.3. Quadro de diretrizes

SOLO (SO)				
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo
SO2	Técnica	Evitar impermeabilizar o solo em área maior do que a prevista no projeto arquitetônico original; quando necessária instalação de pisos diversos, avaliar a possibilidade de priorizar materiais permeáveis e/ou drenantes, de acordo com a Lei Municipal nº 11.509 de 1994.	Alta	Recorrente
SO4	Técnica	Manter camada de serrapilheira ou plantar forrações, evitando exposição do solo, para proteção contra erosão, compactação, diminuição da variabilidade térmica, evaporação e lixiviação de nutrientes.	Alta	Recorrente
SO5	Técnica	Promover a drenagem onde ocorrer empocamento de água pluvial, através da melhoria dos aspectos físicos do solo (por exemplo, incorporação de areia), utilização de tubos drenantes ou outras técnicas que possibilitem a infiltração e/ou escoamento da água.	Média	Médio
VEGETAÇÃO (VE)				
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo
ÁREAS DE PRESERVAÇÃO				
VE2	Técnica	Atentar-se para o manejo diferencial da área de bosque e de todos os exemplares arbóreos existentes no parque, que são protegidos segundo Resolução 23/04 do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo – CONPRESP.	Alta	Recorrente

FRAGMENTOS FLORESTAIS				
VE9	Técnica	Eliminar a prática do bosqueamento, ou seja, roçada do sub-bosque nas áreas florestais, de forma a proteger e permitir o desenvolvimento da vegetação arbóreo-arbustiva em processo de regeneração/sucessão ecológica.	Alta	Recorrente
VE11	Técnica	Priorizar o plantio de espécies da flora em risco de extinção, minimizando a erosão genética das populações e disponibilizando germoplasma para ações futuras de recuperação de hábitat e reintrodução de espécies nos ecossistemas adjacentes.	Alta	Recorrente
VE12	Técnica	Novos plantios poderão seguir as proporções de espécies pioneiras, secundárias e climáticas indicadas na Resolução SMA 08/08, sempre com orientação da equipe técnica da SVMA.	Média	Recorrente
VE13	Técnica	No enriquecimento, incluir espécies vegetais nos mais variados estratos (herbáceo, arbustivo, arbóreo e epifítico), diversificando os recursos e nichos ecológicos possíveis para a fauna.	Média	Recorrente
VE14	Técnica	Considerar a possibilidade de substituição gradativa de espécies exóticas, que vierem a adoecer e/ou morrer, por espécies nativas do bioma regional.	Urgente	Recorrente
ÁREAS AJARDINADAS				
VE15	Técnica	Limitar as áreas gramadas, que consomem muitos recursos e demandam manejo constante, àqueles locais onde ocorram atividades físicas, recreativas e esportivas que justifiquem sua existência.	Média	Médio
VE16	Técnica	Havendo gramado, reduzir a frequência das roçadas, de forma a possibilitar a produção e dispersão de sementes, maximizando a biodiversidade de fauna silvestre, especialmente de aves granívoras como o papa-capim, bico-de-lacre, coleirinha e canário-da-terra.	Alta	Recorrente
VE17	Técnica	Observar a altura de corte recomendada para cada espécie de grama, por exemplo grama bermudas (manter tamanho mínimo de folha de 3cm acima do nível do solo), esmeralda (4 a 5 cm) e são-carlos (5 a 7 cm), e a frequência diferencial de roçadas em cada estação do ano.	Média	Recorrente
VE18	Técnica	Não realizar cortes muito baixos e/ou frequentes que possam danificar o rizoma do gramado, gerar áreas falhas e ocasionar a exposição do solo.	Alta	Recorrente
VE19	Técnica	Em áreas de gramado úmidas, com presença de musgos superficiais, promover a aeração periódica através da escarificação, corte vertical e retirada de cama de palhada seca.	Alta	Recorrente
VE20	Técnica	Em áreas de gramado falho, com solo compactado, realizar cobertura fina de areia Média lavada e composto orgânico na proporção 1:1, especialmente no começo da primavera.	Alta	Recorrente
VE21	Técnica	Manter período de repouso para recuperação de gramados com intenso pisoteio, através da delimitação, cercamento e sinalização da área para conhecimento da população.	Alta	Recorrente

VE22	Técnica	Estabelecer locais de menor intervenção, como por exemplo grandes áreas que raramente são roçadas/manejadas, ou mesmo realizar a retirada do gramado e plantio (direto ou por sementeira) de espécies herbáceas nativas, formando um relvado biodiverso atrativo à polinizadores, dispersores e herbívoros diversos. Esses locais devem ser sinalizados evidenciando a relevância de sua manutenção como forma de maximizar a biodiversidade do parque.	Alta	Médio
VE23	Técnica	Zelar pela integridade dos canteiros ajardinados, monitorando a presença de áreas falhas e necessidade de realizar adubação, replantios e podas de renovação periódicos.	Alta	Recorrente
VE24	Técnica	Realizar rega diferencial de acordo com as estações do ano, insolação (áreas ensolaradas/sombreadas) e necessidades hídricas de cada espécie, de modo a garantir sua sanidade e pleno desenvolvimento.	Alta	Recorrente
VE25	Técnica	Fiscalizar e coibir práticas como o pisoteamento dos canteiros, descarte de resíduos sólidos ou líquidos, assim como dejetos de animais domésticos, ou outras atividades que possam danificar as mudas existentes.	Alta	Recorrente
VE26	Técnica	Realizar delimitação dos canteiros herbáceos através da instalação de limitadores (plásticos ou de outros materiais) onde houver encontro com o gramado, evitando assim a invasão pela grama (competição e enfraquecimento das mudas herbáceas), facilitando a manutenção periódica e mantendo o desenho original do canteiro (proposto em projeto).	Média	Médio
VE27	Técnica	Incentivar o plantio de herbáceas e arbustivas nativas que sejam atrativas a borboletas, beija-flores, abelhas e outros polinizadores, como forma de perpetuar a presença destas espécies na malha urbana.	Alta	Recorrente
VE28	Técnica	Avaliar a possibilidade de substituir a vegetação exótica implantada no paisagismo por espécies nativas ornamentais, mantendo o layout do projeto original, mas ampliando a oferta de recursos para a fauna silvestre, reestabelecendo as interações ecológicas, e favorecendo o conhecimento e valorização da flora nativa pela população.	Média	Média
ÁRVORES				
VE31	Técnica	Contratar ou treinar profissionais para realização periódica de diagnóstico e análise de risco de queda das árvores, bem como para indicação de tratamentos fitossanitários quando pertinente, especialmente próximo às áreas de circulação e estar de pessoas, como trilhas, praças, playgrounds, estacionamentos e áreas esportivas.	Alta	Curto
VE33	Técnica	Realizar poda e supressão de árvores sempre com autorização do órgão ambiental competente, e somente em casos de risco de queda e risco de acidentes envolvendo pessoas e patrimônio. Para árvores com risco iminente, contatar Defesa Civil ou Corpo de Bombeiros.	Alta	Recorrente
VE34	Técnica	Realizar podas de equilíbrio, formação, condução e limpeza sempre respeitando a arquitetura e forma intrínseca de cada espécie. Evitar a qualquer custo poda de raízes, pelo seu potencial de desestabilizar a árvore, aumentando o risco de tombamentos. Seguir orientações contidas no Manual Técnica de Poda de Árvores da Prefeitura.	Alta	Recorrente

VE35	Técnica	Manter árvores mortas e galhos secos que não estejam oferecendo risco direto de acidentes, especialmente nas áreas florestais. Quando em pé, a madeira morta serve de local para construção de ninhos de besouros, abelhas solitárias e aves (como os pica-paus, corujas, tucanos, periquitos e papagaios); quando já caída, serve de esconderijo e local de vida ocasional para muitos animais, além de alimentar uma diversidade enorme de seres xilófagos e saprófitos, como cupins, besouros, traças, fungos e outros microrganismos, fundamentais para a saúde do solo.	Alta	Recorrente
VE36	Técnica	Em árvores isoladas, especialmente aquelas em áreas gramadas, manter coroamento de 40 a 50cm de distância do colo ou aplicar outras técnicas/materiais que protejam o caule delas para evitar ferimentos por ocasião da roçada do gramado.	Alta	Recorrente
VE37	Técnica	Evitar a instalação de canteiros elevados ou adição de camadas de solo que encubram a base do tronco das árvores existentes, evitando assim o soterramento de colo, situação que pode levar ao definhamento e morte das mesmas.	Alta	Recorrente
VE38	Técnica	Evitar, a qualquer custo, a pintura dos troncos (inclusive caiação), fixação de pregos, placas, arames, cordas, balanços, tecidos ou bordados que possam causar ferimentos, estrangulamento ou trazer umidade excessiva que facilite a instalação pragas e doenças.	Alta	Recorrente
VE39	Técnica	Fiscalizar e coibir a prática de anelamento, seja por corte ou instalação de cordas/arames apertados, assim como a realização de quaisquer outros ferimentos na casca das árvores, como inscrições de nomes, por exemplo.	Alta	Recorrente
VE40	Técnica	Manter, na base das árvores, área permeável, na forma de canteiro ou faixa, que permita a infiltração de água e aeração do solo. As dimensões mínimas recomendadas para essas áreas não impermeabilizadas são de 2,0m² para árvores de copa pequena (diâmetro de até 4,0 m) e de 3,0 m² para árvores de copa Média ou grande (diâmetro acima de 4,0 m).	Alta	Recorrente
NOVOS PLANTIOS				
VE41	Técnica	Novos plantios, de espécies arbóreas, arbustivas e ornamentais, devem ser realizados apenas pela equipe interna do parque ou por outras equipes desde que autorizadas pela Divisão de Gestão de Parques Urbanos (DGPU), não sendo permitido à população efetuar plantios de forma espontânea.	Alta	Recorrente
VE43	Técnica	Realizar plantios e transplantes preferencialmente no período das chuvas (primavera e verão), para minimizar estresses, facilitar o pegamento e maximizar a taxa de sobrevivência das mudas.	Alta	Recorrente
VE44	Técnica	Quando do plantio de canteiros de forrações e arbustivas, cobrir sempre o solo ao redor das mudas com folhas secas, aparas de grama ou material particulado (resíduos vegetais triturados), protegendo o solo contra compactação, aquecimento e ressecamento, facilitando assim o pegamento das mudas.	Alta	Recorrente
VE45	Técnica	Para o plantio de árvores, seguir orientações contidas no Manual Técnico de Arborização Urbana da Prefeitura de São Paulo, quanto à abertura de berços, plantio e tutoramento das mudas.	Alta	Recorrente

VE46	Técnica	Empregar diversidade de plantas com épocas de floração e frutificação espalhadas ao longo do ano, garantido assim apelo visual/paisagístico constante, além de recursos alimentares para a fauna silvestre nas diferentes estações.	Alta	Recorrente
VE47	Participativa	Avaliar a possibilidade de plantio de árvores frutíferas, de espécies nativas, especialmente próximo às áreas de circulação e estar de pessoas, favorecendo assim maior interação, reconhecimento e valorização da flora nativa regional.	Alta	Recorrente
VE48	Técnica	Empregar preferencialmente espécies nativas regionais, que exigem menor manutenção, fornecem serviços ecossistêmicos e sustentam espécies da fauna nativa com hábitos especializados.	Alta	Recorrente
VE49	Técnica	Estudar o plantio de espécies que reconhecidamente façam parte da dieta dos animais ameaçados de extinção e/ou raros presentes no parque, como forma de perpetuar a presença destas espécies na malha urbana.	Média	Médio
VE50	Técnica	Utilizar espécies nativas do município de São Paulo baseando-se na Portaria SVMA 60/2011, que publica a Lista de Espécies Vegetais Vasculares Nativas do município de São Paulo, e Portaria SVMA 61/2011, que publica a Lista de espécies arbóreas nativas do município de São Paulo sugeridas para utilização em termos de ajustamento de conduta e projetos de recuperação florestal, de enriquecimento florístico, paisagístico, de compensação ambiental, de arborização urbana, entre outros	Alta	Recorrente
VE54	Técnica	Canalizar recursos de compensações ambientais no município, ou eventos de empresas que queiram/necessitem neutralizar emissões de Carbono, com ações de plantio e manutenção na área interna do parque e seu entorno.	Alta	Recorrente
ESPÉCIES EXÓTICAS E INVASORAS				
VE56	Técnica	Novos plantios, inclusive de ornamentais em áreas ajardinadas, devem evitar a utilização de espécies exóticas, principalmente aquelas com potencial invasor ou dominante, que possam alterar a dinâmica e equilíbrio do ecossistema, seja por abafamento, competição, alelopatia ou sombreamento excessivo.	Alta	Recorrente
VE57	Técnica	Evitar igualmente o plantio de espécies que possuam estruturas subterrâneas de propagação vegetativa (ex.: bambu, espada-de-são-jorge, curculigo) ou crescimento estolonífero (ex.: lambari, tostão), que se alastram com facilidade e tendem a formar populações dominantes, especialmente nas proximidades de áreas de preservação.	Alta	Recorrente
VE58	Técnica	Evitar o despejo de resíduos vegetais nas áreas de mata, especialmente aqueles contendo restos de poda de grama e espécies ornamentais exóticas (como lambari, agapanto, singônio), minimizando assim o risco de invasão biológica.	Alta	Recorrente
VE60	Técnica	Identificar focos de ocorrência de espécies exóticas invasoras no entorno do parque de forma a minimizar o risco de introdução e/ou reintrodução através de vetores bióticos e outras vias de dispersão.	Alta	Recorrente
VE62	Técnica	No caso de espécies invasoras já estabelecidas no interior do parque, orientar funcionários para identificar e realizar o monitoramento periódico de propágulos, retirada de sementes no solo e arranquio de plântulas (com sistema radicular), visando o controle da sua população.	Urgente	Curto



**VIVA O
VERDE SP**

VE64	Técnica	Dentre as espécies exóticas com potencial invasor (citadas no tópico de diagnóstico), dar Prioridade ao manejo do alfeneiro (<i>Ligustrum lucidum</i>), ipê-de-jardim (<i>Tecoma stans</i>), jambolão (<i>Syzygium cumini</i>), pau-incenso (<i>Pittosporum undulatum</i>), palmeira-seafórtia (<i>Archontophoenix cunninghamiana</i>) e palmeira-leque-da-china (<i>Livistona chinensis</i>).	Alta	Curto
VE65	Técnica	Consultar a Base de Dados de Espécies Exóticas Invasoras (https://institutohorus.org.br/), para maiores informações sobre taxonomia, ecologia, introdução e dispersão, impactos, manejo e análise de risco.	Alta	Recorrente
TREPADEIRAS, EPIFITAS E PARASITAS				
VE66	Técnica	Aproveitar as epífitas de galhos caídos (ex.: orquídeas, bromélias, samambaias etc.), recolocando-as em outros troncos, preferencialmente através da utilização de barbantes de material biodegradável, sem apertar demasiado o caule da árvore, permitindo seu correto desenvolvimento.	Alta	Recorrente
VE67	Técnica	Monitorar o desenvolvimento de hemiepífitas lenhosas como figueiras mata-pau (gênero <i>Ficus</i>) e brassaias (gênero <i>Schefflera</i>), que podem causar estrangulamento mecânico ao não permitir a continuidade do crescimento da árvore hospedeira.	Alta	Recorrente
VE68	Técnica	Monitorar o desenvolvimento de epífitas do gênero <i>Tillandsia</i> , pela possibilidade de atuarem como parasitas estruturais, causando efeitos adversos na árvore hospedeira, como desfolha, redução da capacidade fotossintética e da movimentação de seiva, declínio e morte de galhos.	Alta	Recorrente
VE69	Técnica	Realizar controle de ervas-de-passarinho apenas quando detectado alto grau de infestação ou quando estiverem causando danos às árvores que possam estabelecer risco de acidentes, tendo em vista que as mesmas constituem importante fonte de néctar para beija-flores e outros polinizadores devido ao longo período de floração, além de fonte alimentar para diversas espécies de aves, inclusive durante o inverno.	Alta	Recorrente
VE70	Técnica	Realizar monitoramento de trepadeiras nas clareiras e bordas de fragmentos florestais, removendo-se somente o excesso para evitar sobrepeso e sufocamento dos exemplares arbóreos.	Alta	Recorrente
VE71	Técnica	Executar o manejo sempre sob orientação de profissional técnico que analisará a eventual necessidade de poda da árvore hospedeira visando o controle da infestação.	Alta	Recorrente
PRAGAS E DOENÇAS				
VE72	Participativa	Na manutenção das áreas verdes, aplicar princípios ecológicos que priorizem a proteção e regeneração da flora, fauna e recursos naturais (como solo e água), maximizando assim a potencialidade do parque de funcionar como refúgio urbano, inclusive climático, e sua prestação de serviços ecossistêmicos.	Alta	Recorrente
VE73	Técnica	Evitar a utilização de adubos minerais e outras substâncias químicas como pesticidas, inseticidas e herbicidas durante a manutenção das áreas verdes do parque, reduzindo impactos diretos e indiretos aos funcionários, visitantes e meio ambiente.	Alta	Recorrente
VE74	Participativa	Seguir o estabelecido na Nota Técnica 04/16 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), que presta esclarecimentos sobre capina química em ambiente urbano de intersecção com outros ambientes.	Alta	Recorrente

VE75	Técnica	Quando necessário controle de pragas e doenças, dar preferência à catação manual, utilização de armadilhas, repelentes, caldas e produtos orgânicos, e ao controle biológico por predadores naturais.	Alta	Recorrente
VE76	Técnica	Em caso de infestações permanentes e/ou massivas, buscar parceria com instituições de pesquisa, como universidades, através de Termo de Cooperação Técnica.	Alta	Médio
PREVENÇÃO DE ACIDENTES				
VE77	Técnica	Evitar o plantio de árvores com frutos grandes e/ou pesados, espécies dotadas de espinhos, princípios alergênicos ou tóxicos próximo às áreas de circulação e estar de pessoas, como trilhas, playgrounds, estacionamentos, praças e áreas esportivas.	Alta	Recorrente
VE78	Técnica	Árvores com frutos grandes e/ou pesados devem ter sua área de projeção de copa isolada e sinalizada durante o período de frutificação para evitar acidentes.	Alta	Recorrente
VE79	Técnica	Árvores que produzam flores e/ou frutos que possam estabelecer superfícies escorregadias quando da sua queda, devem ter sua área de projeção de copa isolada e sinalizada durante o período de floração/frutificação para evitar acidentes.	Alta	Recorrente
VE80	Técnica	Atentar-se para a presença de raízes superficiais que possam estabelecer obstáculos ao longo de trilhas ou vias de circulação preferencial de pessoas; nesse caso, deve-se avaliar a possibilidade de mudança de trajeto e/ou adequação das trilhas/caminhos, evitando-se ao máximo a realização de podas nas raízes.	Alta	Recorrente
PREVENÇÃO DE INCÊNDIOS				
VE82	Técnica	Avaliar a necessidade de instalação de aceiros, que são faixas onde o solo é mantido exposto, principalmente ao longo de divisas, cercas e áreas de vegetação nativa. Os aceiros devem ser estrategicamente planejados e mantidos livres de qualquer vegetação, galhos e folhas secas que possam funcionar como combustível para a propagação do fogo. Seguir as orientações contidas no Decreto Estadual 47.700/2003.	Alta	Médio
VE83	Técnica	Avaliar, em conjunto com o Corpo de Bombeiros, a necessidade de criação de uma brigada de incêndio, treinada periodicamente e munida com os equipamentos adequados, para lidar com incêndios, de Origem natural ou antrópica, especialmente no período de seca (outono/inverno).	Alta	Curto
VE84	Participativa	Sempre realizar a retirada e destinação adequada de resíduos de poda e/ou roçagem do gramado nas áreas limítrofes do parque, para evitar que possam funcionar como combustível para a propagação de incêndios.	Alta	Curto
VE85	Técnica	Conscientizar a população do entorno e visitantes do parque sobre os perigos de soltar balão, despejar bitucas de cigarro acesas, atear fogo a lixo ou outros resíduos e o risco decorrente de incêndios, assim como informar sobre a legislação ambiental incidente.	Alta	Curto
COLETA E PESQUISA				
VE86	Técnica	Coibir e fiscalizar a coleta de folhas, flores, mudas e sementes pela população.	Alta	Recorrente

VE87	Técnica	Permitir a coleta de amostras para pesquisa à equipe do Herbário Municipal; demais interessados devem apresentar projeto, de acordo com normas da Comissão de Avaliação técnico-científica da Coordenação de Gestão de Parques e Biodiversidade Municipal (CGPABI).	Alta	Recorrente
FAUNA (FA)				
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo
FAUNA SILVESTRE				
FA1	Técnica	Zelar pelo bem-estar, integridade e segurança dos animais silvestres existentes no parque.	Alta	Recorrente
FA5	Técnica	Evitar a fragmentação das áreas verdes existentes através da instalação de gradis, alambrados, passarelas, muros e/ou edificações que possam dificultar o livre trânsito da fauna silvestre, promover seu encurralamento, aprisionamento e/ou ferimentos de qualquer natureza.	Alta	Recorrente
FA6	Técnica	Quando da existência de fragmentos significativos, que estejam desconectados, avaliar a possibilidade de conexão através de plantio direto de mudas ou então avaliar a possibilidade de instalação de passagens de fauna ou outras estratégias que possibilitem a movimentação dos animais.	Alta	Recorrente
FA7	Técnica	Preservar locais para reprodução das espécies silvestres, como vegetação na margem de corpos hídricos, ocos de árvore e árvores mortas (que não ofereçam risco aos usuários) e maciços de vegetação arbustiva, arbórea e relvados.	Alta	Médio
FA8	Técnica	Interromper imediatamente toda e qualquer atividade que potencialmente perturbe ou destrua ninhos e demais criadouros de animais silvestres. Pela Lei de Crimes Ambientais (Lei Federal nº 9.605/98), a fauna silvestre e seus ninhos ou criadouros naturais estão protegidos e, portanto, não podem ser removidos.	Alta	Recorrente
FA9	Técnica	Caso constate-se a presença de ninhos de aves em árvores cuja supressão ou poda esteja autorizada, realizar o monitoramento do ninho e aguardar até que os filhotes voem e abandonem o ninho por conta própria, para então retomar as atividades.	Alta	Recorrente
FA10	Técnica	Caso constate-se a presença de ninhos no solo (gramados), o que é esperado para o quero-quero (<i>Vanellus chilensis</i>) por exemplo, isolar a área do ninho com sinalização visual (fita zebra) considerando uma margem de segurança de aproximadamente 2,0 metros de raio a partir do centro do ninho, visando evitar o estresse dos animais e garantir seu sucesso reprodutivo.	Alta	Recorrente
FA11	Técnica	Caso constate-se a presença de criadouro natural de outras espécies silvestres, a exemplo do gambá-de-orelha-preta (<i>Didelphis aurita</i>), em ocos de árvores, arbustos densos ou em edificações, isolar a área do ninho com sinalização visual (fita zebra, por exemplo), monitorar o criadouro e aguardar o animal abandonar o local por conta própria para proceder com qualquer intervenção.	Alta	Recorrente

FA12	Técnica	Autorizar a realização de estudos e pesquisas, incluindo a coleta de material biológico, aos Técnicos e pesquisadores da SVMA. Demais pesquisas no interior do Parque poderão ser realizadas mediante apresentação e aprovação de projeto, de acordo com normas da Comissão de Avaliação técnico-científica da Coordenação de Gestão de Parques e Biodiversidade Municipal (CGPABI).	Alta	Recorrente
PREVENÇÃO E MITIGAÇÃO DE IMPACTOS				
FA13	Técnica	Realizar o monitoramento ativo dos diversos tipos de impacto (ex.: atropelamento, caça e captura, pesca predatória, ferimentos causados por linhas de pipa, eletrocussões etc.) incidentes sobre os animais silvestres e promover o planejamento de medidas mitigadoras e preventivas para assegurar a proteção da biodiversidade do parque.	Alta	Recorrente
FA14	Técnica	Fiscalizar e coibir a prática de qualquer ato de perseguição, apanha, coleta, aprisionamento e abate de exemplares da fauna silvestre, bem como quaisquer atividades que venham a afetar a vida animal em seu meio natural.	Alta	Recorrente
FA15	Técnica	Articular a equipe de vigilância do parque e a Guarda Civil Metropolitana – GCM – visando a prevenção e coibição de atividades ilegais que a equipe de vigilância sozinha não tenha condições de resolver (por não ser sua atribuição ou por não dispor das condições para tal), a exemplo de crimes ambientais, como caça, pesca, depósito de resíduos, construção irregular, etc.	Média	Recorrente
FA16	Técnica	Fiscalizar e coibir a soltura de pipas que utilizem linhas cortantes na área interna do parque, em conformidade com a Lei Estadual nº 17.201 de 2019, e com a Portaria SVMA/CGPABI nº 14 de 2021.	Média	Recorrente
FA17	Participativa	Caso não esteja disposto no Regulamento de Uso do Parque, e com anuência do Conselho Gestor, poderão ser destinados locais e horários específicos à prática monitorada de soltura de pipa (sem linha cortante), desde que respeitadas as distâncias mínimas de segurança e assegurado que tal atividade não cause impactos à fauna, flora e recursos naturais do parque.	Alta	Recorrente
FA19	Técnica	Seguir o disposto na Portaria SVMA nº 49 de 2022, ou a que vier substituí-la, principalmente no tocante à iluminação artificial, emissão de som e/ou ruído, instalação de superfícies transparentes ou reflexivas, uso de drones, instalação de apetrechos em corpo hídrico, destinação de resíduos sólidos entre outros.	Alta	Recorrente
FA20	Técnica	Minimizar a poluição luminosa, especialmente deletéria à animais noturnos, aves migratórias e insetos, através da utilização de lâmpadas especiais, com foco direcionado ao solo, em altura mais baixa que a copa das árvores e com sensores de movimento, que deverão ser deixadas desligadas durante o período em que o parque estiver fechado, principalmente próximo aos fragmentos florestais.	Alta	Recorrente
FA23	Técnica	Fiscalizar e coibir a utilização de fogos de artifício sonoros, pelo seu reconhecido impacto à fauna; no caso de fogos de artifícios não sonoros, sua utilização fica condicionada à autorização da Divisão de Fauna Silvestre (DFS).	Alta	Recorrente

FA24	Técnica	Fiscalizar a utilização de drones, principalmente durante os períodos de reprodução e/ou migração, pelo risco de interferência por estímulos sonoros e visuais e colisão com aves, causando óbitos. A utilização de drones fica condicionada à autorização da Divisão de Fauna Silvestre (DFS), sendo proibido uso recreacional e particular.	Alta	Recorrente
FA25	Técnica	Minimizar o uso de vidraças, superfícies translúcidas ou reflexivas nas edificações, ou adequar as existentes, de modo a reduzir os riscos de colisão direta e mortalidade das aves.	Alta	Recorrente
FA26	Técnica	Comedouros, bebedouros e “banheiras” para aves, quando existentes, devem ser instalados longe de vidraças, superfícies translúcidas ou refletivas, pois ao disputarem alimento certas aves podem colidir com estas estruturas. Devem também ser higienizados diariamente para reduzir o risco de transmissão de doenças e parasitas entre os indivíduos visitantes.	Alta	Recorrente
FA27	Técnica	Monitorar locais que contenham painéis fotovoltaicos e solares, pela possibilidade de ocorrência do “efeito lago”, que é quando as aves pousam nas placas acreditando se tratar de um lago e podem sofrer lesões ou mesmo vir a óbito.	Alta	Recorrente
FA28	Técnica	Evitar a utilização de sopradores de folhas, principalmente aqueles movidos a gasolina, não só pela poluição sonora e atmosférica, e riscos associados à saúde humana, mas principalmente pelos danos causados aos insetos e outros artrópodes residentes na serrapilheira.	Alta	Recorrente
FA29	Técnica	Prevenir o contato físico entre a população e os animais silvestres, por meio de sinalização e fiscalização, devido ao risco de acidentes e transmissão de doenças.	Alta	Recorrente
FA30	Técnica	Explicitar em placas as proibições de introduzir animais nos parques e de alimentar animais silvestres e fazer parte do treinamento dos funcionários da vigilância para que possam coibi-las adequadamente.	Alta	Recorrente
PREVENÇÃO DE ACIDENTES				
FA34	Técnica	Os animais silvestres eventualmente encontrados na área do Parque devem ser capturados somente quando estiverem fora do seu ambiente natural, estiverem machucados ou de alguma forma presos (imobilizados ou contidos em determinado local) e oferecerem risco iminente às pessoas.	Alta	Recorrente
FA36	Técnica	Encaminhar animais silvestres feridos, doentes ou mortos, tão logo seja possível, para a Divisão de Fauna Silvestre (DFS) para identificação da espécie, necropsia ou tratamento adequado, reabilitação e soltura.	Alta	Recorrente
FA37	Técnica	Adotar as medidas necessárias para o manejo da fauna sinantrópica (ex.: abelha africanizada, aranha, barata, barbeiro, caramujo-africano, carrapato, escorpião, formigas, lacraias e centopeias, morcegos, ratos, moscas, mosquitos, percevejos, pernilongos, pombos, pulgas, taturanas e vespas) eventualmente ocorrente no Parque, tendo em vista a possibilidade de transmissão de doenças, agravos à saúde do homem e animais.	Alta	Recorrente

FA38	Técnica	Tanto para os casos de abrigos instalados (colmeias ou vespeiros), como para os casos de enxames viajantes de abelhas africanizadas (<i>Apis mellifera</i>), vespas ou marimbondos, recomenda-se o isolamento do local, de modo a não permitir a aproximação de pessoas ou animais, e acionamento da Divisão de Vigilância em Zoonoses (DVZ).	Alta	Recorrente
FA39	Técnica	No caso de abelhas sem ferrão e vespas nativas, que não oferecem riscos à saúde pública, as ações de manejo devem se pautar na legislação vigente.	Alta	Recorrente
FA40	Técnica	Evitar a retirada de lagartas de borboletas e mariposas, que embora possam causar danos pontuais à vegetação, constituem elemento-chave nas cadeias tróficas, pois transferem mais energia das plantas para outros animais do que todos os outros herbívoros combinados. No caso de lagartas venenosas, como aquelas do gênero <i>Lonomia</i> por exemplo, recomenda-se o isolamento do local, de modo a não permitir a aproximação de pessoas ou animais, e acionamento da Divisão de Vigilância em Zoonoses (DVZ).	Alta	Recorrente
FA41	Técnica	Em caso de emergência, contatar imediatamente o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) ou o Corpo de Bombeiros (193) e seguir o protocolo de emergências.	Alta	Recorrente
ESPÉCIES EXÓTICAS E INVASORAS				
FA43	Técnica	Monitorar a presença do sagui (<i>Callithrix</i> sp.), espécie considerada exótica e introduzida na região sudeste do Brasil, devido ao risco de invasão, competição e hibridização com as populações de saguis nativos, que enfrentam ameaça de extinção.	Alta	Recorrente
FA44	Técnica	Consultar a Deliberação nº 30/2011, que reconhece a lista de espécies exóticas com potencial de bioinvasão no Estado de São Paulo, e a Deliberação Normativa nº 2/2011, que dispõe sobre a elaboração e a atualização de lista de espécies exóticas com potencial de bioinvasão no Estado de São Paulo e dá outras providências.	Alta	Recorrente
FA45	Técnica	Consultar a Base de Dados de Espécies Exóticas Invasoras (https://institutohorus.org.br/), para maiores informações sobre taxonomia, ecologia, introdução e dispersão, impactos, manejo e análise de risco.	Média	Médio
FAUNA DOMÉSTICA				
FA46	Gestão/ operação	Orientar os funcionários para fiscalizar a entrada de cães acompanhados de seus tutores no Parque, garantindo seu livre acesso ao local, desde que sejam mantidos com os devidos equipamentos de segurança exigidos por lei (coleiras, guias e eventualmente focinheiras), de acordo com a Portaria SVMA nº 79 de 2023.	Alta	Recorrente
FA47	Participativa	Fiscalizar e orientar a população sobre a necessidade de recolher os dejetos dos animais domésticos, assim como avaliar a possibilidade de instalar dispensador de sacos higiênicos e lixeiras nos locais de maior concentração e passagem de animais.	Alta	Recorrente

FA48	Participativa	Monitorar a população de animais domésticos abandonados no parque, com vistas a promover a redução populacional e o acompanhamento da condição sanitária dos mesmos por meio da Divisão de Vigilância em Zoonoses (DVZ).	Alta	Recorrente
FA49	Participativa	Firmar, caso necessário, parcerias com entidades que promovam ações de adoção e castração de animais domésticos.	Média	Médio
FA50	Técnica	Não realizar eventos de venda e adoção de animais no parque, visando não estimular o abandono de novos indivíduos, de acordo com a Portaria SVMA nº 73 de 2020.	Alta	Recorrente
FA51	Técnica	Articular e sensibilizar a população residente no entorno direto do parque para que animais domiciliados, em especial cães e gatos, sejam contidos para evitar sua entrada desacompanhada no parque e sejam castrados, marcados (coleira, chip etc.) e identificados, ficando sob posse responsável.	Alta	Recorrente
ACESSOS E CERCAMENTOS (AC)				
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo
PORTÕES E PORTARIA				
AC1	Técnica	O Portão 1 deve permanecer aberto para o acesso público de pedestres durante o horário de funcionamento do parque, conforme seu Regulamento.	Alta	Recorrente
AC4	Técnica	O Portão 2 deve permanecer aberto para o acesso público de pedestres exclusivamente aos finais de semanas ou dias de maior demanda de públicos do parque, durante o horário de funcionamento do parque, conforme seu Regulamento.	Alta	Recorrente
AC5	Técnica	O Portão 3 deve permanecer aberto para o acesso público de pedestres durante o horário de funcionamento do parque, conforme seu Regulamento.	Alta	Recorrente
AC6	Técnica	O Portão 4 permanece fechado para o acesso de pedestres e veículos, sendo aberto apenas para a entrada de equipes e veículos autorizados.	Alta	Recorrente
AC7	Técnica	O Portão 5 permanece fechado para o acesso de pedestres, sendo aberto apenas para a entrada de equipes e veículos autorizados.	Alta	Recorrente
FUNDOS DE LOTE E MURO				
AC10	Técnica	Conservar e valorizar o caráter cultural e histórico do Muro da Rua Augusta como bem arqueológico do parque de acordo com Programa de Conservação e Valorização do Patrimônio Arqueológico do parque a ser desenvolvido em conjunto com o Programa de Visitação Pública, Programação Permanente e Educação Ambiental.	Alta	Recorrente

CAMINHOS (CA)				
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo
TRILHAS				
CA7	Técnica	Quando da existência de trilhas, realizar o monitoramento ativo dos diversos tipos de impacto porventura incidentes (como erosão e compactação do solo, danos à vegetação e fauna) e promover o planejamento de medidas mitigadoras e preventivas para assegurar a proteção e o uso sustentável dos recursos naturais do parque.	Alta	Recorrente
EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIO (EM)				
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo
CULTURA E MULTIUSO				
EM11	Técnica	Conservar e valorizar a monumentalidade das fundações como bem arqueológico do parque de acordo com Programa de Conservação e Valorização do Patrimônio Arqueológico do parque a ser desenvolvido em conjunto com o Programa de Visitação Pública, Programação Permanente e Educação Ambiental.	Alta	Recorrente
ILUMINAÇÃO E REDE ELÉTRICA (IL)				
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo
IL2	Técnica	Seguir o disposto na Portaria SVMA nº 49 de 2022, que estabelece os procedimentos para a realização de instalações, produções e eventos que importem em potenciais impactos à fauna silvestre e ornamental nos Parques Municipais, principalmente no tocante à iluminação artificial.	Alta	Recorrente
ÁGUA E SANEAMENTO (AS)				
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo
AS3	Técnica	Adotar equipamentos e instalações hidráulicas eficientes e economizadores.	Alta	Médio
AS6	Técnica	Minimizar a necessidade de água para irrigação através da utilização de espécies nativas no paisagismo, espécies rústicas e adaptadas ao regime hídrico da região, além da cobertura do solo com folhas secas ou outros materiais inertes, que protejam o mesmo contra aquecimento e evaporação.	Alta	Médio
AS7	Técnica	Realizar a reposição imediata de peças faltantes, no caso de furtos de peças de bebedouros e pias.	Alta	Curto
AS9	Participativa	Realizar a manutenção periódica dos bebedouros.	Alta	Recorrente
RESÍDUOS (RE)				
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo
RE1	Técnica	Gerir os resíduos sólidos produzidos no parque segundo a Política Nacional de Resíduos Sólidos e sua expressão local, o	Alta	Recorrente

		Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS).		
RE3	Técnica	Gerir os resíduos sólidos de acordo com os seguintes objetivos, nesta ordem de prioridade: não-geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento e disposição final, ambientalmente adequada, apenas dos rejeitos.	Alta	Recorrente
RE5	Técnica	Destinar os resíduos secos à coleta seletiva.	Alta	Recorrente
RE6	Participativa	Destinar materiais recicláveis e reaproveitáveis para associações, cooperativas ou outras organizações que recebam o material para o tratamento adequado, se possível conjugando sua gestão à geração de renda para a comunidade do entorno.	Alta	Recorrente
RE7	Técnica	Considerar a possibilidade de aproveitar a madeira proveniente de supressão arbórea, para uso qualificado (ex.: mobiliário, artesanato, utensílios etc.).	Alta	Recorrente
RE8	Técnica	Destinar, aos pontos de entrega específicos, os resíduos obrigados à logística reversa: agrotóxicos e embalagens, pilhas e baterias, óleos lubrificantes e embalagens, pneus, produtos eletrônicos, lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio, mercúrio e luz mista.	Alta	Recorrente
RE9	Técnica	Destinar, através da coleta pública, ao aterro sanitário, apenas os rejeitos.	Alta	Recorrente
RE10	Técnica	Manter registro quantitativo dos resíduos gerados no Parque, informando sua Origem, tipo e destinação final, devendo atualizá-lo periodicamente para fins de monitoramento.	Alta	Recorrente
RE11	Técnica	Mapear as práticas religiosas desenvolvidas no interior do parque, identificando a Origem dos usuários, áreas de maior incidência de práticas religiosas, tipo de resíduos gerados e possíveis impactos ao ecossistema, possibilitando a ampliação do diálogo com esses grupos, incluindo criação de oficinas e cartilhas educativas sobre o uso dos espaços naturais para atividades religiosas.	Alta	Recorrente
RE12	Participativa	Prever, caso necessário, aumento do número de lixeiras/coletores próximo aos corpos hídricos a fim de evitar que os resíduos sejam direcionados para o seu interior e margens.	Alta	Curto
RE15	Técnica	Instalar telas, grelhas e ralos do tipo "abre-fecha", assim como vedar frestas ou vãos que possam servir de porta de entrada dos animais para o ambiente interno das edificações do parque.	Alta	Recorrente
RE16	Técnica	Desenvolver campanhas de conscientização ambiental sobre descarte de resíduos.	Alta	Recorrente
RE17	Técnica	Quando da realização de instalações, produções e eventos seguir o disposto na Portaria SVMA nº 49 de 2022, no tocante ao manejo e destinação adequada dos resíduos sólidos gerados.	Média	Médio
RE24	Técnica	Realizar exclusivamente a compostagem de resíduos da jardinagem do parque para que não haja mistura com resíduos não orgânicos vindos de outras fontes.	Alta	Recorrente

GESTÃO E OPERAÇÃO (GO)				
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo
G01	Técnica	Garantir formação periódica dos gestores e funcionários do parque em conhecimentos técnicos em educação e preservação ambiental.	Alta	Recorrente
G02	Técnica	Garantir que funcionários tenham formações relativas às suas funções por meio de exigência contratual prevista no contrato das empresas terceirizadas.	Alta	Recorrente
G03	Técnica	Envolver a comunidade no projeto e planejamento das estruturas, usos e atividades a serem implantados no parque.	Alta	Recorrente
G06	Gestão/ operação	Oferecer vagas de estágio (na equipe administrativa) para o ensino superior (hoje só tem vaga para ensino Médio).	Média	Recorrente
G07	Gestão/ operação	Definir indicadores e estudos que avaliem a capacidade de carga e de uso do parque, de forma a adequar a estrutura necessária para atender as demandas existente e futura.	Alta	Curto
G08	Gestão/ operação	Priorizar Soluções Baseadas na Natureza (SbN) e bioconstrução na resolução de demandas e instalação de equipamentos e construções no Parque	Alta	Recorrente
EQUIPE DE ZELADORIA				
G013	Gestão/ operação	Considerando-se a configuração e usos atuais do parque, recomenda-se como mínimo equipe de zeladoria composta por 4 zeladores, sendo 2 zeladores por turno, realizando revezamento.	Alta	Médio
G015	Gestão/ operação	Além das atividades previstas ao longo do plano de ação, que eventualmente entrem no cronograma da equipe de zeladoria, são atividades básicas realizadas: limpeza de banheiros (diariamente), reposição de papel higiênico, sabonete e papel toalha (sob demanda), limpeza de lixeiras (2x por dia), limpeza de vestiários, cozinha, administração, guaritas e demais edificações (sob demanda).	Alta	Recorrente
EQUIPE DE MANEJO E JARDINAGEM				
G016	Gestão/ operação	Considerando-se a configuração e usos atuais do parque, recomenda-se como mínimo equipe de jardinagem composta por 1 jardineiro e 3 ajudantes de jardinagem, além do apoio de 5 colaboradores do POT (Programa Operação Trabalho).	Alta	Curto
G017	Gestão/ operação	Além das atividades previstas ao longo do plano de ação, que eventualmente entrem no cronograma da equipe de jardinagem, são atividades básicas realizadas: manutenção dos canteiros (diariamente), despraguejamento, plantios (sob demanda), rega (diariamente), poda de herbáceas e arbustos (sob demanda), varrição de folhas (diariamente na área interna do parque, 1x por semana na calçada), retirada de lixo (2x por semana, na sexta e segunda-feira).	Alta	Recorrente
G019	Gestão/ operação	Corte de grama e poda de árvores, quando autorizado, pode ser feito por equipe externa Mediante ordem de serviço.	Alta	Recorrente

EQUIPE DE VIGILÂNCIA				
G020	Gestão/ operação	Considerando-se a configuração e usos atuais do parque, recomenda-se como mínimo ideal equipe de vigilância composta por 21 vigilantes, realizando revezamento, sendo: 12 vigilantes diurnos (6 por dia), 8 vigilantes noturnos (4 por dia) e 1 vigilante almocista.	Alta	Médio
G022	Gestão/ operação	Além das atividades previstas ao longo do plano de ação, que eventualmente entrem no cronograma da equipe de vigilância, são atividades básicas realizadas: rondas (a cada 1h, com 12 pontos de checagem/bastão), orientação dos visitantes sobre as regras e proibições do parque, contagem de visitantes, organização de achados e perdidos, prestação de primeiros socorros.	Alta	Recorrente
G023	Gestão/ operação	Presença permanente de um vigilante nos cinco postos fixos definidos, além de um vigilante fazendo ronda. Troca de postos fixos a cada 1h.	Alta	Médio
COMUNICAÇÃO VISUAL (CV)				
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo
CV4	Técnica	As placas de identificação das espécies vegetais devem ser submetidas ao Herbário Municipal, para conferência antes da sua produção. Forma, fixação e projeto devem atender aos padrões estabelecidos pela Coordenação de Gestão de Parques e Biodiversidade (CGPABI).	Alta	Médio
CV5	Técnica	Informar e sinalizar à população sobre as ações de manejo diferencial adotadas no Parque, como áreas isoladas para recuperação do gramado, áreas isoladas para reprodução dos animais, áreas isoladas devido ao risco de queda de frutos, entre outras.	Alta	Recorrente
USO PÚBLICO (UP)				
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo
EVENTOS				
UP6	Técnica	Por ocasião da realização de eventos, respeitar a configuração da vegetação existente, não se admitindo poda de galhos, fixação de placas, luminárias ou outros equipamentos temporários. As instalações não podem fazer demasiada sombra que prejudique o desenvolvimento natural da vegetação.	Alta	Recorrente
UP7	Técnica	Quando da realização de eventos culturais, educacionais, recreativos e outros, seguir o disposto na Portaria SVMA nº 69 de 2020, no tocante aos regulamentos, obrigações e condições necessários à sua autorização.	Alta	Recorrente
UP8	Técnica	Seguir o disposto na Portaria SVMA nº 49 de 2022, que estabelece os procedimentos para a realização de instalações, produções e eventos que importem em potenciais impactos e/ou distúrbios à fauna silvestre e ornamental dos Parques Municipais.	Alta	Recorrente
EDUCAÇÃO AMBIENTAL				
UP14	Técnica	As práticas de observação de vida silvestre devem seguir os procedimentos dispostos na Portaria SVMA nº 29 de 2019.	Alta	Recorrente

ENTORNO (EN)				
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo
CONECTIVIDADE				
EN1	Técnica	Promover a conectividade entre parques, praças, unidades de conservação, demais áreas verdes públicas e particulares e a arborização urbana, considerando as diferentes escalas de paisagem, e observado o disposto no Plano Diretor Estratégico, nos Planos Regionais, nos Planos de Bairro e no Sistema Municipal de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres (SAPAVEL).	Alta	N/A
EN3	Participativa	Promover a conexão do parque, física e administrativamente, ao sistema de áreas verdes local, facilitando o trânsito da fauna silvestre e reduzindo assim os riscos de erosão genética das populações.	Alta	N/A
EN4	Participativa	Promover a conexão de fragmentos significativos que estejam desconectados através de plantio direto de mudas e de passagens de fauna, ou outras estratégias que possibilitem a movimentação da fauna.	Alta	N/A

Legenda

 Desejos de Futuro

10.4. Quadro de ações e monitoramento

SOLO (S0)					
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo	S/N
S01	Técnica	Realizar levantamento diagnóstico de todas as áreas do parque apresentando solo exposto, compactado, com problemas de drenagem ou erosão.	Alta	Curto	
S03	Técnica	Executar o plantio de espécies arbóreas, arbustivas e herbáceas em áreas de topo de morro e áreas com inclinação significativa (aclives e declives), para garantir a estabilidade do solo nos taludes e encostas.	Alta	Curto	
S06	Participativa	Mapear a existência de empoçamentos de água que possam estabelecer criadouros para animais sinantrópicos, evitando assim a proliferação de mosquitos transmissores de doenças como a dengue por exemplo.	Média	Médio	
S07	Participativa	Realizar estudo de viabilidade da instalação de estruturas de drenagem, se possível incluindo Soluções Baseadas na Natureza (SBN) como jardins filtrantes, nos locais onde há empoçamento de água, como próximo à Casa das Araras e bosque.	Média	Médio	
S08	Técnica	Propor soluções para minimizar a exposição do solo e conter a erosão verificada no talude localizado abaixo da marquise de acesso do portão 03, na lateral dos sanitários públicos.	Média	Médio	
VEGETAÇÃO (VE)					
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo	S/N
ÁREAS DE PRESERVAÇÃO					
VE1	Técnica	Realizar o mapeamento e categorização das Áreas de Preservação permanente (ou outras tipologias de áreas protegidas) existentes na área interna do parque, que deverão ser manejadas em conformidade com a legislação vigente.	Alta	Médio	
VE3	Técnica	Realizar o mapeamento de áreas degradadas, especificando ações de manejo para a recuperação – natural ou induzida – dos ambientes naturais que tiveram suas características originais alteradas.	Alta	Curto	
VE4	Técnica	Mapear a existência de áreas úmidas, ciliares, rupestres, campestres, ecotonais ou outras tipologias de vegetação singulares, assim como de vegetação tombada, que devem receber atenção especial quanto à conservação e manejo diferencial.	Alta	Curto	
VE5	Técnica	Realizar o levantamento de espécies significativas, raras, endêmicas ou ameaçadas, e sua área de ocorrência no parque, que deverá ser monitorada visando a mitigação de impactos e restringindo, caso necessário, o livre acesso de pessoas a esses locais.	Alta	Recorrente	

VE6	Técnica	Realizar o monitoramento ativo dos diversos tipos de impacto (ex. espécies invasoras, vandalismo, desmatamento, coleta ilegal, incêndios, poluentes, etc.) incidentes sobre a vegetação e promover o planejamento de medidas mitigadoras e preventivas para assegurar a proteção e o uso sustentável da biodiversidade e dos recursos naturais do parque.	Alta	Recorrente	
VE7	Técnica	Articular a equipe de vigilância do parque e a Guarda Civil Metropolitana – GCM – visando a prevenção e coibição de atividades ilegais que a equipe de vigilância sozinha não tenha condições de resolver (por não ser sua atribuição ou por não dispor das condições para tal), a exemplo de crimes ambientais, como desmatamento, despejo de poluentes e resíduos, construção irregular etc.	Alta	Recorrente	
FRAGMENTOS FLORESTAIS					
VE8	Técnica	Realizar levantamento florístico, que deverá ser periodicamente atualizado, sob orientação da equipe técnica do Herbário Municipal.	Média	Recorrente	
VE10	Técnica	Realizar plantio direto e/ou estímulo à regeneração natural para promover a recuperação da vegetação nativa do bioma original, multiplicando-se as espécies já existentes e introduzindo-se aquelas não mais ocorrentes na área, visando a ampliação da biodiversidade.	Alta	Recorrente	
ÁREAS AJARDINADAS					
VE29	Gestão/ operação	Avaliar a possibilidade de abertura da horta (sob responsabilidade do Conselho Gestor) à toda comunidade, permitindo a participação dos colaboradores e visitantes nesse espaço.	Alta	Curto	
ÁRVORES					
VE30	Participativa	Manter todas as árvores do Parque, zelando pela sua integridade, saúde e pleno desenvolvimento.	Alta	Recorrente	
VE32	Técnica	Monitorar o desenvolvimento das figueiras-mata-pau (<i>Ficus luschnathiana</i>) que crescem sobre o muro histórico original do imóvel (localizado junto à rua Augusta), visando o acompanhamento do seu estado fitossanitário e a prevenção de acidentes.	Alta	Recorrente	
NOVOS PLANTIOS					
VE42	Técnica	Avaliar a possibilidade de criação de um viveiro para produção de mudas herbáceas, arbustivas e arbóreas, especialmente de espécies nativas, para enriquecimento constante das áreas verdes do parque.	Alta	Curto	
VE51	Gestão/ operação	Avaliar a possibilidade de plantar espécies arbóreas e arbustivas nativas nos limites do parque, formando barreira acústica especialmente próximo à arquibancada e parquinho infantil, na tentativa de minimizar o desconforto gerado pelos ruídos na população do entorno.	Alta	Recorrente	
VE52	Participativa	Realizar plantio de árvores nativas, incluindo mudas de porte já bem formado, para aumentar disponibilidade de sombra na área do playground, propiciando conforto térmico e bem-estar aos visitantes.	Alta	Curto	

VE53	Técnica	Realizar plantio de espécies herbáceas nativas, adaptadas às condições de sombreamento, para cobrir o solo no entorno da Casa das Araras, de modo a evitar erosão e sujeira das paredes da construção em caso de chuvas. Necessário, nesse caso, enriquecer o solo previamente com incorporação de matéria orgânica e areia Média lavada (proporção 1:1), visando melhorar sua estrutura física e facilitar o desenvolvimento da vegetação.	Alta	Recorrente	
VE55	Participativa	Ampliar a comunicação com os viveiros municipais visando facilitar a aquisição de mudas para plantio em área interna do parque.	Alta	Recorrente	
ESPÉCIES EXÓTICAS E INVASORAS					
VE59	Técnica	Realizar levantamento diagnóstico das espécies exóticas e/ou invasoras presentes no parque, avaliando seu status populacional, localização e o impacto sobre o meio ambiente, fauna e flora nativas, com o objetivo de desenvolver metodologias de manejo, controle e erradicação destas espécies.	Alta	Recorrente	
VE61	Técnica	Realizar atividades de educação ambiental para sensibilizar a população do entorno do parque para a remoção de plantas exóticas invasoras (cultivadas ou de ocorrência espontânea) em áreas privadas e sua substituição por espécies nativas ou por exóticas não invasoras	Alta	Recorrente	
VE63	Técnica	Elaborar plano de manejo das espécies invasoras, contendo Estudo Ambiental e Projeto de Recuperação Ambiental, conforme orientações da Portaria nº 154/2009, que anexa também a Lista Oficial de Espécies Vegetais Exóticas Invasoras do Município de São Paulo.	Alta	Curto	
PREVENÇÃO DE INCÊNDIOS					
VE81	Técnica	Elaborar plano de prevenção de incêndios de acordo com a Lei Municipal nº 14.969 de 2009.	Alta	Curto	
FAUNA (FA)					
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo	S/N
FAUNA SILVESTRE					
FA2	Técnica	Realizar inventário periódico da fauna silvestre, residente ou visitante, presente no Parque, sob orientação da equipe técnica da Divisão de Fauna Silvestre (DFS).	Média	Médio	
FA3	Técnica	Realizar o levantamento de espécies significativas, raras, endêmicas ou ameaçadas, e sua área de ocorrência preferencial, que deverá ser monitorada visando à mitigação de impactos, restringindo, caso necessário, o livre acesso de pessoas a esses locais.	Média	Médio	
FA4	Técnica	Avaliar a possibilidade de incluir elemento hídrico (fontes, lagos ou bebedouros), caso inexistente, para atração de uma maior diversidade de insetos, espécies florestais e também aquelas características de ambientes aquáticos.	Média	Médio	

PREVENÇÃO E MITIGAÇÃO DE IMPACTOS					
FA31	Técnica	Articular e sensibilizar a população residente no entorno do parque sobre a importância da fauna silvestre e seus mecanismos de proteção previstos em lei, visando minimizar impactos de Origem antrópica. Aves e pequenos mamíferos, assim como os não tão carismáticos insetos, aracnídeos, anfíbios e répteis, todos possuem sua importância nas cadeias tróficas, interações ecológicas e equilíbrio funcional dos ecossistemas. É preciso estabelecer metas para que a população possa conviver de forma segura e harmônica com a fauna urbana.	Alta	Recorrente	
PREVENÇÃO DE ACIDENTES					
FA32	Técnica	Treinar os funcionários e prestadores de serviço para o manejo de conflitos e prevenção de acidentes que possam envolver a fauna silvestre, sinantrópica ou doméstica existente no parque.	Alta	Médio	
FA33	Participativa	Instalar placas informativas (permanentes ou não), sobre as espécies da fauna existentes no parque, especialmente aquelas que possam estabelecer conflitos com pessoas e animais domésticos, assim como seus locais preferenciais de ocorrência, visando a prevenção de acidentes.	Média	Médio	
FA35	Técnica	Disponibilizar equipamentos de proteção individual e demais ferramentas necessárias para a segura captura dos animais, assim como abrigos onde os mesmos poderão aguardar, e gaiolas ou caixas de transporte para encaminhamento.	Alta	Recorrente	
ESPÉCIES EXÓTICAS E INVASORAS					
FA42	Técnica	Realizar levantamento diagnóstico das espécies exóticas e/ou invasoras presentes no parque, avaliando seu status populacional, localização e o impacto sobre o meio ambiente, fauna e flora nativas, com o objetivo de desenvolver metodologias de manejo, controle e erradicação destas espécies.	Alta	Recorrente	
ACESSOS E CERCAMENTOS (AC)					
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo	S/N
PORTÕES E PORTARIA					
AC2	Participativa	Estudar novas possibilidades de acesso às principais áreas do parque com acessibilidade vinculado ao Portão superior da Rua Augusta.	Média	Médio	
AC3	Técnica	Estudar a instalação de elevador de acessibilidade na estrutura de arquibancada para acesso aos banheiros e demais áreas da parte baixa do parque.	Média	Médio	
GRADIL					
AC8	Participativa	Realizar a adequação do gradil para material resistente.	Média	Médio	
FUNDOS DE LOTE E MURO					
AC9	Participativa	Realizar a manutenção periódica do muro da Rua Augusta.	Alta	Recorrente	

CAMINHOS (CA)					
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo	S/N
PASSARELA					
CA1	Técnica	Promover, na Comunicação Visual permanente do parque, sinal de alerta para riscos com animais domésticos no piso perfurado da passarela.	Alta	Curto	
PASSEIOS					
CA2	Técnica	Revisar periodicamente as pistas de caminhada e/ou corrida onde haja processos erosivos, que devem ser contidos.	Alta	Recorrente	
CA3	Participativa	Estudar a possibilidade de alteração de pisos com pedrisco para garantir a acessibilidade universal.	Média	Médio	
CA4	Técnica	Compreender o fluxo da água no parque e executar obras de drenagem eficazes para captar o escoamento superficial a fim de solucionar problemas de erosão pluvial em caminhos e passeios.	Alta	Médio	
DEQUES					
CA5	Gestão/operação	Adequar as áreas de piso que não possuem bom caimento de água (como na região da arquibancada) evitando o empoçamento de água em caso de chuvas.	Média	Médio	
CA6	Participativa	Estudar a possibilidade de substituir o material do piso no deque de madeira ou realizar modificações com base na garantia de obra, uma vez que o material atual causa escorregamento e representa um risco de acidentes.	Média	Médio	
EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIO (EM)					
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo	S/N
ESPORTE E GINÁSTICA					
EM1	Participativa	Avaliar a possibilidade de implantar novas estruturas de slackline voltadas para o público infantil.	Alta	Curto	
EM2	Participativa	Avaliar a possibilidade de implantação dos Equipamentos de Ginástica em outro local a fim de que não haja conflito de usos pela proximidade com o Parque Infantil.	Alta	Médio	
EM3	Participativa	Avaliar a possibilidade de implantar novos equipamentos para a prática de ginástica.	Média	Médio	
INFANTIL E LÚDICO					
EM4	Técnica	Readequar o piso emborrachado de acordo com o uso intensivo do Parque Infantil.	Média	Médio	
EM5	Participativa	Realizar a manutenção periódica dos brinquedos.	Alta	Recorrente	
EM6	Participativa	Estudar a criação de novas áreas de brinquedos infantis no parque visando não segregar o uso.	Alta	Curto	
EM7	Participativa	Estudar a possibilidade de criação de circuito lúdico.	Alta	Curto	
EM8	Participativa	Estudar a criação de casinha na árvore como espaço lúdico de recreação.	Alta	Curto	

EM9	Participativa	Avaliar a possibilidade de implementar elemento lúdico com brinquedos e chuveirões de água, a exemplo de uma praça molhada.	Alta	Curto	
EM10	Participativa	Estudar a possibilidade de inserção de elementos lúdicos de subida e escalada no parque em substituição aos elementos proibitivos, como árvores e patrimônio arqueológico.	Alta	Curto	
CULTURA E MULTIUSO					
EM12	Técnica	Realizar Programa de Conservação e Valorização do Patrimônio Arqueológico do parque em parceria com órgãos de preservação do patrimônio.	Alta	Curto	
EM13	Participativa	Avaliar a possibilidade de instalar espaço museográfico voltado para a história e patrimônio cultural e ambiental do parque onde atualmente está situada a base da Guarda Civil Metropolitana (GCM) no Pórtico da Rua Caio Prado.	Alta	Médio	
ESTAR E DESCANSO					
EM14	Participativa	Criação de novo mobiliário de descanso e cuidados infantis relacionado às áreas de recreação infantil.	Alta	Médio	
EM15	Participativa	Avaliar a possibilidade de implementar maior quantidade de equipamentos de repouso.	Alta	Curto	
EM16	Participativa	Realizar o reaproveitamento dos resíduos de poda no próprio parque como na adequação para bancos.	Alta	Recorrente	
EM17	Participativa	Avaliar a possibilidade de implementar área voltada para o público jovem.	Alta	Curto	
ESPAÇO PARA ANIMAIS DOMÉSTICOS					
EM18	Técnica	Promover a drenagem do solo na área do cachorródromo, atendendo aos requisitos especificados na Portaria SVMA 99/2016.	Alta	Recorrente	
EM19	Participativa	Realizar a readequação do espaço do cachorródromo visando solucionar os atuais problemas de drenagem, cerca, piso e bebedouro.	Alta	Recorrente	
EM20	Participativa	Aumentar a frequência da limpeza adequada ao uso do Cachorródromo.	Alta	Recorrente	
EDIFICAÇÕES (ED)					
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo	S/N
ED1	Técnica	Incluir a Casa das Araras em atividades permanentes vinculadas ao Programa de Visitação Pública, Programação Permanente e Educação Ambiental, como aulas coletivas, exposições e recebimento de públicos para visitação, mantendo seu uso multifuncional e a priorização do seu espaço para atividades do Conselho Gestor do parque.	Alta	Curto	
ED2	Participativa	Realizar a manutenção e abertura total dos banheiros existentes junto ao bosque na Casa das Araras.	Alta	Curto	
ILUMINAÇÃO E REDE ELÉTRICA (IL)					
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo	S/N
IL1	Técnica	Solicitar, junto à concessionária responsável, a avaliação da rede de energia elétrica (existente na área interna e entorno do parque) visando a aplicação de medidas preventivas e	Alta	Recorrente	

		mitigatórias para minimizar a ocorrência de acidentes elétricos envolvendo animais silvestres.			
IL3	Gestão/ operação	Instalar luminárias para garantir iluminação adequada na região da gruta, próximo à Casa das Araras, no meio da prainha, no slackline e na área de redário.	Alta	Curto	
IL4	Participativa	Solicitar a adequação da rede elétrica para as demandas atuais do parque.	Alta	Médio	
IL5	Participativa	Estudar a possibilidade de melhor iluminação da área externa da Casa das Araras.	Alta	Médio	
IL6	Técnica	Solicitar estudos para a valorização do Patrimônio Cultural do parque a partir de estratégias de desenho de iluminação.	Alta	Médio	
IL3	Participativa	Estudar sistemas de energia ecoeficientes e que promovam economia de energia para o parque.	Alta	Recorrente	
ÁGUA E SANEAMENTO (AS)					
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo	S/N
AS1	Técnica	Elaborar programa para a gestão dos recursos hídricos, assim como de plano de ação visando o consumo consciente pelos frequentadores do parque.	Alta	Curto	
AS2	Técnica	Ampliar a racionalização do uso de água: captação e aproveitamento de água da chuva e/ou de equipamentos de refrigeração e bebedouros para abastecer reservatórios que poderão ser utilizados para rega, limpeza de pátios e quadras esportivas, ou mesmo no sistema de descarga dos sanitários.	Alta	Médio	
AS4	Técnica	Garantir pontos de água, torneiras e mangueiras para a realização de rega periódica em todas as áreas ajardinadas do parque.	Urgente	Curto	
AS5	Gestão/ operação	Regularizar a pressão de água nas torneiras do parque, especialmente nas torneiras externas existentes na área de bosque e horta, de modo a permitir a irrigação das áreas ajardinadas.	Alta	Curto	
AS8	Técnica	Promover comunicação e campanha de conscientização sobre a manutenção dos bebedouros visando evitar furtos.	Alta	Médio	
AS10	Participativa	Solicitar adequação dos bebedouros para a altura de crianças.	Alta	Curto	
RESÍDUOS (RE)					
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo	S/N
RE2	Técnica	Elaborar Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, conforme legislação pertinente, a ser apresentado e aprovado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente.	Alta	Recorrente	
RE4	Técnica	Segregar os resíduos em três porções: secos, orgânicos e rejeitos, sendo recomendável que os secos sejam subdivididos em categorias.	Alta	Recorrente	

RE13	Técnica	Os resíduos retirados das lixeiras devem ser acondicionados em caçambas fechadas, de preferência sobre estrado (para que não fiquem diretamente em contato com o solo), até sua destinação final, e esse ambiente deve passar por limpeza e inspeção periódicas.	Alta	Recorrente	
RE14	Técnica	Evitar deixar entulho como caixas, tambores, buracos ou vãos em paredes ocas, pneus velhos, armários, sofás e outros tipos de móveis ou qualquer material que possa servir de abrigo para animais sinantrópicos.	Alta	Recorrente	
RE18	Técnica	Estudar a implantação de novas lixeiras adequadas à demanda do parque dentro do Padrão SVMA e com separação entre resíduos.	Alta	Curto	
RE19	Técnica	Trazer a ciclêia do Portão 1 para dentro do parque a fim de evitar vandalismo.	Alta	Recorrente	
RE20	Participativa	Implementar novas lixeiras.	Alta	Recorrente	
RE21	Participativa	Adequar as lixeiras atuais para alturas distintas contemplando o público infantil.	Alta	Recorrente	
RE22	Participativa	Adequar as lixeiras com fechamento para evitar a atração de insetos e outros animais.	Alta	Recorrente	
RE23	Técnica	Estudar a formalização e adequação do espaço da composteira com possibilidade de separação pedagógica entre etapas.	Alta	Recorrente	
RE25	Técnica	Incluir a Composteira em atividades vinculadas ao Programa de Visitação Pública, Programação Permanente e Educação Ambiental, como atividades de Educação Ambiental.	Alta	Recorrente	
GESTÃO E OPERAÇÃO (GO)					
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo	S/N
GO4	Técnica	Promover o Planejamento Participativo, envolvendo a comunidade para além do Conselho Gestor.	Alta	Recorrente	
GO9	Gestão/ operação	Garantir condições de trabalho adequadas à todas as equipes, inclusive o fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), uniformes e ferramentas eventualmente necessários ao correto desempenho de suas atividades.	Alta	Recorrente	
GO10	Gestão/ operação	Garantir instalações e/ou local adequado para guarda de materiais, insumos e ferramentas utilizados pelas equipes operacionais.	Alta	Curto	
GO11	Gestão/ operação	Garantir infraestrutura de copa, banheiros, vestiários, armários de uso pessoal e demais instalações que se fizerem necessárias pelas equipes operacionais.	Alta	Curto	
MANUTENÇÃO					
GO12	Gestão/ operação	Garantir que as atividades de manutenção, realizadas sob demanda (por ordem de serviço), sejam efetivas, com a mínima burocracia possível e dentro de Prazo aceitável para manter as instalações, equipamentos e edificações do parque em correto funcionamento.	Alta	Curto	

EQUIPE DE ZELADORIA					
G014	Gestão/ operação	Avaliar a possibilidade de contratar equipe extra de 1 zelador aos finais de semana, tendo em vista o volume de visitantes.	Alta	Médio	
EQUIPE DE MANEJO E JARDINAGEM					
G018	Participativa	Aumentar a frequência da limpeza adequada ao uso do Cachorródromo.	Alta	Recorrente	
EQUIPE DE VIGILÂNCIA					
G021	Gestão/ operação	Avaliar a possibilidade de contratar equipe extra de 2 vigilantes aos finais de semana, tendo em vista o volume de visitantes.	Alta	Médio	
EQUIPE DE VISITAÇÃO, PROGRAMAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL					
G024	Técnica	Contratar equipe técnica especializada para a realização de atividades culturais, esportivas e de educação ambiental com os usuários do parque, frequentadores de escolas ou outros parceiros existentes no entorno.	Alta	Curto	
COMUNICAÇÃO VISUAL (CV)					
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo	S/N
CV1	Técnica	Elaborar plano de comunicação visual para que todos os frequentadores conheçam a unidade, sua importância para a sociedade e para a biodiversidade, mas também para indicar informações antes, durante e após a visita que melhorem a experiência durante a estadia no parque.	Alta	Médio	
CV2	Técnica	Criar um plano de comunicação que atenda eixos específicos, como quem busca pelo avistamento de fauna, contemplação de paisagens ou esportes de aventura, mas também temas amplos que interessam a todos, como educação ambiental, história e cultura local e serviços ambientais oferecidos pelo parque, como controle de enchentes, fornecimento de água potável, entre outros.	Alta	Médio	
CV3	Participativa	Avaliar a possibilidade de instalar placas de identificação de espécies vegetais, especialmente aquelas nativas, de grande valor cultural e/ou paisagístico, além de placas informativas sobre o bioma regional, corpos hídricos, paisagens significativas e fauna silvestre presentes no parque.	Alta	Médio	
CV6	Técnica	Elaborar cartilhas educativas a respeito das instalações e equipamentos do Parque, assim como dos principais ecossistemas, recursos hídricos, elementos paisagísticos, fauna e flora existentes, e os regramentos voltados à sua conservação.	Alta	Curto	
CV7	Técnica	Extrapolar as iniciativas de comunicação para além dos espaços físicos do parque, utilizando-se endereços eletrônicos, redes sociais e comércio do entorno, por exemplo, de forma a alcançar não somente quem já frequenta o local, mas engajando todos os demais que ainda não tiveram a oportunidade de fazer uma visita.	Alta	Curto	
CV8	Participativa	Implantar sinalização indicativa dos cuidados necessários para a manutenção dos banheiros.	Alta	Curto	

CV9	Participativa	Readequar a comunicação visual e elementos de sinalização do parque incluindo histórico e luta, regulamento, vegetação, medidas de isolamento e comunicação tátil com acessibilidade.	Alta	Curto	
CV10	Participativa	Realizar a sinalização adequada das hortas.	Alta	Curto	
CV11	Participativa	Implantar trilha educativa com comunicação visual e sinalização referente ao patrimônio arqueológico.	Alta	Médio	
CV12	Participativa	Adequar a comunicação visual do parque para indivíduos com baixa alfabetização visando a maior acessibilidade na leitura dos públicos.	Alta	Médio	
CV13	Participativa	Garantir a adequação da comunicação visual com a altura voltada para a leitura de crianças.	Alta	Médio	
CV14	Técnica	Criar projeto de comunicação patrimonial, com identificação e, se possível, algum tipo de delimitação das áreas tombadas e sítios arqueológicos existentes no parque.	Alta	Médio	
CV15	Técnica	Identificar claramente quais são as áreas tombadas e patrimoniais no parque.	Alta	Curto	
USO PÚBLICO (UP)					
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo	S/N
VISITAÇÃO					
UP1	Técnica	Permitir e incentivar as atividades desenvolvidas ao ar livre, como passeios, caminhadas, contemplação, fotografias, pinturas, piqueniques, desde que não incorram em perturbação/impacto ao solo, fauna, flora e ambiente natural do parque.	Alta	Recorrente	
UP2	Gestão/ operação	Avaliar a possibilidade de aquisição de uma cadeira de rodas para dar apoio à idosos, acidentados, adoentados e pessoas com dificuldade de mobilidade.	Alta	Curto	
PROGRAMAÇÃO E PARCERIAS					
UP3	Técnica	Oferecer cursos de Educação Patrimonial e sobre a História do Parque para diversos públicos.	Alta	Curto	
UP4	Participativa	Realizar exposições e atividades com elementos interativos voltado para o público infantil.	Alta	Curto	
UP5	Técnica	Elaborar oficinas para resgate da história do parque, valorizando seus principais agentes.	Alta	Médio	
EDUCAÇÃO AMBIENTAL					
UP9	Técnica	Elaborar programa de Educação Ambiental para parque baseado no Plano Municipal de Educação Ambiental (PMEA), que seja pautado sob a ótica da diversidade, utilizando-se linguagem inclusiva e iconografia didática, atendendo as demandas dos mais diversos grupos sociais, para que sua experiência no parque seja a melhor e mais igualitária possível.	Alta	Curto	

UP10	Técnica	Promover atividades de sensibilização frente às necessidades prioritárias de conservação e preservação da fauna, flora e meio ambiente, incentivando a participação efetiva dos diversos atores da sociedade.	Alta	Recorrente	
UP11	Técnica	Sediar e promover palestras, oficinas, eventos e cursos de temática ambiental para os usuários do Parque, com temas como jardinagem, paisagismo, produção de mudas, compostagem, reconhecimento de espécies da fauna e flora, entre outros.	Alta	Recorrente	
UP12	Técnica	Sediar e promover atividades relacionadas à biodiversidade, como mutirões de plantio e manutenção das áreas verdes, feiras de troca de mudas e sementes, práticas em agroecologia e permacultura, dentre outros.	Alta	Recorrente	
UP13	Técnica	Estruturar uma rede de trilhas e roteiros, guiados ou não, na área interna do parque que facilitem a observação de aves e outros elementos da fauna, observação de espécies significativas, de formações vegetais singulares, conjuntos de importância paisagística e/ou histórica, dentre outros atrativos naturais existentes.	Alta	Curto	
UP15	Técnica	Implantar, caso possível, jardins temáticos (sensorial, rochoso, orquidário, representativo dos biomas, mandala de flores/ervas medicinais/PANCs), oferecendo aos usuários mais opções de lazer, desfrute da natureza e educação ambiental.	Médio	Médio	
UP16	Participativa	Implantar, caso possível, estruturas como meliponário, borboletário, horta comunitária, viveiro de mudas, centro de compostagem e coleta seletiva, dentre outros locais onde os visitantes possam ter participação ativa, interativa e imersiva, estreitando assim sua relação com o parque e meio ambiente.	Médio	Médio	
UP17	Técnica	Implantar, caso possível, jardim temático na área ensolarada através do plantio de espécies campestres da flora nativa do município, visando reconstituir essa fisionomia ecologicamente tão significativa na cidade (Campos de Piratininga) e descrita no PMMA (Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica) como relictos do bioma Cerrado (ilhas dispersas no bioma Mata Atlântica).	Médio	Médio	
UP18	Participativa	Realizar atividades de educação ambiental periódicas na Horta das Crianças incluídas no Programa Público do parque.	Alta	Curto	
ENTORNO (EN)					
Código	Origem	Diretrizes	Prioridade	Prazo	S/N
CONECTIVIDADE					
EN2	Técnica	Solicitar a arborização viária nas ruas do entorno, com a inclusão de espécies arbóreas nativas (melíferas, floríferas e frutíferas), de maior porte possível, de acordo com Manual Técnico de Arborização Urbana da SVMA, promovendo sua capacidade de funcionar como corredores/trampolins ecológicos e maximizando os serviços ecossistêmicos prestados.	Média	N/A	
EN5	Técnica	Pensar estratégias para a construção de corredores ecológicos entre as áreas verdes do entorno e o parque.	Média	N/A	

INTEGRAÇÃO					
EN6	Técnica	Solicitar a criação de uma Portaria Intersecretarial, no âmbito da Prefeitura de São Paulo, que estabeleça a formalização da Rede Socioambiental, instância de cogestão e planejamento entre os diferentes equipamentos delimitados pela área de influência do parque (Território-Parque), de maneira a articular, sob a participação direta da gestão e do conselho gestor do parque, diferentes secretarias municipais presentes no território	Alta	N/A	
EN7	Técnica	Solicitar ampliação do espaço das calçadas próximas ao Portão 1 do parque com área de ocupação pública de uma das faixas do leito carroçável da Rua Caio Prado por meio de recursos de urbanismo tático (como coloração verde no piso, tachões e vasos de plantas etc.) que se interligue ao futuro Boulevard Gravataí;	Alta	N/A	
EN8	Técnica	Solicitar retomada de projeto para conexão permanente entre o Parque Augusta, a Praça Roosevelt e o Parque Minhocão por meio da criação do Boulevard Gravataí.	Alta	N/A	
EN9	Técnica	Apoiar ações de requalificação da Praça Roosevelt com atividades e equipamentos complementares ao Parque Augusta a fim de equilibrar seus usos públicos e compartilhar públicos visitantes entre os espaços públicos.	Alta	N/A	
EN10	Técnica	Elaborar estudos de impacto sonoro na vizinhança e a possibilidade de instalação de elementos que amenizariam o impacto do ruído produzido no parque em relação às edificações vizinhas.	Alta	N/A	
DADOS E MAPAS					
EN11	Técnica	Atualizar os mapas sobre Uso do solo predominante (Mapa 2) e Cortiços, favelas e loteamentos irregulares (Mapa 3) na área de influência, e as descrições correspondentes, quando o portal Gesosampa atualize sua base de dados com o Censo 2022.	Média	N/A	

Legenda

 Desejos de Futuro



10.5. Planos, programas e projetos

O Sistema de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres (SAPAVEL) de 2022, instituído pelo Plano Diretor Estratégico (PDE), é composto por diversos parques urbanos e lineares, além de outras áreas, sejam elas edificadas ou não, públicas ou privadas. Seus objetivos são:

- I. Proteger a biodiversidade;
- II. Conservar áreas que prestam serviços ambientais;
- III. Proteger e recuperar remanescentes de Mata Atlântica;
- IV. Qualificar áreas verdes públicas;
- V. Incentivar a conservação de áreas verdes de propriedade particular;
- VI. Conservar e recuperar corredores ecológicos em escalas municipal e metropolitana;
- VII. Cumprir as disposições do Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

Entre as diretrizes do SAPAVEL, além do incentivo às parcerias entre os setores público e privado, destacam-se a ampliação da oferta de áreas verdes públicas, a recuperação de áreas degradadas e a conservação e proteção de solos permeáveis, da cobertura vegetal e das áreas de preservação permanente.

Nesse sentido, ressalta-se que os planos e programas municipais se configuram sob esse guarda-chuva afim de proporcionar uma visão de longo prazo para a gestão ambiental da cidade. Esses, a partir de ações coordenadas, facilitam a coordenação entre diferentes setores da administração municipal garantindo que as ações ambientais sejam integradas e complementares.

Os planos ambientais e setoriais do município de São Paulo são instrumentos de planejamento que orientam a política pública e a gestão ambiental da cidade. Estes planos são elaborados com base em diretrizes legais, como o PDE e outras normativas municipais, estaduais e federais. Eles servem como guias para a implementação de ações, programas e projetos voltados à sustentabilidade e ao desenvolvimento urbano equilibrado.

Buscou-se elencar os planos que possuem relação direta ou indireta com os parques urbanos, pois estão voltados à conservação de recursos naturais (proteção de áreas verdes e da biodiversidade urbana); à mitigação de impactos ambientais, no controle da poluição do ar, água e solo e gestão de resíduos; à adaptação às mudanças climáticas, aliando ações de resiliência urbana para enfrentar efeitos das mudanças do clima e soluções baseadas na natureza; e ao engajamento e participação social, dado que alguns parques possuem o potencial de promover o ecoturismo local, a educação ambiental e a participação comunitárias em diferentes práticas e projetos sustentáveis.



Tabela 12 - Planos e programas ambientais e setoriais pertinentes

Planos
Plano Municipal de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais
Cadernos de priorização de obras de drenagem das Subprefeituras
Planos Regionais das Subprefeituras – PRS
Plano Municipal de Habitação – PMH
Plano de Melhoramentos Municipais Viários e Cicloviários
Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da RMSP - PDUI-RMSP
Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – PMDRSS
Plano Municipal de Saneamento Básico
Plano Municipal de Ordenamento e Proteção da Paisagem
Plano Municipal de Educação/ Currículo da Cidade, destinado ao Ensino Fundamental, a partir da Base Nacional Comum Curricular e Plano Municipal de Educação (Lei 16.271/2015);
Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGRIS)
Plano de Mobilidade Urbana do Município de São Paulo 2015 (Decreto 56.834/2016);
Plano Municipal de Políticas para Mulheres
Plano Municipal de Segurança Alimentar
Plano Municipal da Primeira Infância
Planos de Ecoturismo: Geral e Cantareira
Plano Estadual de Recursos Hídricos
Programas
Programa Córrego Limpo - Sabesp e PMSP (Decreto 50.755/2009)
Programa de Educação Ambiental e Comunicação Social em Resíduos Sólidos do Município de São Paulo 2014/2033 (Decreto 55.747/2014)
Programa Escolas Sustentáveis 2019-2020
Programa Nascentes do Estado de São Paulo (Decreto Estadual 60.521/2014)
Programa Pomar Urbano
Projeto Hortas e Viveiros Urbanos, do Programa Operação Trabalho (Lei 13.689/2003)

Fonte: ONU-Habitat

Tabela 13 - Planos ambientais transversais SVMA/PMSP

Plano de Ação Climática - PlanClima
Plano Municipal de Arborização Urbana - PMAU
Plano Municipal de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres - Planpavel
Plano de Conservação e Recuperação de Áreas Prestadoras de Serviços Ambientais – PMSA
Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica (PMMA)

Fonte: ONU-Habitat



Estes planos constituem as políticas públicas mais relevantes para os parques da cidade e procuram que o desenvolvimento da cidade ocorra de maneira sustentável e integrada. Destes planos se desprendem programas que têm, como finalidade, a implementação das políticas públicas. Alguns destes programas são implementados nos parques da cidade. Estes são:

Programa de Lixo Zero em Parques Municipais

Este programa orienta e cria soluções para que os resíduos sólidos sejam reaproveitados e reutilizados corretamente com base na Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) e de maneira integrada ao PGRIS Programa de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, Programa de Educação Ambiental e Comunicação Social em Resíduos Sólidos (PEACS) e o Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P). De maneira complementar, o Programa segue o Projeto de Comunicação Visual da SVMA.

Programa Sampa Saúde em Movimento

Este programa leva, profissionais da educação física e nutricionista aos parques de São Paulo para que tracem planos de exercícios e de reeducação alimentar. Esses profissionais são capacitados para atendimento e orientação necessária para alertar sobre o sedentarismo e promover as atividades físicas.

Programa Vamos Trilhar

Este programa da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer (SEME) e da SVMA, desde 2024, estimula a visita aos parques naturais municipais de São Paulo com transporte gratuito e entregando um kit com camiseta, água e lanche.

*Projeto Pedal Sampa*¹²

Este projeto proporciona atividades e ações voltadas ao esporte educacional, visando a inclusão social das crianças, jovens e pessoas idosas, destinadas a promover o uso da bicicleta como meio de transporte sustentável, saudável e acessível na cidade. O programa visa incentivar a mobilidade urbana por bicicletas, reduzindo o uso de veículos motorizados, melhorando a qualidade de vida das pessoas e contribuindo para um ambiente urbano mais sustentável.

Através da expansão da infraestrutura cicloviária, atividades pedagógicas e de apoio aos ciclistas, o programa busca criar uma cidade mais conectada e ambientalmente responsável. É um programa que poderia funcionar em parceria com o Programa Vamos Trilhar em parques urbanos municipais.

Programa Operação Trabalho (POT)

Este programa tem como objetivo de conceder atenção especial às pessoas trabalhadoras desempregadas, residentes no município de São Paulo, pertencentes a famílias de baixa renda, visando estimulá-las à busca de ocupação, bem como à sua reinserção no mercado de trabalho.



O Programa hoje abrange diversas frente de trabalho incluindo o “POT Parques” com atividades voltadas à manutenção e preservação de parques municipais e oferecendo também um curso de educação ambiental e jardinagem para os trabalhadores do parque.

Programa Viver – Envelhecimento Ativo e Saudável

Este programa promove a qualidade de vida, a autonomia e o bem-estar das pessoas idosas. Ele visa estimular a participação social, a prática de atividades físicas, o aprendizado contínuo e a sociabilidade entre pessoas idosas - contribuindo para um envelhecimento ativo e saudável.

Este programa, nos parques urbanos municipais, poderia estar vinculado a entidades vinculadas ao Sistema Único de Saúde (UBS, CECCO) e contemplar terapias comunitárias integrativas, horticultura e outras atividades relevantes, a partir do preconizado no Programa São Paulo Amigo do Idoso (programa do Governo do Estado) e Estratégia Brasil Amiga da Pessoa Idosa (Governo Federal).

Programa Fogo Zero

A parceria entre a SVMA e a Secretaria Municipal de Segurança Urbana (SMSU) tem o objetivo de agilizar o atendimento e o combate ao fogo em áreas de proteção ambiental e parques, além de proteger toda a diversidade de fauna e flora. A implementação de um programa abrangente para proteção, fiscalização e combate a incêndios em parques urbanos serve à preservação do meio ambiente e à segurança dos visitantes. Esse programa combina esforços de prevenção, infraestrutura adequada, monitoramento constante, resposta rápida e recuperação eficaz para minimizar os impactos dos incêndios e promover a sustentabilidade dos parques urbanos.

10.6. Parcerias

A gestão do parque pode promover parcerias com diferentes entidades, públicas e privadas, para implementar este Plano de Gestão.

As parcerias privadas devem ser formalizadas conforme a Portaria nº 29/SVMA/2021, que estabelece procedimentos administrativos internos para protocolo de parcerias junto à SVMA. Elas podem ser com o setor privado ou com entidades sem fins lucrativos e devem atender os seguintes critérios:

- Parcerias com empresas: atendem o estabelecido na Lei Municipal nº 14.223/2006: "Cidade Limpa", que dispõe sobre a ordenação dos elementos que compõem a paisagem urbana do Município de São Paulo; podem ser firmados termos de cooperação de 36 meses que regulam a exposição da marca.
- Parcerias com o terceiro setor: seguem o estabelecido na Lei Municipal nº 13.019/2014, que institui normas gerais para as parcerias entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de



projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação.

As parcerias com órgãos públicos são estabelecidas por meio de convênio. A gestão do parque pode propor este tipo de parcerias à Direção da DGPU, para que seja analisada de forma centralizada na SVMA.

11. Sistema de monitoramento e avaliação

O Plano de Gestão conta com um sistema de monitoramento e avaliação com dois objetivos:

a) gerar informação com indicadores gerais para todos os parques da cidade que permitem ler e avaliar os principais aspectos do parque e b) assegurar a efetividade na implementação do próprio plano.

A gestão do parque é responsável pela coleta das informações e alimentação do sistema de monitoramento. Esta informação é apresentada uma vez ao ano durante a última sessão ordinária anual do conselho gestor do parque (ou do CADES regional, caso não esteja constituído o conselho gestor), com a finalidade de prestar contas à sociedade. Para este fim, a gestão deve preparar uma apresentação com todas as informações deste sistema de monitoramento e avaliação, as gerais e as específicas do plano de gestão. Nesta sessão, é feito um balanço da gestão e elaborada uma proposta de próximos passos para uma implementação eficiente e efetiva do plano de gestão.

Em paralelo à prestação de contas ao conselho gestor, a gestão do parque deve apresentar as informações coletadas, periodicamente, à coordenação regional e à direção da Divisão de Gestão de Parques Urbanos (DGPU) da SVMA, conforme o calendário e os procedimentos estabelecidos internamente.

O processo de monitoramento e avaliação tem o princípio pedagógico para a comunidade do parque, bem como auxiliar os processos de tomadas de decisão, as ações estruturadas, as solicitações por recursos ou obras e todas as demais medidas do conselho gestor e da gestão do parque.

11.1. Monitoramento geral dos principais aspectos do parque

Dentre os principais aspectos do parque que necessitam de indicadores de monitoramento e avaliação, observaram-se cinco eixos temáticos, que buscam abarcar as principais características socioambientais, físicas e de gestão que um parque deve oferecer para a sociedade. São eles os eixos Social, Biodiversidade, Mudanças Climáticas, Estrutura do Parque e Governança.



A gestão do parque deve monitorar e divulgar os resultados periódicos básicos, apoiados nesses eixos, a fim de demonstrar a efetividade do parque como espaço público específico, ou de apontar a necessidade de ajustes de conduta, de políticas, de contratos e de atividades.

Alguns dos indicadores adotados devem ser produzidos sazonalmente pela gestão do parque. Outros são produzidos pelos sistemas de indicadores já instituídos na SVMA. São eles a publicação anual Indicadores de Parques Urbanos, produzido pela parceria entre a gestão municipal e a Fundação Aron Birmann e a publicação anual Biosampa. Esta última tem como base a *Convention on Biological Diversity* (CBD, em português Convenção Sobre Diversidade Biológica), tratado cujo Brasil é signatário e a SVMA utiliza suas definições para monitoramento e avaliação da biodiversidade e serviços ecossistêmicos do território municipal.

Destaca-se que a boa organização do processo de coleta de dados é essencial para garantir a qualidade e a precisão das informações obtidas. Para isso, é fundamental o treinamento das pessoas coletadoras e a utilização de questionários (quando for o caso) com questões fechadas e objetivas. Idealmente, a aplicação deve ser realizada de forma online, o que torna o processo mais ágil e acessível, além de facilitar a sistematização e o armazenamento dos dados coletados.

I. Indicador social

O indicador do eixo social é composto pelos dados coletados dentro dos limites do parque, necessários para a avaliação da efetividade do espaço público quanto a se tornar um destino atrativo à população. Ou seja, um dos princípios fundamentais de um parque inserido no tecido urbano é ser frequentado, visitado e usado pela população como um todo, em todos os horários, em atividades estruturadas ou livres.

Se faz fundamental saber, também, qual a diversidade da população que frequenta o parque e quais os horários. Assim, a finalidade principal será de entender, ao longo do tempo, o estado da visitação e o quanto os espaços do parque estão democratizados.

As partes envolvidas na coleta de informação e alimentação deste indicador são: a gestão do parque, as pessoas funcionárias de vigilância e manutenção do parque, as divisões relevantes da SVMA.

A coleta de dados sobre a população que circula no parque deverá ser feita a partir de uma contagem, fornecendo as seguintes informações:

- Se o parque está sendo frequentado;
- Quais os grupos sociais que frequentam (por idade, gênero, cor, deficiência);



- Quais os horários que frequentam.

A coleta dos dados deve ser realizada pela gestão do parque, em **quatro épocas do ano**, fora de período de férias e fora de finais de semana, em dia ensolarado, da seguinte forma:

Tabela 14 - Distribuição anual dos períodos de coleta

coleta	mês	dia	horário
1	janeiro	Dia útil	Entre 6h e 18h
2	janeiro	Dia útil	Das 10h às 11h e das 17h às 18h
3	abril	Dia útil	Entre 6h e 18h
4	abril	Dia útil	Das 10h às 11h e das 17h às 18h
5	julho	Dia útil	Entre 6h e 18h
6	julho	Dia útil	Das 10h às 11h e das 17h às 18h
7	outubro	Dia útil	Entre 6h e 18h
8	outubro	Dia útil	Das 10h às 11h e das 17h às 18h

Fonte: ONU-Habitat

Coletas 1, 3, 5, e 7: uma pessoa funcionária deve se posicionar em cada acesso do parque, com contador estatístico, registrando a entrada de todas as pessoas visitantes no período de coleta.

Coletas 2, 4, 6 e 8: uma pessoa funcionária deve circular pelo parque com a ficha de pesquisa e entrevistar um número de pessoas definidos a partir de critérios de amostragem, a serem definidos pela DGPU.

Os dados dos contadores devem ser registrados em relatório específico no mesmo dia da contagem. Os dados das fichas de pesquisa devem ser dispostos em relatório específico, produzidos em até 24 horas após o dia da coleta. As fichas de pesquisa devem ser arquivadas na administração do parque, devem ser digitalizadas e compor o relatório como anexo. A periodicidade de publicação deste indicador é anual.

As respostas das fichas de pesquisa devem ser tabuladas, resumidas e registradas em planilha disponibilizada pela gestão do parque à DGPU da SVMA.

Pontuação: se mede a variação entre um ano e o seguinte, sendo o ano 0 a linha de base com a coleta realizada nas quatro épocas do primeiro ano; o ano 1 corresponde à coleta nas quatro épocas do ano seguinte. O cálculo final do indicador social anual é feito pela média aritmética da pontuação alcançada pelas 11 variáveis.

Tabela 15 - Distribuição dos valores coletados em campo, normalizados pela variação e pela pontuação atribuída.

Variável:	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	TOTAL média aritmética entre as 11 variáveis
ano	visitação diária total (média entre coletas 1, 3, 5, 7)	visitação por grupo									PCD	TOTAL média aritmética entre as 11 variáveis
		Crianças 0 a 14 anos			Jovens 15 a 24 anos			Idosos 60+				
		total	Gênero feminino		total	Gênero feminino		total	Gênero feminino			
			man hã	noite		man hã	noite		manh ã	noite		
Ano 0 – linha base												
Ano 1												
Variação (1 - 0) / 1 %												
Pontuação												
Ano 2												
Variação (2 - 1) / 2 %												
Pontuação												

Fonte: ONU-Habitat

Tabela 16- Pontuação dos dados coletados pela variação anual

Variação anual	pontuação
< 0	-1
0	0
0 – 5%	1
5% – 10%	2
> 10%	4

Fonte: ONU-Habitat

○ Resultados da análise e avaliação dos dados processados

A análise de dados deve descrever as variações entre as variáveis individualmente e do valor final da pontuação do indicador. Pode produzir gráficos, exibir imagens de campo, descrever situações esporádicas no parque que justifiquem eventuais variações abruptas, entre outras informações que demonstrem detalhes importantes para constatar algum argumento ou hipótese da análise.



- **Recomendações à gestão do parque e à gestão central e aprendizagem obtida a partir do processo e dos resultados**

O indicador, suas variáveis e sua comparação com anos anteriores podem indicar a necessidade de melhorias físicas no parque, podem indicar o sucesso de atividades esporádicas, condições que, na visão da gestão, possam melhorar o desempenho deste indicador. Podem descrever, também, as condições da coleta, dificuldades e experiências das equipes de campo e sugestões de alterações metodológicas.

Este sistema de monitoramento deverá ser substituído no futuro por um sistema baseado num plano amostral.

II. Indicador de biodiversidade

O parque deve ser um ambiente que oferece abrigo à fauna e que apresenta flora nativa diversa e sadia. A gestão deve solicitar à Divisão de Patrimônio Ambiental (DPA) da SVMA, um mês antes da sessão de prestação de contas do conselho gestor do parque, os indicadores de biodiversidade do Biosampa correspondentes ao parque. As informações de biodiversidade devem ser incluídas na apresentação realizada na sessão.

III. Indicador de mudanças climáticas e serviços ecossistêmicos

O parque deve ser um importante instrumento para adaptação e mitigação climática. A gestão deve solicitar à Divisão de Patrimônio Ambiental (DPA) da SVMA, um mês antes da sessão de prestação de contas do conselho gestor do parque, os indicadores do Biosampa referentes à área refrescante, estoque de carbono, percentagem (%) de área permeável, correspondentes ao parque. As informações coletadas devem ser incluídas na apresentação realizada na sessão.

IV. Indicador de gestão da estrutura do parque

O parque deve oferecer conforto e serviços básicos às pessoas usuárias. Uma vez publicado o relatório anual do Indicador de Parques de São Paulo, elaborado pela Fundação Aaron Birmann em parceria com a SVMA, a gestão do parque deve coletar a informação e incluir elas na apresentação para a sessão anual de prestação de contas do conselho gestor do parque.



V. Governança

O parque deve contar com uma gestão participativa e transparente. A gestão deve solicitar à Divisão de Patrimônio Ambiental (DPA) da SVMA, um mês antes da sessão de prestação de contas do conselho gestor do parque, os indicadores do Biosampa referentes aos indicadores de governança, correspondentes ao parque. As informações coletadas devem ser incluídas na apresentação realizada na sessão.

11.2. Monitoramento da implementação das ações do plano de gestão

Para alcançar seus objetivos, o Plano de Gestão contém o Plano de Ação, apresentado no item 10, que representa o resultado propositivo de todo seu processo de elaboração, diverso e participativo. A implementação do Plano de Gestão implica a transformação das diretrizes em ações efetivas.

O Quadro de Diretrizes, apresentado no item 10.3, agrupa diretrizes que são orientativas e expressam considerações importantes na gestão do parque. Este grupo de diretrizes não é mensurável e não se inclui no quadro de monitoramento.

O Quadro de Ações e Monitoramento, apresentado no item 10.4, é composto pelas ações concretas e mensuráveis. Assim, de maneira a se transformar em ferramenta ágil de consulta, execução e conferência, essas ações contidas neste segundo quadro estão dispostas em forma de *checklist*, sobre o qual a gestão poderá apontar com facilidade as ações já executadas e o conselho gestor, a SVMA e quem mais de interesse, possa rapidamente se apropriar como está a evolução destes pontos na gestão deste parque.

Assim, o Quadro de Ações e Monitoramento poderá ser usado pela gestão do parque como ferramenta de monitoramento do avanço na implementação do Plano de Gestão, de forma a prestar contas periodicamente ao Conselho Gestor e à Divisão de Gestão de Parques Urbanos (DGPU) da SVMA.



12. Referências Bibliográficas

ALEGRE Escorza, M., RODRÍGUEZ Garabot, E., ALATA Ninapaytan, M. P., Nogales Fernández-Blanco, L., Quispe Mogrojevo, S., Velarde Herz, F., & De La Cruz Chaupiz, L. (2022). Guia de intervenciones en espacios públicos. Disponível em:

<https://scioteca.caf.com/handle/123456789/2015>. Acesso em: 14 ago. 2024.

ARAGÃO, J. A. C. Governança e Administração Pública: Um Estudo de Caso no Contexto do Serviço Público Brasileiro. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.

BRASIL. Lei nº 10.385, de 1987.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 30 de agosto de 2024.

BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2 set. 1981. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm. Acesso em: 30 de agosto de 2024.

BRASIL. Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 30 dez. 2009. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12187.htm. Acesso em: 30 de agosto de 2024.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 19 jul. 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm. Acesso em: 30 de agosto de 2024.

BRASIL. Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006. Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 26 dez. 2006. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11428.htm. Acesso em: 30 de agosto de 2024.

BRASIL. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e nº 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 28 maio 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm. Acesso em: 30 de agosto de 2024.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Portaria MMA nº 148, de 07 de junho de 2022. Altera os Anexos da Portaria nº 443, de 17 de dezembro de 2014, da Portaria nº 444, de 17 de dezembro de 2014, e da Portaria nº 445, de 17 de dezembro de 2014, referentes à



atualização da Lista Nacional de Espécies Ameaçadas de Extinção. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 74, 08 jun. 2022.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

BANCO DE DESARROLLO DE AMÉRICA LATINA E CARIBE (CAF). Guía de Intervenciones en espacios públicos. [Tradução: Guia de intervenções em espaços públicos]. 2023. Disponível em: <https://www.caf.com/documento>. Acesso em: 30 ago. 2024.

CERTEAU, Michel de. A Invenção do Cotidiano. 1. ed. São Paulo: Vozes, 1980.

CITES – CONVENTION ON INTERNATIONAL TRADE IN ENDANGERED SPECIES OF WILD FAUNA AND FLORA. Appendix II. Geneva: 2022. Disponível em: <https://www.cites.org/eng/app/appendices.php>. Acesso em: dezembro 2023.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory, and Antiracist Politics. University of Chicago Legal Forum, p. 139-167, 1989.

Dado secundário SVMA (arquivo "Lista da flora 2023").

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GEOSAMPA. Mapa Digital da Cidade de São Paulo. Disponível em: <https://geosampa.prefeitura.sp.gov.br>. Acesso em fev. 2024.

GEOSAMPA. Metadados. Disponível em: <https://metadados.geosampa.prefeitura.sp.gov.br/geonetwork/srv/por/catalog.search#/metadata/fa7525ad-a831-4167-b096-7f5550f18b0f>. Acesso em: 14 ago. 2024.

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (IPT). Relatório da Carta Geotécnica do Município de São Paulo. São Paulo: IPT, 1992. Disponível em: https://metadados.geosampa.prefeitura.sp.gov.br/geonetwork/intranet/api/records/a14e407e-b0d9-4f4c-a1ae-805e83f99382/attachments/relatório%20CG_1993.pdf. Acesso em: 9 de dezembro de 2023.

ISA. Parques urbanos municipais de São Paulo: subsídios para gestão. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2008. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org>. Acesso em: 14 ago. 2024.

KLIASS, Rosa G. Parques urbanos de São Paulo e sua evolução na cidade. São Paulo: PINI, 1993.

LIMA, Fernanda L. Parques para pessoas: ideias e estratégias adotadas na fundação e na gestão dos parques urbanos municipais de São Paulo. Dissertação (Mestrado). Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2021.

LOSS, S., WILL, T. & MARRA, P. The impact of free-ranging domestic cats on wildlife of the United States. Nat Commun 4, 1396, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/ncomms2380>. Acesso em: outubro de 2022.

LOWE, S., BROWNE, M. & BOUDJELAS, S. 100 of the World's Worst Invasive Alien Species: a Selection from The Global Invasive Species Database (Invasive Species Specialist Group, International Union for Conservation of Nature, 2000).



MEA. Avaliação do Ecossistema do Milênio. Ecossistemas e bem-estar humano: síntese. Washington, D.C.: Island Press, 2005.

ONU (2005). IOM: Full Glossary of Terms to describe sexual orientation, gender identity, gender expression and sex characteristics. United Nations Network on Migration, 2020. Disponível em: <http://un.org>. Acesso em: 14 ago. 2024.

ONU (2007). Online Forum. Disponível em: <http://un.org>. Acesso em: 14 ago. 2024.

ONU (2022). Virtual Workshop on the Promotion of Intergenerational Equity for Sustainable Development. Disponível em: <http://un.org>. Acesso em: 14 ago. 2024.

ONU (2024). Cities - United Nations Sustainable Development Action 2015. Disponível em: <http://un.org>. Acesso em: 14 ago. 2024.

ONU-Habitat. Cidade Dela. Disponível em: <https://unhabitat.org>. Acesso em: novembro de 2023.

PACHECO, R. T. B.; RAIMUNDO, S. Parques urbanos e o campo dos estudos do lazer: propostas para uma agenda de pesquisa. Revista Brasileira de Estudos do Lazer. Belo Horizonte, V. 1, N. 3, 2014.

PBMC – Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas. Mudanças Climáticas e Cidades. Relatório Especial. RIBEIRO, S.K.; SANTOS, A. S. (Eds.). Rio de Janeiro: COPPE-UFRJ, 2016.

PDE. Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo. Disponível em: <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/texto-da-lei-2/>. Acesso em fev. 2024.

PDE, 2014. Plano Diretor Estratégico. Disponível em: <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/texto-da-lei-2/>. Acesso em: outubro de 2023.

PLANCLIMA. Plano de Ação Climática do Município de São Paulo. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/meio_ambiente/arquivos/PlanClimaSP_BaixaResolucao.pdf. Acesso em: junho de 2014.

PLANPAVEL. PLANPAVEL-VERSÃO COMPLETA. Disponível em: <http://prefeitura.sp.gov.br>. Acesso em: 14 ago. 2024.

PMMA - Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica do Município de São Paulo. São Paulo, 2017. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/PMMA_final_8_jan%20ok.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.

PMSA. Plano Municipal de Conservação e Recuperação de Áreas Prestadoras de Serviços Ambientais Disponível em: < [PLANO DE CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ÁREAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS AMBIENTAIS - Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente - Prefeitura \(capital.sp.gov.br\)](#)>. São Paulo: SVMA, 2020.

PMSP. Cadernos das subprefeituras. Disponível em: <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br>. Acesso em fev. 2024.

PMSP. Conselho Regional de Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Cultura de Paz - CADES REGIONAIS. Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente. Prefeitura da Cidade de São Paulo. Disponível em: <http://prefeitura.sp.gov.br>. Acesso em: 14 ago. 2024.



PMSP. Plano Diretor de Drenagem e Cadernos de Drenagem. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/obras/obras_de_drenagem/index.php?p=230496. Acesso em fev. 2024.

PMSP. Plano Regional Sapopemba. Disponível em: <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/marco-regulatorio/planos-regionais/arquivos/>. Acesso em: outubro de 2023.

ProEEA. Pré-Minuta do Programa de Educação Ambiental elaborado pelo Governo do Estado/SP, 2022.

SANTOS, Milton. O espaço público. São Paulo: Nobel, 1996.

SÃO PAULO (Município). 1987. Lei nº 10.365 de 22 de setembro de 1987. Disciplina o corte e a poda de vegetação de porte arbóreo existente no município de São Paulo, e dá outras providências. Diário Oficial da Cidade de São Paulo de 22 de setembro de 1987.

SÃO PAULO (Município). Índice BIOSAMPA 2021: 23 indicadores da biodiversidade paulistana, serviços ecossistêmicos e governança relacionada / Coordenação: DOS SANTOS, Rodrigo Martins; SOUSA, Mariana Mendes de. São Paulo: SVMA, 2022.

SÃO PAULO (Município). Inventário da Fauna Silvestre do Município de São Paulo. 2022. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/meio_ambiente/Diversos/Inventario%20da%20Fauna%20Silvestre%20do%20Municipio%20de%20SP%20-%202022.xlsx. Acesso em: 20 jan. 2024.

SÃO PAULO (Município). Lei Municipal nº 16.050, que institui a Política de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, de 31 Jun. 2014.

SÃO PAULO (Município). Lei Municipal nº 16.402. Disciplina o parcelamento, o uso e a ocupação no Município de São Paulo de acordo com a Lei nº 16.050, de 31 Jul. 2014.

PMSP. PREFEITURA DE SÃO PAULO. Mapa Digital da Cidade de São Paulo (GeoSampa). Camada Meio Físico: Topografia: Declividade. Disponível em: https://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/_SBC.aspx. Acesso em: dezembro 2023.

PMSP. PREFEITURA DE SÃO PAULO. Mapa Digital da Cidade de São Paulo (GeoSampa). Camada Verde / Recursos Naturais: Mapeamento da Cobertura Vegetal 2020. Disponível em: https://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/_SBC.aspx. Acesso em: dezembro 2023.

PMSP. PREFEITURA DE SÃO PAULO. Mapa Digital da Cidade de São Paulo (GeoSampa). Camada Verde / Recursos Naturais: Plano Municipal da Mata Atlântica: Remanescentes do Bioma. Disponível em: https://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/_SBC.aspx. Acesso em: dezembro 2023.

RENTAS - Rede Nacional Contra o Tráfico de Animais Silvestres. Primeiro Relatório Nacional sobre o Tráfico de Animais Silvestres no Brasil. RENTAS: Brasília, 2001.

SÃO PAULO (CIDADE). 1987. Lei nº 10.365 de 22 de setembro de 1987. Disciplina o corte e a poda de vegetação de porte arbóreo existente no município de São Paulo, e dá outras providências. Diário Oficial da Cidade de São Paulo de 22 de setembro de 1987.



- SÃO PAULO (Município). Inventário da Fauna Silvestre do Município de São Paulo. 2022. https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/meio_ambiente/Diversos/Inventario%20da%20Fauna%20Silvestre%20do%20Municipio%20de%20SP%20-%202022.xlsx.
- SÃO PAULO (Estado). 1989. Decreto Estadual nº 30.443 de 23 de setembro de 1989. Considera patrimônio ambiental e declara imunes de corte, exemplares arbóreos situados no Município de São Paulo, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado de São Paulo, Poder Executivo. São Paulo, SP, v.99, n.177, 21 set. 1989. Seção 1, p. 1.
- SÃO PAULO (Município). Plano Diretor do Parque Jardim Felicidade. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, 2024. Disponível em: <[Minuta Plano Diretor do Parque Jardim Felicidade \(prefeitura.sp.gov.br\)](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/meio_ambiente/Diversos/Inventario%20da%20Fauna%20Silvestre%20do%20Municipio%20de%20SP%20-%202022.xlsx)>. Acesso em: 30 ago. 2024.
- SÃO PAULO (Estado). Lei nº 14.982, de 8 de abril de 2013. Dispõe sobre a proteção e restauração da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica no Estado de São Paulo. Diário Oficial [do] Estado de São Paulo, São Paulo, SP, 9 abr. 2013. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2013/lei-14982-08.04.2013.html>. Acesso em: dia mês ano.
- SILVA, Maria. Princípios de Conservação Ambiental. 2. ed. São Paulo: Editora Verde, 2020.
- SILVA, L. J. M. Parques urbanos: a natureza na cidade: uma análise da percepção dos atores urbanos. Dissertação de mestrado em Desenvolvimento Sustentado. UNB Centro de Desenvolvimento Sustentado, Brasília, 2003.
- SÃO PAULO (Estado). 1989. Decreto Estadual nº 30.443 de 23 de setembro de 1989. Considera patrimônio ambiental e declara imunes de corte, exemplares arbóreos situados no Município de São Paulo, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado de São Paulo, Poder Executivo. São Paulo, SP, v.99, n.177, 21 set. 1989. Seção 1, p. 1
- SÃO PAULO (Estado). Resolução SMA nº 57, de 05 de junho de 2016 – Publica a segunda revisão da lista oficial das espécies da flora ameaçadas de extinção no Estado de São Paulo. Diário Oficial do Estado de São Paulo: seção 1: pág. 55/57, 30 jun 2016.
- FRANCHIN, A. G. Riqueza da avifauna urbana em praças de Uberlândia (MG). 2000. 27 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Biológicas) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2000.
- CITES – CONVENTION ON INTERNATIONAL TRADE IN ENDANGERED SPECIES OF WILD FAUNA AND FLORA. Appendix II. Geneva: 2022. Disponível em: <https://www.cites.org/eng/app/appendices.php>. Acesso em: dezembro 2023.
- Dado secundário SVMA (arquivo "CONTROLE_FREQUENTADORES_PARQUES_REABERTURA"), 2019.
- MILLER, S.G.; KNIGHT, R.L.; MILLER, C.K. Influence of recreational trails on breeding bird communities. Ecol. Appl. 8, p.162–169, 1998.
- FORMAN, R.T.T. & ALEXANDER, L.E. Roads and their major ecological effects. Annu. Rev. Ecol. Syst. 29, p.207–231, 1998.
- HUNT JR., G.L. Influences of food distribution and human disturbance on the reproductive success of herring gulls. Ecology 53, p.1051–1061, 1972.



LESEBERG, A.; HOCKEY, P.A.R.; LOEWENTHAL, D. Human disturbance and the chick-rearing ability of African black oystercatchers (*Haematopus moquini*): a geographical perspective. *Biol. Conserv.* 96, p.379–385, 2000.

SAFINA, C. & BURGER, J. Effect of human disturbance on reproductive success in the black skimmer. *Condor* 85, p.164–171, 1983.

DESGRANGES, J.L. & REED, A. Distances and control of doublecrested cormorants in Quebec. *Colon. Waterbirds*, 4, p.12– 19, 1981.

EBIRD. eBird: An online database of bird distribution and abundance [web application]. eBird, Cornell Lab of Ornithology, Ithaca, New York. Disponível em: <http://www.ebird.org>. Acesso em: junho de 2024.

Bibliografia específica:

SÃO PAULO (Município). 1987. Lei n° 10.365 de 22 de setembro de 1987. Disciplina o corte e a poda de vegetação de porte arbóreo existente no município de São Paulo, e dá outras providências. *Diário Oficial da Cidade de São Paulo* de 22 de setembro de 1987.

SÃO PAULO (Município). RESOLUÇÃO 23/04 - CONPRES/SMC. TOMBA AREA DO ANTIGO COLEGIO DES OISEAUX, NA RUA MARQUES DE PARANAGUA, RUA CAIO PRADO, RUA AUGUSTA. *Diário Oficial da Cidade de São Paulo*, 14 de dezembro de 2004.

SÃO PAULO (Município). Prefeitura Municipal de São Paulo, Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, Herbário Municipal. Relatório de Caracterização da Flora e Vegetação do Futuro Parque Augusta e recomendações para projeto e manejo. São Paulo, fevereiro de 2018.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, Divisão de Fauna Silvestre. Diagnóstico de Fauna do Parque Municipal Augusta. São Paulo, dezembro de 2017.



Anexo I: Processo participativo do Plano de Gestão

1. Introdução

O presente anexo integra o **Plano de Gestão do Parque Augusta – Prefeito Bruno Covas** e visa apresentar o processo de participação social promovido em abril de 2024, através das *Oficinas participativas do Plano de Gestão do Parque Augusta - Prefeito Bruno Covas*, com o envolvimento da sociedade civil e diversos setores relacionados ao parque. Além de ter como objetivo estabelecer o registro e o memorial das atividades realizadas, este documento trata da metodologia e ferramentas aplicadas, bem como apresenta os resultados das oficinas.

Foram realizadas duas oficinas no Parque Augusta - Prefeito Bruno Covas, uma voltada ao público geral e outra desenvolvida com a equipe escolar e as crianças da Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI) Gabriel Prestes. Ambas aconteceram em formato presencial e contaram com 15 e 24 participantes, respectivamente, além da equipe de facilitação e apoio do ONU-Habitat. A atividade realizada com as crianças ocorreu em 24 de abril de 2024, das 14:00 às 16:50 e a com o público geral em 28 de abril de 2024, das 14:00 às 17:00, ambas no próprio Parque Augusta - Prefeito Bruno Covas (Rua Augusta, 200, Consolação).

As atividades aconteceram no âmbito da iniciativa “Viva o Verde SP” para o desenvolvimento dos Planos de Gestão de oito parques do município de São Paulo: Água Podre – Ypueira, Alto da Boa Vista, Aristocrata, Augusta, Córrego do Bispo, Fazenda da Juta, Jardim Apurá – Búfalos e Paraisópolis. Ao todo, foram conduzidas 12 oficinas, das quais oito foram destinadas ao público em geral e quatro direcionadas especificamente para crianças e adolescentes. No total, as oficinas reuniram 253 pessoas participantes, sendo 107 crianças e adolescentes e 146 adultas representando o público geral (mulheres transgênero, mulheres cisgênero, homens transgênero, homens cisgênero, pessoas não binárias, pessoas indígenas, brancas, pretas, pardas e/ou amarelas). Foram coletadas 540 contribuições referentes aos problemas, causas, soluções e desejos de futuro para cada parque.

As oficinas voltadas ao público em geral dos oito parques aconteceram aos finais de semana (sábado ou domingo), nos períodos da manhã ou tarde. As datas, período e local para realização das atividades foram definidos em reuniões com os diversos conselhos relacionados a cada parque contemplado pela iniciativa. A maior parte dos conselhos consultados sugeriu que as oficinas ocorressem em outros locais que não o parque, mas nas suas mediações em algum equipamento público ou comunitário. Isso ocorreu previsivelmente nos parques em implantação, dado que os espaços não possuíam, ao longo do desenvolvimento do presente trabalho, uma infraestrutura que recebesse as pessoas participantes. Também sucedeu em alguns parques implantados pelos seguintes argumentos: 1. Os parques são recém implantados e ainda não tão conhecidos ou frequentados pelas pessoas do território; 2. Os parques implantados não possuem fácil acesso de transporte público ou não possuem um espaço percebido pelos participantes do Conselho como adequado para realização das dinâmicas pretendidas.

Para a definição das datas, horário e local das oficinas direcionadas às crianças e adolescentes foram consultadas instituições de ensino e assistência social que já realizam

atividades nos parques ou possuem algum vínculo com os territórios. A articulação com os equipamentos ocorreu com o apoio das gestoras e gestores dos parques, além da Secretaria Municipal de Educação – (SME) e pessoas funcionárias dos Centros para Crianças e Adolescentes. As atividades aconteceram em conformidade com a grade curricular, no horário de aula. Desse modo, a metodologia foi desenvolvida considerando as diversas situações que foram observadas e manifestadas pelas partes envolvidas, tal como será apresentado no item a seguir.

As fotos apresentadas neste documento foram tiradas pela equipe do Viva o Verde SP, salvo exceções, nas quais será indicada a pessoa que fotografou. As tabelas e gráficos foram elaborados com base nos resultados as ferramentas e questionários aplicados ao longo das atividades.

2. Metodologia

A metodologia foi elaborada de acordo com a situação do parque (implantado ou em implantação) e perfil do público-alvo (geral ou crianças e adolescentes). Dessa forma, foram estruturados quatro tipos de oficinas, as quais poderiam acontecer nos parques ou em algum equipamento próximo:

- Oficina no Parque I: voltada ao público em geral;
- Oficina no Parque II: voltada a crianças ou adolescentes;
- Oficina no Bairro: voltada ao público em geral; e
- Oficina na Escola: voltada a crianças ou adolescentes

Figura 26 – Tipos das oficinas



Fonte: ONU-Habitat

Cada oficina contou com duas partes: um momento introdutório (M1) com a apresentação do projeto e dos objetivos da oficina, seguido por um segundo momento (M2) onde foram realizados o levantamento inicial dos temas do parque, uma roda de sensibilização com



perspectiva de gênero, o reconhecimento do parque e problematização do espaço público e por fim, o levantamento de problemas, causas, soluções e desejos de futuro para o parque.

As oficinas destinadas ao público em geral foram previstas com três horas de duração e as oficinas direcionadas às crianças ou adolescentes foram previstas, em média, com duas horas e meia de duração.

No Parque Augusta - Prefeito Bruno Covas, o formato adotado para a oficina direcionada ao público em geral foi a "Oficina no Parque I", enquanto para a oficina voltada para crianças foi a tipologia "Oficina no Parque II".

O tópico a seguir apresentará as ferramentas aplicadas associadas a uma leitura dos resultados obtidos em cada oficina. Serão apresentados primeiro as ferramentas e resultados referentes à oficina desenvolvida com o público em geral e, na sequência, as oficinas realizadas com as crianças da EMEI Gabriel Prestes.

3. Ferramentas aplicadas e resultados¹² – oficina público geral

As ferramentas são apresentadas na ordem em que foram aplicadas na oficina.

3.1 Perfil das pessoas participantes

3.1.1 Formulário de inscrição

Junto aos convites para as oficinas foi disponibilizado um formulário de inscrição para preenchimento online, com o objetivo de estimar a quantidade de pessoas interessadas em participar da atividade, assim como seu vínculo e proximidade com os parques e a frequência com que os visitam. Através do formulário foi possível coletar o nome da pessoa participante; a organização (ou conselho) a qual pertence, se pertinente; qual oficina teria o interesse em participar e com qual frequência visita o parque em questão.

O formulário de inscrição do Parque Augusta - Prefeito Bruno Covas obteve 12 pessoas inscritas, cuja maioria frequenta o parque uma ou duas vezes por semana e apenas duas das pessoas inscritas (16,7%) fazem parte do Conselho Gestor.

Tabela 17 - Frequência de visitação das pessoas inscritas

Uma ou duas vezes por semana	58,33%
Três ou quatro vezes por semana	16,67%
Cinco ou mais vezes por semana	0,00%
Eventualmente	16,67%
Raramente	0,00%

¹² As ferramentas foram desenvolvidas com inspiração nas seguintes referências: [Handbook for Gender-Inclusive Urban Planning and Design \(World Bank Group\)](#); [Guía de reconocimiento urbano con perspectiva de género \(Col·lectiu Punt 6\)](#); [Caderno de Oficinas Cidade Mulher \(ONU-Habitat\)](#); Metodologia Árvore dos Sonhos (Instituto Socioambiental).



3.1.2 Lista de presença

A lista de presença foi disponibilizada no dia da atividade e foi solicitada a assinatura de cada pessoa participante, indicando sua instituição e cargo, quando aplicável.

Foram registradas 15 pessoas, sendo a maioria visitantes e moradoras. O segundo grupo majoritário foram as pessoas integrantes do Conselho Gestor do parque.

Tabela 18 - Presença dos diferentes grupos de pessoas participantes registradas na lista de presença (em porcentagem)

Visitante/Morador(a)	53,33%
Conselho gestor	33,33%
Funcionário(a) público(a)	0,00%
Equipe operacional	0,00%
OSC	13,33%

3.1.3 Questionário de perfilação

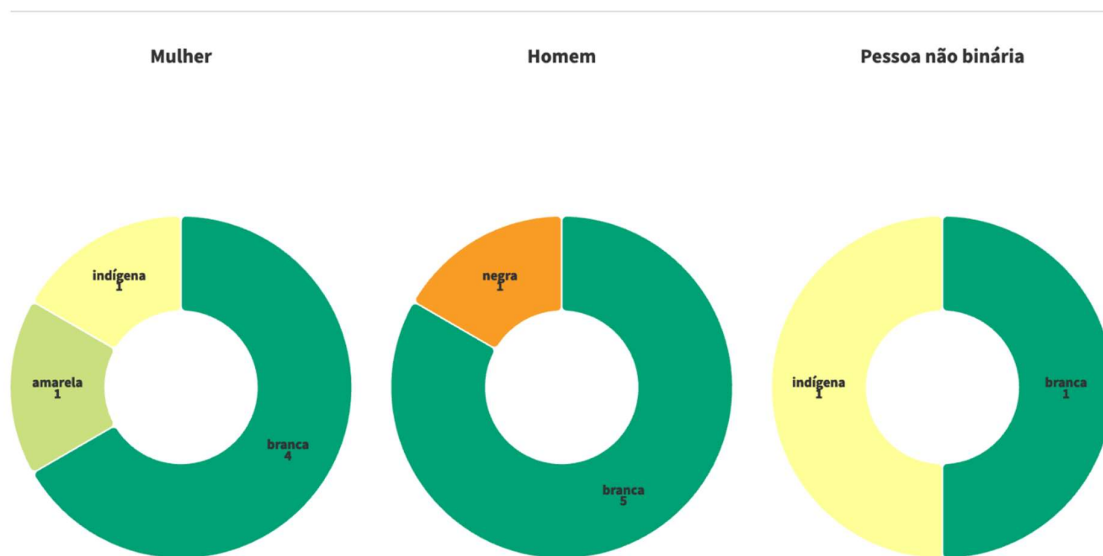
Instrumento distribuído na recepção das pessoas participantes, para preenchimento anônimo, contendo um questionário de perfilação com o objetivo de identificar os grupos representados pelos dados coletados na oficina, sobretudo relacionado a questões de gênero, etnia, raça e sexualidade.

Foram obtidas 15 respostas do questionário, sendo seis mulheres cisgênero, cinco homens cisgênero, um homem transgênero, duas pessoas não binárias e uma pessoa não respondeu o formulário.

A maioria se identificou como pessoa branca, demora 15 minutos para chegar até o parque, utilizando a caminhada como meio de transporte.

Figura 27 – Perfil das pessoas participantes que responderam o formulário (gênero e perfil étnico-racial)

Perfil Pessoas Participantes



Fonte: ONU-Habitat

Figura 28 – Parte das pessoas participantes da oficina e equipe facilitadora



Fonte: Desconhecido / ONU-Habitat

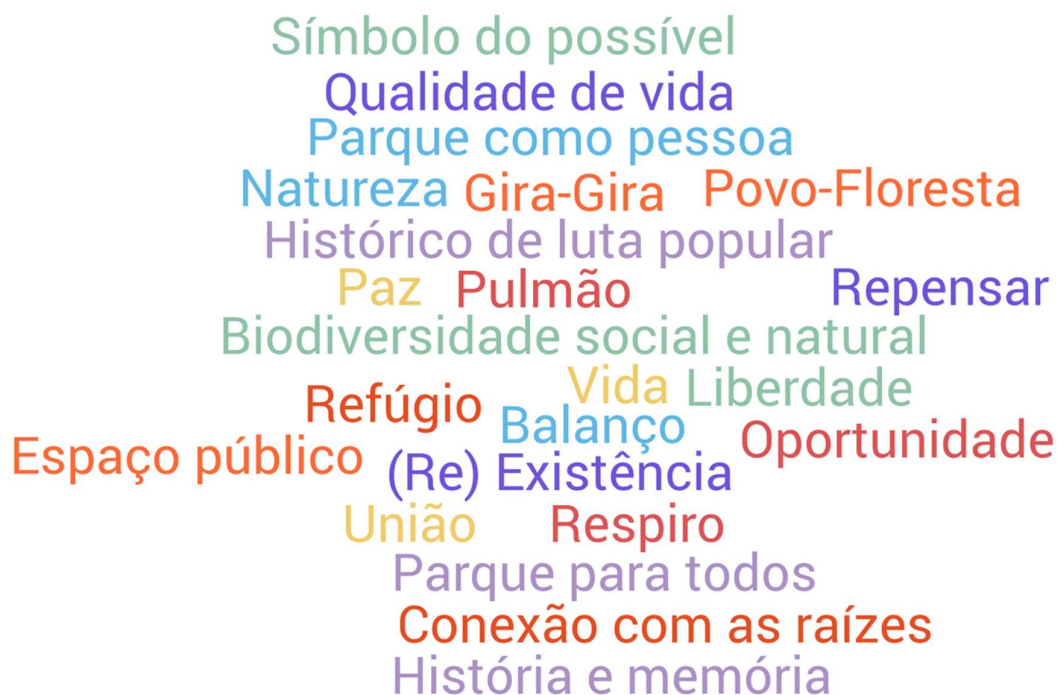


3.2 Nuvem de palavras

A atividade foi realizada no primeiro momento (M1) da oficina, após a apresentação de introdução ao projeto, com o objetivo de identificar os temas geradores e questões relevantes que as pessoas identificam no parque.

Em formato de roda, cada pessoa se apresentou brevemente e respondeu, com uma ou poucas palavras, à pergunta: “Qual é a importância desse parque para você?”. As respostas foram escritas em um painel, o qual ficou disponível ao longo da oficina como registro e nuvem de palavras que poderiam ser retomadas ao longo das discussões abordadas na oficina.

Figura 29– Nuvem de palavras formada com as respostas para a pergunta “Qual é a importância desse parque para você?”



Fonte: ONU-Habitat

3.3 Caminhada perceptiva

Após o momento inicial (M1), as pessoas foram convidadas a percorrer o parque com o objetivo de apontar as percepções do trajeto, levantando questões relativas à problematização do parque e do espaço público. As caminhadas buscaram coletar das pessoas participantes o seu conhecimento como frequentadoras dos espaços e os seus apontamentos sobre melhorias e usos consolidados do parque.

Sob essa perspectiva, a ferramenta visou a sensibilização de gênero, uma vez que contou com um roteiro de percepções que estimulou a observação acerca de situações específicas que poderiam acontecer no parque em diversas dimensões: mobilidade, segurança, acessibilidade, serviços, entre outras, possibilitando uma leitura transversal das necessidades de cada pessoa, com sobreposição à questão de gênero.

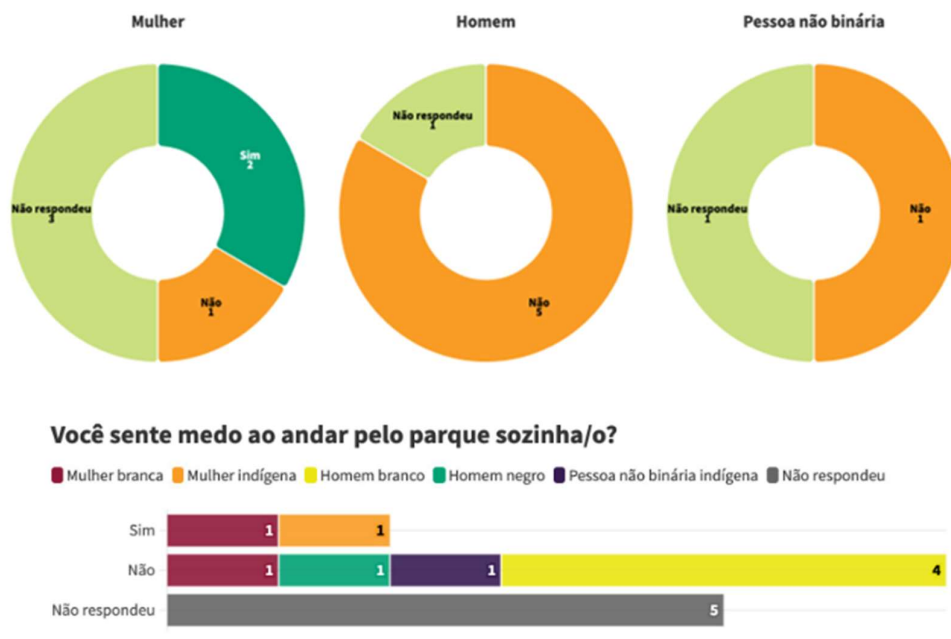
A duração prevista para realização da atividade foi de 30 minutos e a caminhada foi realizada sem percurso definido, guiada pelas pessoas participantes, acompanhadas pela equipe facilitadora. Cada participante recebeu uma prancheta com um mapa do parque em formato A4, além do roteiro, os quais poderiam ser consultados no decorrer da atividade, bem como preenchidos com as percepções e anotações livres.

Como resultado da atividade, foram cruzadas as respostas das perguntas do roteiro com as informações de gênero e étnico-raciais do questionário de perfilação de cada pessoa respondente.

O resultado dessa ferramenta foi incorporado no capítulo referente aos programas e projetos do Plano de Gestão

Nas respostas à pergunta “Você sente medo ao andar pelo parque sozinha/o?” pode-se observar que a maioria dos homens respondeu que não e no caso das mulheres, as respostas foram mais desagregadas, como mostra o gráfico da Figura 30. Com relação às pessoas não binárias, uma pessoa respondeu “não” e uma não respondeu.

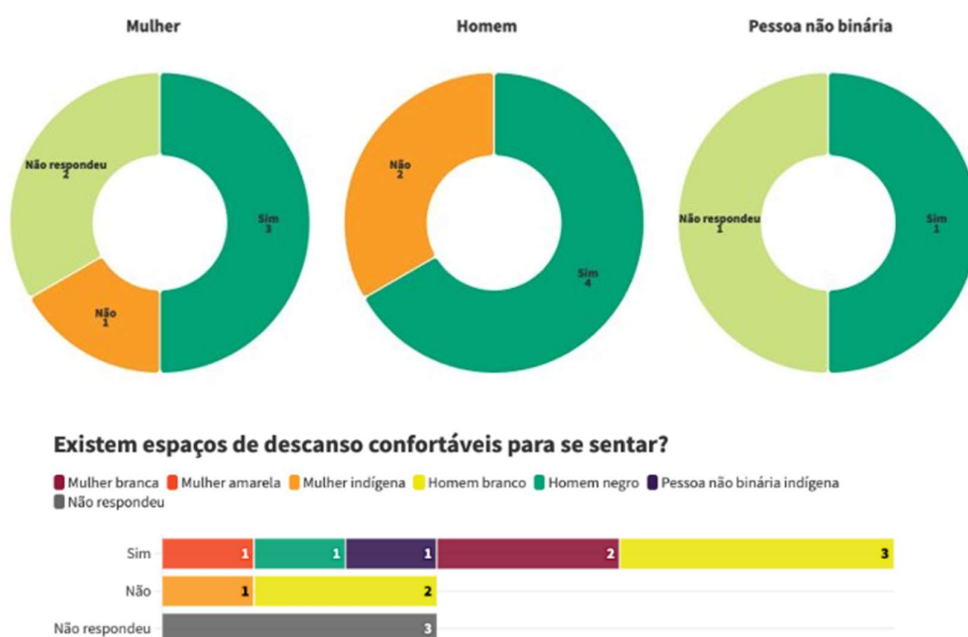
Figura 30 – Visualização das respostas à pergunta: “Você sente medo ao andar pelo parque sozinha/o?”



Fonte: ONU-Habitat

Nas respostas à pergunta “Existem espaços de descanso confortáveis para se sentar?” pode-se observar que a maioria dos homens respondeu “sim” e, no caso das mulheres, metade respondeu “sim”, enquanto uma respondeu que não e duas não responderam. Com relação às pessoas não binárias, uma pessoa respondeu “sim” e uma não respondeu.

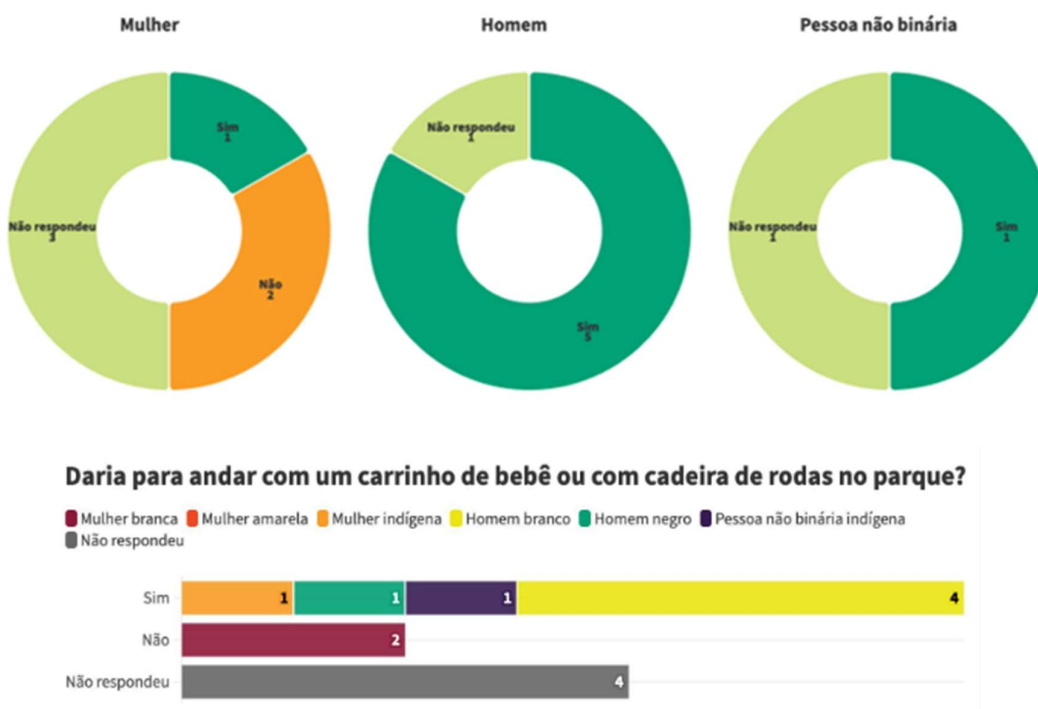
Figura 31 – Visualização das respostas à pergunta: “Existem espaços de descanso confortáveis para se sentar?”



Fonte: ONU-Habitat

Nas respostas à pergunta “Daria para andar com um carrinho de bebê ou cadeira de rodas no parque?” pode-se observar que a maioria dos homens respondeu que sim e no caso das mulheres, as respostas foram mais desagregadas, como mostra o gráfico da Figura 32. Com relação às pessoas não binárias, uma pessoa respondeu “sim” e uma não respondeu.

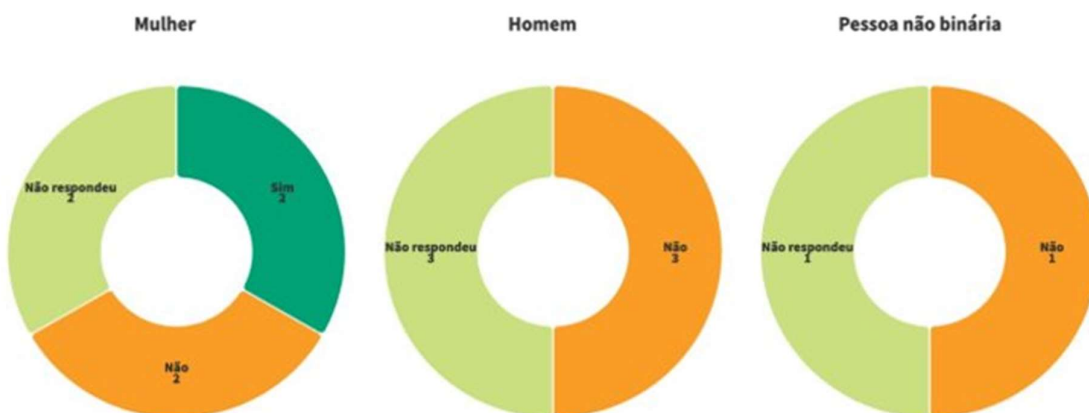
Figura 32 – Visualização das respostas à pergunta: “Daria para andar com um carrinho de bebê ou cadeira de rodas no parque?”



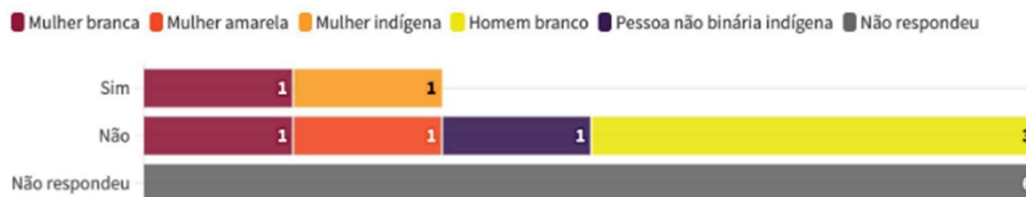
Fonte: ONU-Habitat

Nas respostas à pergunta “Você sentiu falta de algum equipamento de lazer no parque?” pode-se observar que metade dos homens respondeu que não, enquanto duas mulheres responderam “sim”, duas mulheres responderam “não” e duas mulheres não responderam. Com relação às pessoas não binárias, uma pessoa respondeu “não” e uma não respondeu.

Figura 33 – Visualização das respostas à pergunta: “Você sentiu falta de algum equipamento de lazer no parque?”



Você sentiu falta de algum equipamento de lazer no parque?

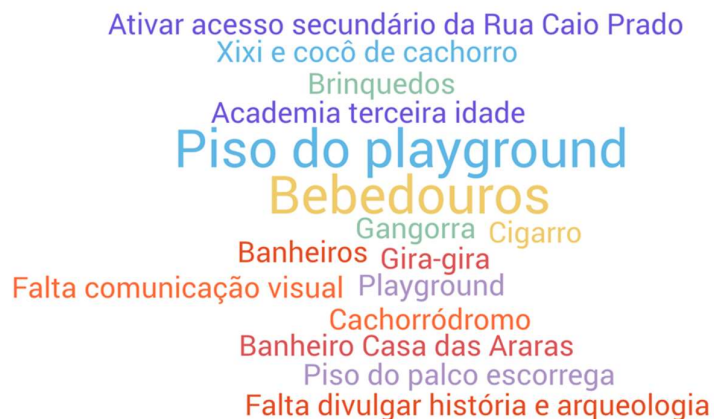


Fonte: ONU-Habitat

Na questão “Quais equipamentos de lazer precisam de mais cuidado?” foram apontados aspectos relacionados a diversas estruturas do parque. As anotações registradas foram consolidadas na nuvem de palavras da Figura 34.



Figura 34 – Visualização das respostas à pergunta: “Quais equipamentos de lazer precisam de mais cuidado?”



Fonte: ONU-Habitat

Figura 35 – Registros da caminhada perceptiva



Fonte: Bruna Leite / Conrado Vivacqua / ONU-Habitat

3.4 Mapeamento afetivo

Após a caminhada, no segundo momento da oficina (M2), foi sugerida a formação de grupos entre as pessoas participantes para discussão coletiva das percepções acerca do território, com base no mapa do parque em formato A3, no qual poderiam ser colados adesivos com pictogramas em relação a elementos do parque percebidos com frequência (usos, pessoas, normas, segurança, patrimônio, natureza e desejos de futuro). Além de preparar para a

próxima dinâmica, o propósito desta atividade foi fornecer informações para a proposta de setorização do parque. A duração prevista para realização da atividade foi de 20 minutos.

O resultado dessa ferramenta foi incorporado nos capítulos referentes ao plano de ação e setorização do Plano de Gestão.

Figura 36 – Registro da atividade “Mapeamento Afetivo”



Fonte: María Fernanda Godoy / ONU-Habitat

3.5 Árvore dos sonhos

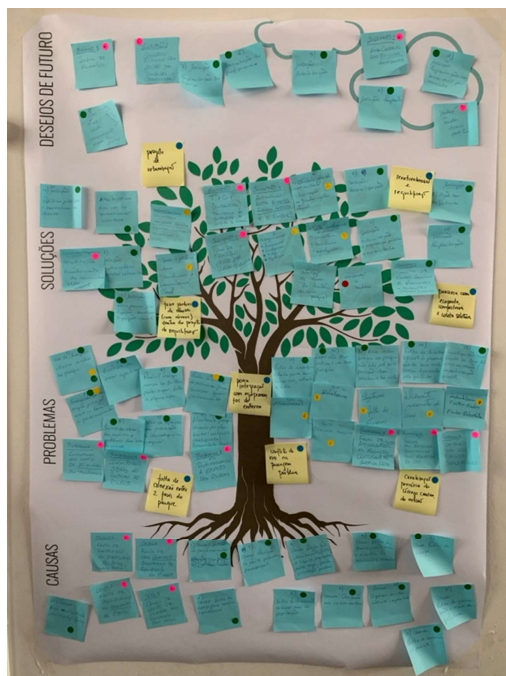
O objetivo da última ferramenta aplicada na oficina foi o desenvolvimento da base para a elaboração do plano de ação e diretrizes para o Plano de Gestão. Com a mesma formação de grupos da atividade anterior, as pessoas participantes foram incentivadas a debater sobre os problemas do parque e a partir daí pensar em suas causas, nas possíveis soluções e desejos de futuro.

Cada contribuição foi colocada na Árvore dos Sonhos pela equipe facilitadora, por meio de notas adesivas, na localização correspondente – raiz para as causas, tronco para os problemas, folhas para as soluções e céu para os desejos de futuro. Para as questões que poderiam ser organizadas no território, foi identificada sua localização no mapa do parque. Para instigar os sonhos, foram apresentadas algumas imagens de referência nas mesas para contribuir na ampliação de repertório das pessoas participantes. A duração prevista para realização da atividade foi de uma hora e 30 minutos.

O resultado dessa ferramenta foi incorporado nos capítulos referentes ao plano de ação e diretrizes do Plano de Gestão.

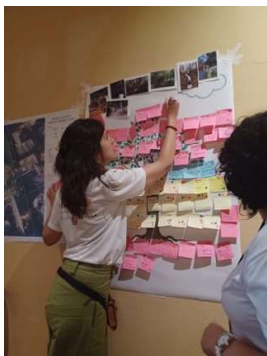


Figura 37 – Imagem ilustrativa da ferramenta “Árvore dos sonhos”



Fonte: Jordi Sánchez / ONU-Habitat

Figura 38 – Registros da atividade “Árvore dos sonhos”



Fonte: Bruna Leite / ONU-Habitat



4. Ferramentas aplicadas e resultados¹³ – oficina com crianças

As ferramentas serão apresentadas na ordem em que foram aplicadas na oficina.

4.1 Perfil das pessoas participantes

Participaram da oficina, ao todo, 24 crianças da Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI) Gabriel Prestes, sendo 12 meninas e 12 meninos com idades entre cinco e seis anos.

As crianças estavam acompanhadas da equipe escolar, a qual participou das atividades como apoio junto à equipe facilitadora.

Figura 39 – Crianças participantes da oficina, equipe escolar e equipe facilitadora



Fonte: Desconhecido / ONU-Habitat

4.2 Roda de sensibilização

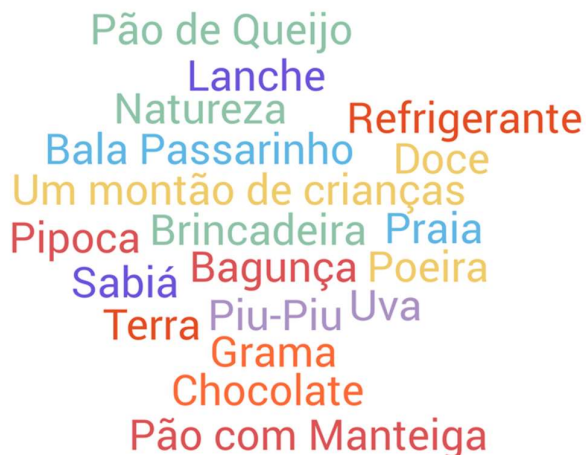
As crianças foram recebidas no parque pela equipe facilitadora para uma atividade de aproximação e "quebra-gelo", onde foi possível observar algumas percepções espontâneas das crianças com relação ao parque. Em formato de roda, foram feitas perguntas, estimulando a serem respondidas com base nos cinco sentidos, tais como "Qual é a primeira coisa que você vê quando entra no parque?", ou "Qual é a primeira coisa que você ouve quando entra no parque?", "O que leva de lanche para o parque?", dentre outras.

As respostas das crianças à atividade foram reunidas na nuvem de palavras da figura a seguir.

¹³ As ferramentas foram desenvolvidas com inspiração nas seguintes referências: [Guia de reconhecimento urbano con perspectiva de gênero \(Col·lectiu Punt 6\)](#); [Caderno de Oficinas Cidade Mulher \(ONU-Habitat\)](#); [Desenho de Espaços Públicos na Fronteira - Caderno Conexões Urbanas \(ONU-Habitat\)](#).



Figura 40 – Nuvem de palavras da atividade "Roda de Sensibilização"



Fonte: ONU-Habitat

4.3 Caminhada perceptiva – selos de qualidade

Após o momento inicial (M1) com a roda de conversa sobre o projeto, as crianças foram convidadas a percorrer o parque com o objetivo de apontar as percepções do trajeto, levantando questões relativas à problematização do parque e do espaço público. As caminhadas buscaram coletar das crianças o seu conhecimento como frequentadoras dos espaços e os apontamentos sobre melhorias e usos consolidados do parque.

Formou-se grupos de quatro a cinco crianças, acompanhadas por uma pessoa adulta, a qual recebeu uma prancheta com o mapa do parque em formato A4 e folhas para anotações. Foram distribuídos "selos de qualidade" às crianças, as quais foram incentivadas a avaliar os espaços e elementos, atribuindo a eles uma estrela dourada, quando considerassem uma avaliação positiva, ou um triângulo vermelho, quando considerassem um ponto de atenção. Foi sugerido que elas avaliassem lugares bons para brincar, ficar, conversar, descansar, fazer piquenique, aprender; lugares que precisam de atenção para passar, ficar; ou, ainda, que estão quebrados, sujos, ou dão medo; dentre outras percepções. A duração prevista para realização da atividade foi de 40 minutos.

Foram realizados registros fotográficos dos elementos e espaços que receberam os selos, bem como anotações para o registro das falas das crianças ao longo da atividade. O resultado dessa ferramenta foi incorporado nos capítulos referentes ao plano de ação e diretrizes do Plano de Gestão.

Figura 41 – Registros da atividade “Caminhada perceptiva – Selos de qualidade”



Fonte: Guilherme Justino / ONU-Habitat

4.4 Nuvem de necessidades e chuva de ideias – roda de conversa e desenho

Após a caminhada as crianças foram convidadas a fazer um desenho para responder à pergunta: “O que não pode faltar no Plano de Gestão do Parque Augusta - Prefeito Bruno Covas?”, com base nas percepções motivadas pela atividade anterior.

Figura 42 – Registros da atividade “Roda de conversa e desenho”



Fonte: Guilherme Justino / ONU-Habitat